

APRIMORANDO O PLANEJAMENTO

PÚBLICO MUNICIPAL:

normativas básicas, questões-chave e
indicadores para diagnóstico

Daniela Gomes Pessoa | Daniela Rosim | Danielly Estevam Silva | Paulo de Martino Jannuzzi | Vicente da Rocha Soares Ferreira



Universidade Federal de Goiás

Reitora

Angelita Pereira de Lima

Vice-Reitor

Jesiel Freitas Carvalho

Diretora do Cegraf UFG

Maria Lucia Kons

Coordenadores

Daniela Rosim

Paulo de Martino Jannuzzi

Vicente da Rocha Soares Ferreira

Autores

Daniela Gomes Pessoa

Daniela Rosim

Danielly Estevam Silva

Paulo de Martino Jannuzzi

Vicente da Rocha Soares Ferreira

Equipe Técnica

Amanda Luiza Birck

Camila Di Assis Estrela

Especialistas e Revisores

Cláudia Regina Rosal Carvalho

Johnny Jorge de Oliveira

Karla Alcione da Silva Cruvinel

Maísa Miralva da Silva

Manoel Rodrigues Chaves

Marco Antonio Catussi Paschoalotto

Paulo de Martino Jannuzzi

Ricardo Barbosa de Lima

Sandro Eduardo Monsueto

Thiago Alves

Willer Luciano Carvalho

The graphic features a large orange shape on the left and a blue and white striped circle on the right. A dark grey banner with a white dot pattern is overlaid on these shapes. The text is centered on this banner.

APRIMORANDO O PLANEJAMENTO

PÚBLICO MUNICIPAL:

normativas básicas, questões-chave e
indicadores para diagnóstico

Daniela Gomes Pessoa | Daniela Rosim | Danielly Estevam Silva | Paulo de Martino Jannuzzi | Vicente da Rocha Soares Ferreira

Cegraf UFG

2023

© Cegraf UFG, 2023

© Daniela Gomes Pessoa; Daniela Rosim; Danielly Estevam Silva; Paulo de Martino Jannuzzi;
Vicente da Rocha Soares Ferreira, 2023

Capa, projeto gráfico e diagramação

Julyana Aleixo Fragoso

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG

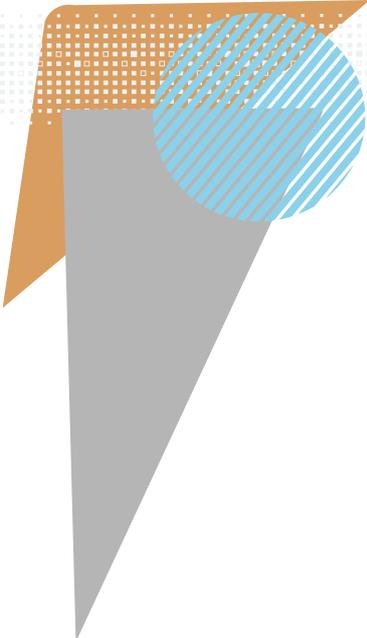
A654 Aprimorando o Planejamento Público Municipal: normativas básicas, questões-chave e indicadores para diagnóstico [Ebook] / Daniela Gomes Pessoa ... [et al.]. - Dados eletrônicos (1 arquivo : PDF). - Goiânia : Cegraf UFG, 2023.

Inclui referências.
ISBN: 978-85-495-0681-8

1. Administração pública. 2. Administração municipal – Planejamento. 3. Brasil – Tendências socioeconômicas. 4. Goiás – Tendências socioeconômicas. I. Pessoa, Daniela Gomes.

CDU: 352/354

Biblioteca responsável: Joseane Pereira / CRB1: 2749



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6	INFRAESTRUTURA	202
INTRODUÇÃO	9	HABITAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO	228
DEMOGRAFIA.....	12	MEIO AMBIENTE.....	252
ECONOMIA.....	37	SEGURANÇA PÚBLICA.....	272
FINANÇAS MUNICIPAIS	55	TENDÊNCIAS GERAIS: BRASIL E GOIÁS	284
MERCADO DE TRABALHO.....	95	CONSIDERAÇÕES FINAIS	297
EDUCAÇÃO	111	REFERÊNCIAS	299
SAÚDE	145	EQUIPE TÉCNICA	305
ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	180		

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

APRESENTAÇÃO

Este guia foi elaborado pelo Centro de Estudos e Pesquisas Aplicadas ao Setor Público (Cepasp), uma organização vinculada à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás (UFG).

O Cepasp atua no desenvolvimento de estudos e pesquisas aplicadas ao setor público visando desenvolver projetos e ações em parcerias com governos e demais instituições interessadas em aperfeiçoar a Gestão Pública.

A criação do Centro de Pesquisa Aplicada ao Setor Público foi inspirada no *Institute for Governmental Service and Research* da Universidade de Maryland nos Estados Unidos e, atualmente, ele é formado por pesquisadores de várias áreas das ciências sociais aplicadas com vasta experiência nas diversas áreas da Administração Pública.

O Centro tem desenvolvido diversas pesquisas, projetos e outras atividades que visam subsidiar a tomada de decisão e o aperfeiçoamento da Gestão Pública.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Desta forma, guiado por seu objetivo, o Cepasp busca colaborar para o aprimoramento dos métodos de gestão municipal no estado de Goiás.

O Centro de Pesquisas é formado por pesquisadores de várias áreas das ciências sociais aplicadas que procuram abordar os problemas reais que os gestores públicos enfrentam no dia a dia. Assim, o Cepasp atua nas seguintes áreas:

- Estudos sobre estruturas, processos e desenvolvimento organizacional no setor público;
- Cursos de capacitação/formação de pessoal (curta e média duração);
- Levantamento das necessidades sociais para inclusão da agenda de políticas públicas (diagnósticos);
- Análise de políticas e programas de apoio ao empreendedorismo;
- Análises de políticas de desenvolvimento urbano e sustentabilidade;

- Elaboração de projetos para captação de recursos em organizações nacionais e internacionais;

- Elaboração e publicação de relatórios técnicos para orientação do processo de políticas públicas;

- Elaboração de planejamento estratégico para municípios;

- Avaliação de políticas públicas de saúde;

Levando em consideração as áreas de atuação do Cepasp e a crescente necessidade, no âmbito municipal, de melhorar os instrumentos de planejamento da Gestão Pública, surgiu a oportunidade de elaboração deste guia.

Este livro teve como base o guia “Construindo o Diagnóstico Municipal, do extinto Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (Cepam) da Fundação Prefeito Faria Lima, do estado de São Paulo.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Desta forma, o presente guia aborda questões estratégicas sobre as principais áreas da Administração Pública Municipal que os gestores devem ter conhecimento ao elaborar o plano de governo e, posteriormente, os instrumentos de planejamento municipal, para a execução da agenda pública conforme as necessidades da sociedade local.

Assim, tendo como parâmetro o estudo e a avaliação do guia do Cepam, os pesquisadores do Cepasp realizaram a atualização e a adaptação do material para a realidade dos municípios do estado de Goiás.

Ao final são apresentados os pesquisadores que atuaram na construção deste guia de aperfeiçoamento da Gestão Pública Municipal do estado de Goiás.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

INTRODUÇÃO

Planejamento importa! Se não queremos ser arrastados ao sabor do vento e das marés para lugares e contextos indesejados, se queremos ter a possibilidade de escolher nossos destinos e “portos seguros”, é preciso ter um plano de navegação. Se queremos construir um futuro com mais empregos, proteção social e preservação ambiental para um país, estado ou município, não há saída sem Planejamento.

“Planejar é preciso”, como disse o poeta. Como navegar, planejar não é uma atividade “exata”, que se possa realizar com conhecimento de todos os fatos e desafios a enfrentar e com pleno domínio das condições para realização das atividades programadas. Mas é “preciso” no sentido

de desejável, necessário ou mesmo imprescindível, para poder antecipar obstáculos futuros, prever e acompanhar as atividades programadas para construção de um futuro idealizado.

A incerteza que cerca o contexto econômico contemporâneo, a persistência das desigualdades sociais, a emergência das mudanças climáticas coloca desafios enormes para gestão pública, exigindo dos gestores e técnicos conhecimento mais estruturado sobre a realidade que atuam e maior capacidade de antecipação estratégica de cenários futuros. Não é mais possível contar com a improvisação e voluntarismo como método de governo, qualquer que seja seu âmbito de atuação – na esfera federal, estado ou

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

município –, setor programático da política pública – educação, saúde, assistência social etc. – ou mesmo contexto regional e porte municipal – metrópoles do Sudeste, cidades médias no Sul e Centro-Oeste ou pequenos municípios na Amazônia ou no Semiárido Nordeste.

Este manual procura contribuir para fortalecer a capacidade de planejamento ao nível municipal, nas diversas áreas setoriais das políticas públicas. E contribui nesse sentido ao apresentar uma metodologia de elaboração de diagnósticos setoriais para o Planejamento Plurianual (PPA). Para cada área programática de governo são apresentadas a legislação e as normativas básicas que regulamentam as responsabilidades dos entes federativos na coordenação, financiamento e operação dos serviços e programas públicos concernentes.

Além disso, esse manual também traz o conjunto básico de indicadores para retratar a situação do município nas diversas áreas das políticas, da Habitação, Educação, Economia e Saúde, para citar algumas delas. Com a legislação básica e os indicadores para diagnóstico municipal os gestores podem conhecer melhor as fragilidades e potencialidades da situação social, econômica e ambiental do município, primeiro passo para estruturar um debate profícuo sobre os desafios a serem enfrentados nos próximos anos.

Um bom e efetivo PPA requer um esforço considerável na produção de diagnóstico do município. Esse diagnóstico não precisa ser uma coletânea exaustiva de informação, mas um documento com indicadores e indicações relevantes, referidos à legislação que tem respaldo a implementação de um conjunto abrangente de políticas e programas des-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

de a Constituição Federal de 1988. O conhecimento estruturado da realidade sociodemográfica, das potencialidades e fragilidades da economia, da dinâmica conjuntural do emprego, das restrições e condicionantes ambientais de um município, região ou estado é um bom ponto de partida para assegurar que os programas e outras ações públicas estejam mais ajustadas às necessidades de seus públicos-alvo e ao contexto da intervenção social, ampliando as chances de sucesso e de efetividade das Políticas Públicas no país.

Esperamos que este manual contribua para que todos os técnicos e gestores municipais possam responder de forma mais eficaz e eficiente aos anseios e demandas da população brasileira. Com es-

te trabalho pronto, o próximo passo é desenvolver um projeto piloto em um conjunto de municípios do estado de Goiás. Com a realização do projeto piloto e sua consequente avaliação, pode-se pensar em alcançar todos os municípios goianos com a proposta de diagnóstico e planejamento.

Deixamos registrado que a versão impressa deste manual foi planejada e realizada sem os exemplos, ao final de cada capítulo, que aparecem na versão e-book. A intenção foi ter uma versão impressa mais enxuta e deixar o leitor interessado nos exemplos, acessar e navegar direto na versão digital por meio do QR Code apresentado na capa deste manual.



DEMOGRAFIA

Toda a ação do Poder Público municipal tem por objetivo atender à população no seu conjunto de demandas, às necessidades específicas de determinados grupos e, ainda, de parcelas que se encontrem em situações de risco social.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

O conhecimento da composição da população municipal é um dos principais pilares que concede ao município melhores condições para a realização de ações, projetos e atividades visando atender às demandas públicas e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida dessa população.

A população municipal é composta, em perspectiva demográfica, por crianças, jovens, adultos e idosos, homens e mulheres. Além de dimensionar esses segmentos é necessário dispor de informações relativas à dinâmica da população, quanto aos fatores determinantes de seu crescimento (natalidade, mortalidade, fecundidade, migração) em cada uma de suas faixas etárias.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a demografia oferece um conjunto de informações essenciais para a realização de um diagnóstico municipal que norteie

as ações do Poder Público, levando em conta a dimensão dos grupos populacionais específicos (crianças, jovens, adultos e idosos).

Entre as principais tendências demográficas dos últimos anos, observou-se a diminuição relativa da população potencialmente inativa ou dependente (de 0 a 14 anos), o aumento da população em idade potencialmente ativa (de 15 a 64 anos) e população idosa (65 anos ou mais).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil nunca teve tantos jovens. Entre 2003 e 2020, o país registrou sua maior população com idade entre 15 e 29 anos, cerca de 50 milhões de indivíduos, o equivalente a um quarto da população nacional. Isso significa a maior força de trabalho da história do país, o que pode representar um futuro promissor para a economia do país.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Por outro lado, é interessante evidenciar que as perspectivas para o aumento contínuo do grupo populacional que compõe a denominada terceira idade (população idosa) também é uma realidade. A previsão é que este grupo populacional triplique em termos absolutos, passando de 19,6 milhões, em 2010, para 66,5 milhões em 2050.

Essas mudanças evidenciadas no perfil demográfico brasileiro, anteriormente apresentadas, têm sido intensivamente investigadas e retratadas nas pesquisas do IBGE, além de amplamente discutidas em seminários e congressos de especialistas em estudos de população. Assim, a discussão da nova realidade demográfica brasileira é cada vez mais urgente, no sentido dessas questões serem levadas em consideração no planejamento e formulação das políticas públicas.

As principais tendências demográficas apresentadas são consequências de inúmeros fatores sociais, econômicos e culturais. Pode-se destacar que, entre os fatores, há a significativa redução dos níveis de fecundidade e mortalidade. Em particular, a queda contínua das taxas de mortalidade infantil repercutindo positivamente nos níveis de expectativa de vida da população, assim como em questões culturais de planejamento familiar e a utilização de métodos contraceptivos.

Mas, em cada município, essas tendências assumem peculiaridades oriundas de sua realidade local e regional. Disso surge a necessidade de que o gestor conheça o perfil demográfico de seu município como subsídio para a tomada de decisões nas várias áreas de atuação da administração municipal.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Para construir um perfil demográfico do município, devem ser abordados, entre outros, os seguintes aspectos:

- Crescimento populacional;
- Migração;
- Estrutura Etária;
- Natalidade e Mortalidade.

O crescimento da população pode ser positivo ou negativo, em função de vários fatores – sociais, econômicos, históricos e culturais –, podendo variar diferentemente em cada faixa etária, assim como em gênero e cor.

A análise da migração desempenha papel significativo, pois, ao identificar tendências dos deslocamentos de pessoas (em fluxos migratórios interestaduais e intraestaduais), é possível compreender e estimar, por um lado, as pressões sobre o crescimento demográfico total.

Os movimentos pendulares são uma expressão da mobilidade cotidiana e das demandas e oportunidades, principalmente de trabalho e estudo em uma região. Os movimentos pendulares geralmente são analisados numa perspectiva urbano-regional, já que implica em ultrapassar as fronteiras político-administrativas.

A estrutura populacional por idade e sexo (representada graficamente pela pirâmide etária) fornece uma ideia clara das características da população, auxiliando no dimensionamento e ênfase das políticas públicas, uma vez que as demandas sociais e econômicas variam conforme a idade e o sexo das pessoas.

Por exemplo, as demandas em educação concentram-se nas idades de 4 a 17 anos (o que inclui 2 anos de educação infantil, 9 anos de ensino fundamental e 3 anos de ensino médio); a demanda por emprego cresce a partir dos 16 anos e

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

passa a declinar próximo aos 60 anos; na área da saúde, as demandas são elevadas na infância e na idade adulta, principalmente acima dos 60 anos.

Da mesma forma, o Índice de Envelhecimento – relação entre as pessoas acima de 60 anos e a população com menos de 15 anos – é informação relevante na estruturação de políticas para jovens e idosos, no que se refere à sua continuidade e/ou ampliação.

As taxas de natalidade e mortalidade, ao lado da fecundidade, são componentes essenciais na caracterização da dinâmica populacional; por meio delas pode-se avaliar as tendências de seu crescimento futuro; também são muito importantes no diagnóstico de saúde do município.

A taxa de natalidade indica o número de nascidos vivos por mil habitantes em um determinado ano. A taxa de mortalidade infantil corresponde ao número de

óbitos ocorridos entre as crianças menores de 1 ano de idade por mil nascidos vivos, em um determinado ano. O nível do indicador é usado também como parâmetro para avaliação do nível de vida e dos serviços de saúde de uma população.

A taxa de mortalidade reflete a intensidade de mortes na população como consequência de muitos fatores: idade, sexo, raça, ocupação e classe social.

Quanto à obtenção de dados demográficos, a principal fonte de informação populacional é o Censo Demográfico, além do Registro Civil e dados dos sistemas de Estatísticas Vitais do Ministério da Saúde. No Brasil, o Censo Demográfico é realizado a cada 10 anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e trata-se de um levantamento estatístico nacional, regido por lei, que visa prover a contagem de toda a população do país.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Os resultados do censo são utilizados como referência para inúmeras ações em todas as esferas institucionais, por exemplo:

- Pelo Tribunal de Contas da União, na distribuição das verbas do Fundo de Participação do Estado (FPE) e Fundo de Participação do Município (FPM);

- Pelo Poder Legislativo, na definição da representação política (número de vereadores, deputados federais e estaduais);

- Inúmeras aplicações em Políticas Públicas nas três esferas de governo, como discutido em seguida.

Como os Censos Demográficos ocorrem a cada 10 anos, torna-se necessário realizar projeções populacionais para que, nos intervalos, seja possível dimensionar o tamanho de uma população, de forma a subsidiar o planejamento na análise de transformações futuras, prever as consequências dessas mudanças e, se possível, interferir nos rumos previstos.

Em Goiás, o Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB – atua na produção e na sistematização de informações sobre aspectos socioeconômicos, divisão administrativa e territorial do estado de Goiás e, ainda, sobre a documentação geográfica e cartográfica do território goiano.

As informações sociodemográficas são essenciais para a orientação na identificação do projeto e formulação das políticas públicas, que devem ser detalhadas de acordo com a natureza das ações; por exemplo, na saúde, são especialmente relevantes as informações relativas a natalidade e mortalidade, assim como na educação é prioritário conhecer a população em idade escolar e dessa forma, sucessivamente, em todas as áreas. Muitas informações não são disponibilizadas na escala e no tempo necessário ao planejamento municipal e terão de ser complementadas – ou detalhadas – por meio de

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

levantamentos e coleta de dados no próprio município.

Assim, é importante que a administração municipal providencie estudos e levantamentos cartográficos de pequenas áreas e um Sistema de Informações Geográficas (SIG) que permitam organizar dados de origens diversas (demográficos e administrativos). A importância de tais levantamentos ocorre ao considerar que, por vezes, muitos dos dados disponíveis nos órgãos oficiais não permitem a desagregação necessária – por bairros, por exemplo.

Com as informações municipais organizadas em um SIG (sistema computacional construído para permitir captura, gerenciamento, análise, manipulação, modelamento e exibição de dados referenciados geograficamente para solucionar, planejar e gerenciar problemas), o gestor poderá trabalhar com di-

ferentes bases de dados numa escala geográfica detalhada, agregando diferentes informações que permitirão uma caracterização da população e sua distribuição no território municipal.

Os equipamentos públicos, como escolas, postos de saúde, creches e centros comunitários, são serviços que levam em conta, para a sua adoção, além das faixas etárias, aspectos relacionados à distribuição espacial dos usuários potenciais. O gestor precisará, então, identificar os locais de demanda potencial não atendida. Nesse caso, as informações sociodemográficas podem auxiliar na definição dos locais de implementação desses equipamentos, considerando, por exemplo, quantas vagas serão necessárias nos próximos anos em creches, em determinado bairro. Ressalta-se a importância da eficiência alocativa dos recursos públicos que ocorrem por meio desse cuidado com a boa e correta aplicação do orçamento público.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

O gestor também necessitará de informações sociodemográficas no momento de planejar a expansão de redes de infraestrutura urbana, bem como no que diz respeito ao volume e à localização dos novos investimentos habitacionais. Essas redes (como a de saneamento básico) demandam notável volume de investimento e sua expansão precisa ser planejada com alguma antecedência. Nesses casos, é importante identificar áreas de expansão demográfica recente, sem acesso a serviços e não necessariamente captadas pelo último censo.

As políticas focalizadas – como as de transferência de renda – dependem em grande medida de informações sociodemográficas, seja na identificação do público-alvo, seja no processo de implementação, monitoramento e avaliação desse tipo de política.

É importante lembrar que, ao desagregar as informações no nível local – por bairro, por exemplo – e ao representá-las espacialmente, o gestor ganha elementos para refletir sobre onde agir. Via de regra, essa decisão passa pela intermediação de vários atores e arranjos institucionais, podendo ser desde representantes políticos, movimentos sociais até a mídia ou lobistas. Mas, com informações e indicadores adequados, o gestor terá condições de identificar a demanda por meios próprios e de priorizá-las, considerando também critérios técnicos.

Para uma compreensão preliminar das condições da população em seu município, poderão ser levantadas algumas questões básicas que permitam identificar as características dessa população, que serão a base para a formulação de uma estratégia orientadora das ações do executivo municipal.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

O Quadro 1 foi elaborado para apresentar as principais fontes de dados utilizadas para a construção do perfil sociodemográfico municipal e, con-

sequentemente, auxiliar na construção dos programas e de políticas públicas municipais.

Quadro 1 – Questões relevantes acerca da Demografia

QUESTÕES RELEVANTES – DEMOGRAFIA	
Informação	Fonte
Qual é a população do município?	IBGE
Qual é a taxa anual de crescimento da população municipal?	IBGE
Qual é a taxa de urbanização do município?	IBGE
Qual é a densidade demográfica?	IBGE
Como se distribui a população do município conforme o sexo e a idade (pirâmide etária)?	IBGE e DataSUS
Quais são as taxas de natalidade e mortalidade do município?	DataSUS
Quais são as taxas de mortalidade infantil e esperança de vida do município?	DataSUS
Qual é a população em idade escolar?	IBGE
Qual é o índice de envelhecimento no município?	IBGE
Ocorre migração significativa no município?	IBGE
Os movimentos pendulares são significativos no município?	IBGE/PNAD

EXEMPLO DE DIAGNÓSTICO – MUNICÍPIO: CATALÃO

CRESCIMENTO POPULACIONAL

A Tabela 1 mostra a quantidade de habitantes do município de Catalão de acordo com os Censos Demográficos de 2000 e de 2010 e a população estimada para essas localidades no período de 2020. A Tabela 1 evidencia também a porcentagem da população de Catalão em relação à população da microrregião de Catalão e do estado de Goiás.

Tabela 1 – População Total, participações relativas

Região e Localidade	1991	2000	2010	2020
População Catalão	54.525	64.347	86.647	110.983
% Microrregião de Catalão	52,21	54,41	58,83	61,89
% Estado de Goiás	1,36	1,29	1,44	1,56

Fonte: IBGE cidades.

O município de Catalão é o maior município, em termos populacionais, na sua microrregião. Com base nisso, pode-se concluir que o crescimento populacional desta região se concentra basicamente no crescimento populacional nesse município, responsável por aproximadamente 60% do crescimento de toda a microrregião.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e

Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Já em relação ao crescimento do estado de Goiás, Catalão é responsável por aproximadamente 1,5% do crescimento populacional.

Assim, para exemplificar a análise do crescimento populacional em Catalão, a partir da média geográfica, como é explicado por Paulo Jannuzzi, na microrregião e no estado de Goiás isoladamente, apresenta-se a Tabela 2. A taxa de crescimento demográfico é um indicador fortemente correlacionado com a taxa de natalidade e exprime o ritmo de expansão populacional. É calculada como uma função da razão entre os quantitativos populacionais em dois momentos no tempo (t_n e t_i), e é expressa em termos % ao ano.

$$\text{Taxa de crescimento anual} = ({}^n \sqrt{\text{popul}(t_n)/\text{popul}(t_i)} - 1) \times 100$$

Tabela 2 – Taxa de crescimento anual

Taxa de crescimento anual	1991	2000	2010	2020
Catalão	3,05	1,86	3,02	2,51
Microrregião de Catalão	1,34	1,39	2,22	1,99
Estado de Goiás	0,35	2,46	1,84	1,71

Em termos percentuais, o crescimento populacional decorrente da análise horizontal foi apresentado na Tabela 3.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Tabela 3 – Crescimento populacional do município de Catalão, da microrregião de Catalão e do estado de Goiás

Região e Localidade	1991	2000	2010	2020
Catalão	39,19%	18,01%	34,66%	28,09%
Microrregião de Catalão	15,83%	13,25%	24,53%	21,75%
Estado de Goiás	3,97%	24,49%	20,00%	18,48%

Fonte: IBGE cidades.

As taxas médias de crescimento anual da população, no município de Catalão, nos períodos considerados, foram bem maiores do que as da microrregião e do estado de Goiás, com exceção ao ano de 2000. Isso pode ser explicado em grande parte pelo componente migratório, a ser discutido na seção seguinte.

Com relação à taxa de urbanização, os dados divulgados fornecem informações suficientes para esta análise somente até o ano de 2010. Com base no exposto, a Tabela 4 evidencia a taxa de urbanização apresentada pelo município de Catalão, nos últimos cinco censos.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Tabela 4 – Taxa de urbanização do município de Catalão

Ano	População Rural	População Urbana	População Total	Taxa de Urbanização %
1970	13.983	13.634	27.617	49,4
1980	8.487	30.685	39.172	78,3
1991	7.373	47.152	54.525	86,5
2000	6.741	57.606	64.347	89,5
2010	5.583	81.064	86.647	93,6

Fonte: IBGE cidades.

MIGRAÇÃO

A expansão urbana em Catalão segue o ritmo, a dinâmica e os contornos observados em outras regiões do Brasil. A diferença, para o caso em análise, ocorre por conta do rápido e destacado incremento demográfico experimentado por esta municipalidade na última metade do século 20 e confirmado nestas primeiras duas décadas do século 21.

O primeiro fator que pode ter impulsionado a dinâmica urbana de Catalão é a implantação da ferrovia no ano de 1913. Já no ano de 1920, conforme Censo realizado pelo IBGE, Catalão apresentava-se como o município mais populoso do estado, com 38.574 habitantes, que, no ranking populacional das cidades goianas, já era um reflexo da ferrovia.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Com a construção da ferrovia, a comunicação logística entre o estado de Goiás, o vizinho Triângulo Mineiro e o restante da Região Sudeste foi, aos poucos, consolidando-se e rompendo um isolamento persistente até então.

No final da década de 1950, com a construção de Brasília, houve uma importante mudança no perfil socioeconômico do estado de Goiás e, por extensão, em todo o Centro-Oeste brasileiro. Com a necessidade de interligar a nova capital às demais regiões brasileiras, em especial ao Sudeste, a conclusão das obras de pavimentação da BR-050, que interliga Catalão, Brasília e São Paulo, representou a inclusão deste município goiano em um fluxo de desenvolvimento nacional.

O terceiro fator que marca e impulsiona o desenvolvimento do município em análise é o processo de exploração de minérios que remete à década de 1970 e inaugura um novo tempo de prosperidade para o estado de Goiás.

Tendo chegado a partir da década de 1970, o novo campo agrícola especializado tem, na década de 1980, sua consolidação. Neste período as instalações industriais voltadas para a obtenção da riqueza mineral e a expansão das áreas de produção agrícola especializada determinam a consolidação da ciência, da técnica e da tecnologia nessa região e promovem impactos significativos na diversificação econômica e de serviços e, na incrementação do PIB (Produto Interno Bruto) de Goiás.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

O quarto fator favoreceu o desenvolvimento do município de Catalão (GO), foi o processo de descentralização econômica e industrial, que pauta uma nova dinâmica no Brasil e caracteriza-se pela saída de capital industrial da Região Sudeste. Ocorrendo na década de 1990, a dinâmica de descentralização industrial, que ocorreu predominantemente em São Paulo, explica a migração, na década seguinte, da Mitsubishi – montadora de veículos – e da John Deere – montadora de colheitadeiras – para Catalão (GO).

A John Deere (Cameco), multinacional norte-americana e a Mitsubishi Motors Corporation do Brasil (MMC) foram responsáveis pela vinda de dezenas de outras empresas ligadas às suas cadeias produtivas. Os principais impactos estão relacionados à geração de empregos diretos e indiretos, ao aumento da arrecadação de impostos e à dinamização do comércio local.

Seguindo a lógica das implicações pós-consolidação do setor industrial em Catalão (GO), registra-se o que se dá com o fortalecimento do Distrito Mínero Industrial de Catalão (Dimic) – por meio da vinda das montadoras de automóveis e máquinas agrícolas – um significativo aumento populacional, saltando de 64.347 habitantes no ano 2000, para 86.647 habitantes no ano de 2010. Esse crescimento demográfico, que se aplica aos demais ciclos históricos apontados, repercute na contínua expansão da malha urbana da sede do município.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Sugere, ainda, uma projeção da realidade de Catalão (GO) em outras municipalidades, estados e regiões do Brasil.

ESTRUTURA ETÁRIA

Com relação à estrutura etária do município de Catalão, é importante ressaltar que as informações divulgadas disponíveis são as dos últimos censos realizados. Diante disso, foi realizada a análise deste quesito com relação ao censo de 2000 e de 2010.

A população de Catalão, no período de 2000 a 2010, apresentou modificações importantes em sua estrutura etária. Houve um aumento de 12,1% da população da população menor de 15 anos. Com relação à população na faixa etária de 15 a 64 anos, houve um aumento significativo de 25,2% da população. Já com relação à população com idade superior a 65 anos, também houve um aumento significativo de 58,3% da população. Tais informações podem ser corroboradas a partir das Figuras 1 e 2 a seguir, juntamente com a Tabela 5

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

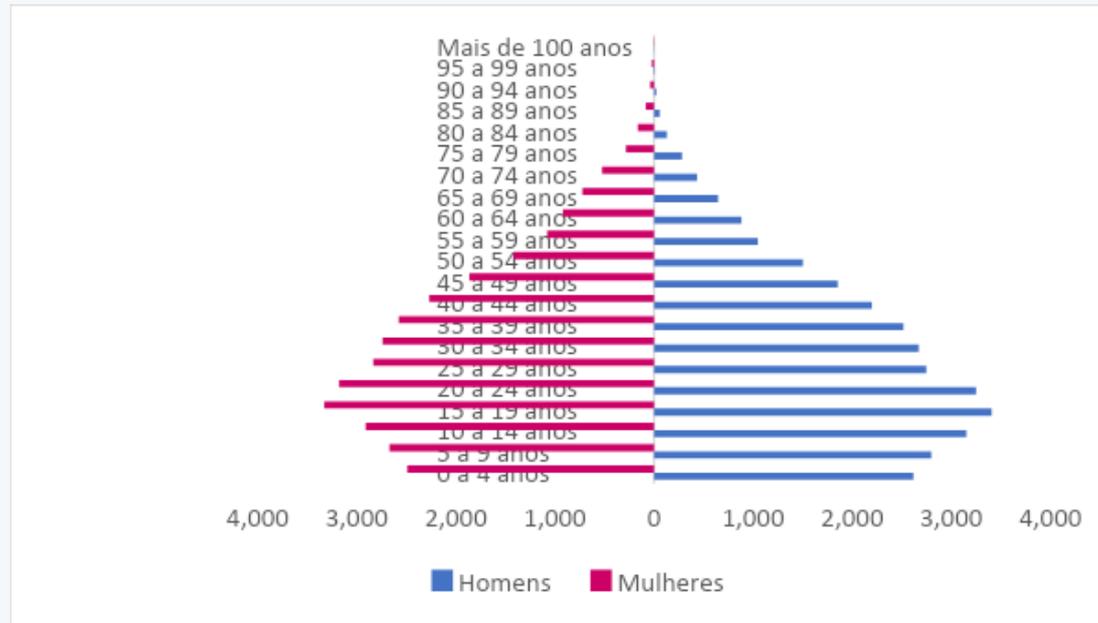
Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Figura 1 – Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade no Censo de 2000



Fonte: IBGE.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

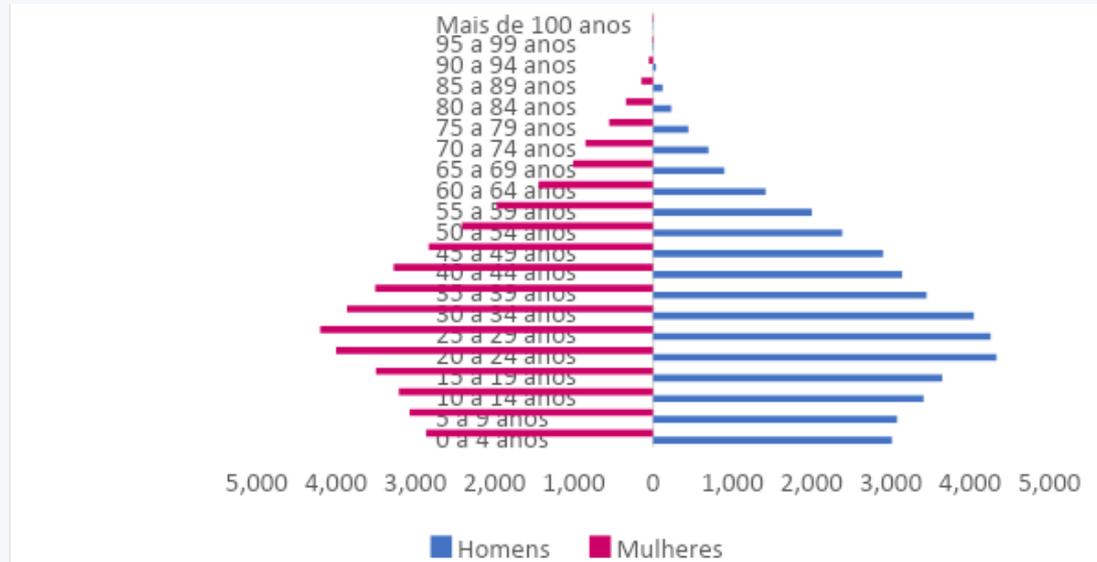
Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Figura 2 – Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade no Censo de 2010



Fonte: IBGE.

A taxa de dependência demográfica é medida pela razão entre a população em idade de dependência – se jovem, menor de 15 anos e, se idosa, acima de 65 anos – em relação à população em idade ativa, de 15 a 65 anos. Com a tendência de queda da população jovem e aumento da população idosa, a taxa de dependência (quando calculada para a população idosa) sinalizará o processo de envelhecimento da população.

Essas informações fornecem indícios das profundas alterações nas demandas sobre o sistema de saúde, o emprego e a seguridade social, entre outras, conforme apresentado na Tabela 5.

Tabela 5 – População por grandes grupos de idade e taxa de dependência

	2000	2010	Aumento percentual
Catalão			
Menores de 15 anos	16.637	18.644	12,1
15 a 64 anos	44.284	55.436	25,2
65 anos e mais	3.426	5.423	58,3
Taxa de dependência	45,3	43,4	-4,2
Microrregião de Catalão			
Menores de 15 anos	30.548	31.815	4,1
15 a 64 anos	80.170	97.249	21,3
65 anos e mais	7.468	11.067	48,2
Taxa de dependência	47,4	44,1	-7,0
Estado de Goiás			
Menores de 15 anos	1.466.745	1.441.549	-1,72
15 a 64 anos	3.302.574	4.186.451	26,76
65 anos e mais	233.909	375.788	60,66
Taxa de dependência	51,5	43,4	-15,70

Fonte: IBGE.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

O índice de envelhecimento (quociente entre a parcela de idosos – acima de 65 anos – e a parcela de jovens – menores de 15 anos) mostra o processo de envelhecimento da população, conforme expresso na Tabela 6. O referido quadro evidencia o rápido crescimento da parcela da população idosa, este crescimento é evidenciado no município de Catalão, na microrregião de Catalão e no estado de Goiás.

O município de Catalão apresenta um índice de envelhecimento significativo para o período de 2000 a 2010, representando 41,2%, seguindo o índice de envelhecimento da microrregião de Catalão (42,3%) e do estado de Goiás (63,5%).

Tabela 6 – Índice de Envelhecimento

	2000	2010	Aumento percentual
Catalão			
Menores de 15 anos	16.637	18.644	12,1
65 anos e mais	3.426	5.423	58,3
Índice de Envelhecimento	20,6	29,1	41,2
Microrregião de Catalão			
Menores de 15 anos	30.548	31.815	4,1
65 anos e mais	7.468	11.067	48,2
Índice de Envelhecimento	24,4	34,8	42,3

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

	2000	2010	Aumento percentual
Estado de Goiás			
Menores de 15 anos	1.466.745	1.441.549	-1,7
65 anos e mais	233.909	375.788	60,7
Índice de Envelhecimento	15,9	26,1	63,5

Fonte: IBGE.

Essas mudanças na estrutura etária da população explicam o aumento populacional em idade escolar em todas as faixas etárias entre 2010 e 2020 no município de Catalão, conforme evidenciado na Tabela 7, mesmo com o crescimento da população nesse período. No entanto, esse aumento não acompanha os índices da microrregião de Catalão, com relação ao ensino médio, e do estado de Goiás com relação ao ensino fundamental e ensino médio.

Essas são informações muito importantes para os tomadores de decisão, pois, por exemplo, a área de Educação indica a necessidade de ampliação ou construção de escolas e creches.

Por outro lado, o crescimento da população jovem, de 20 a 30 anos, aponta a necessidade de se pensar em políticas públicas para essa faixa da população, como políticas de esporte, lazer, cultura e educação média profissionalizante, ou mesmo educação superior e trabalho.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Tabela 7 – Quantidades de matrículas

População em idade escolar	2010	2020	Variação percentual
Catalão			
Creche	1.100	1.850	68,2
Pré-escolar	1.871	2.605	39,2
Ensino fundamental	11.867	13.044	9,9
Ensino médio	3.824	3.919	2,5
Total	17.562	21.418	22,0
Microrregião de Catalão			
Creche	2.156	3.052	41,6
Pré-escolar	3.445	4.364	26,7
Ensino fundamental	20.749	20.808	0,3
Ensino médio	6.197	5.633	-9,1
Total	32.547	33.857	4,0
Estado de Goiás			
Creche	46.154	85.452	85,1
Pré-escolar	113.446	165.556	45,9
Ensino fundamental	928.671	861.291	-7,3
Ensino médio	274.958	254.320	-7,5
Total	1.363.229	1.366.619	0,2

Fonte: Qedu.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

NATALIDADE E MORTALIDADE

A tendência da redução da natalidade é uma característica geral do país que também se verifica para o município de Catalão. As taxas de natalidade bruta foram sempre declinantes para o município em questão, para a microrregião de Catalão e para o estado de Goiás. E as taxas de fecundidade total atingiram, em 2010, o número de 1,7 filhos (em média) por mulher no estado de Goiás, e no município de Catalão, este número teve uma pequena redução de 2,2 filhos para 2,1 filhos, em média, de 2000 para 2010, conforme evidenciado na Tabela 8.

Tabela 8 – Natalidade e fecundidade

	2000	2010	2019
Catalão			
Taxa de natalidade bruta	16,1	15,5	13,0
Taxa de fecundidade total	2,2	2,1	-
Microrregião de Catalão			
Taxa de natalidade bruta	14,3	13,8	11,9
Taxa de fecundidade total	-	-	-
Estado de Goiás			
Taxa de natalidade bruta	18,9	14,6	13,7
Taxa de fecundidade total	2,2	1,7	-

Fonte: DATASUS/IBGE.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

A mortalidade é o componente demográfico mais relacionado às condições sociais do país. A melhora nos níveis de expectativa de vida deve-se principalmente ao declínio da mortalidade infantil. As políticas de saúde, as campanhas de vacinação e o acesso aos serviços de saúde são fatores que explicam as quedas na mortalidade. O município de Catalão reduziu a sua taxa de mortalidade infantil de 12,6 para 10,42 óbitos por mil nascidos vivos entre 2000 e 2010. Essa queda repercutiu na esperança de vida ao nascer que, entre esses dois anos, aumentou de 71,4 para 74,12, conforme evidenciado na Tabela 9.

Tabela 9 – Mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer

	2000	2010	2017
Catalão			
Mortalidade Infantil	12,6	10,42	9,47
Esperança de vida ao nascer	71,4	74,12	-
Estado de Goiás			
Mortalidade Infantil	27,4	12,75	11,88
Esperança de vida ao nascer	71,21	73,13	74,34

Fonte: IBGE.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

DEBATE ATUAL

- Um ponto importante a ser evidenciado é a pandemia da covid-19, causada pelo novo coronavírus, que gerou uma crise mundial sem precedentes nos anos de 2020 e 2021, impondo desafios e gerando novas demandas para os governos. Tais demandas atreladas a uma série de determinantes demográficos, sociais e econômicos locais agravam os impactos da crise, gerando, assim, uma vulnerabilidade biológica, física e espacial, bem como uma instabilidade social e econômica³. Com esse cenário atípico, as tendências demográficas foram alteradas, necessitando, então de um estudo e uma averiguação de quais serão as principais necessidades da população no período pós-covid, a fim de traçar políticas públicas adequadas para o enfrentamento da crise.
- Com relação à taxa de mortalidade é importante destacar que nos anos de 2020 e 2021, em decorrência da covid-19, a distribuição dos casos da doença e de óbitos por faixa etária, no Brasil e no mundo, evidenciou uma maior incidência da doença na população adulta, contudo, a letalidade foi expressivamente maior na população idosa. A presença de morbidades associadas contribuiu significativamente para o incremento dessa taxa e, no Brasil, verificou-se que 69,3% dos óbitos ocorreram em pessoas com mais de 60 anos e destes, 64% apresentavam ao menos um fator de risco.



ECONOMIA

Um papel importante de indutor da economia local pode, sem dúvida, ser creditado ao prefeito e às políticas públicas municipais.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Há um enorme potencial de desenvolvimento econômico local que pode ser incentivado pelas autoridades municipais, cujos resultados podem se mostrar positivos.

Embora as grandes políticas de desenvolvimento econômico sejam por meio de uma indução nos âmbitos federal e estadual, há também um espaço para que o governo municipal desenvolva ações relevantes nesta área. O gestor municipal pode e deve vislumbrar as tendências de crescimento de setores e de ramos de atividade, por intermédio não só de estudos de economia local e regional, mas, sobretudo, do conhecimento e da análise da realidade. O conhecimento da economia local e sua inserção na economia regional e nacional ajudam a configurar os possíveis cenários futuros e permitem a definição de políticas públicas municipais adequadas e com maior possibilidade de sucesso.

Deve-se considerar que no Brasil há 5.558 municípios, cada um com suas peculiaridades econômicas. Alguns municípios podem estar despontando para se firmarem como importantes pólos regionais de desenvolvimento tecnológico e necessitam de incentivos e investimentos voltados ao fomento e fortalecimento. Outros podem estar inseridos em uma região onde se verifica a ocorrência de um Arranjo Produtivo Local (APL). Isto é, os diversos empreendimentos da região estão voltados à produção de determinado produto ou de uma cadeia de um ou mais produtos de grande demanda existente fora da região, fato que demandará infraestrutura urbana ou a consolidação de consórcios públicos. Ou ainda, há municípios que detêm algumas vantagens produtivas (mão de obra altamente qualificada, abundância de determinada matéria-prima importante, localização privilegiada ou beleza

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

natural) que os qualificam para o desenvolvimento de determinadas atividades econômicas, demandando assim, ações específicas. É preciso, pois, conhecer as características locais e regionais para detectar os ramos de atividade econômica cujo incentivo trará bons resultados. Baseado neste conhecimento, o prefeito e seus gestores podem induzir o desenvolvimento de determinadas atividades ou setores em seu município, tanto diretamente com as políticas públicas municipais quanto com parcerias, sendo elas com outros poderes públicos ou com o próprio setor privado, associações e agências internacionais de desenvolvimento e financiamento.

É válido apontar que o prefeito é líder político natural do município e muitas vezes da própria região, tendo, portanto, grande poder de articulação das lideranças locais: empresários, sindicatos

de trabalhadores, políticos e demais setores influentes da sociedade civil. Tais arranjos institucionais são importantes para buscar soluções e propor ações acordadas por todos. Entre essas ações, é possível citar a captação de recursos, a participação em editais e outros chamamentos públicos, a propaganda e a divulgação dos potenciais econômicos, dos produtos locais e das oportunidades existentes no município, a realização de feiras e exposições da produção local e os contratos com empresários de outras regiões para a atração de investimentos produtivos.

A percepção do papel indutor do prefeito aumenta sobremaneira sua responsabilidade na condução das políticas públicas municipais. O gestor pode ter uma política proativa, no sentido de se antecipar e direcionar o desenvolvimento local, não se restringindo a resolver problemas exis-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

tentes, que são os efeitos indesejáveis de um desenvolvimento local desequilibrado ou de uma economia estagnada.

Assim, é possível propor, por um lado, políticas de incentivo a determinadas atividades econômicas passíveis de desenvolvimento no município e, por outro, políticas preventivas no sentido de antecipar soluções aos problemas que essas tendências trarão nos próximos anos. O conhecimento da dinâmica econômica local e regional contribui para o planejamento de ações municipais de médio e longo prazo, como o disciplinamento do uso do solo, a intervenção no sistema viário, investimentos no saneamento, defesa do meio ambiente e adequação das políticas de educação, saúde etc., em conformidade com os cenários futuros esperados. Portanto, todas as políticas públicas municipais devem considerar as demandas sociais resultantes

das previsões de desenvolvimento econômico local.

A análise do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, da sua composição setorial (agropecuária, indústria e serviços), da evolução das principais atividades produtivas, mostra a realidade econômica do município e permite inferir importantes tendências de seu desenvolvimento.

A questão, entretanto, ultrapassa a análise apenas da economia formal, pois proliferam nas diversas regiões do país atividades informais e autônomas como forma de sobrevivência e geração de renda, cujo valor adicionado não é contabilizado adequadamente nas estatísticas oficiais relativas aos municípios. Por essa razão, atenção especial deve ser dedicada à verificação da existência das atividades informais no município, desenvolvidas por microempresas, empreendimentos familiares ou indivi-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

duais, trabalho autônomo e outras atividades sem registro.

Para muitos brasileiros, em função de sua localização geográfica, do tamanho da qualificação da população, da presença de determinados recursos naturais, entre outros aspectos, a estrutura produtiva é fundamentalmente conformada pela presença de micro e pequenas empresas ou empreendimentos, aspecto que pode ainda ser acentuado com a promoção de determinadas políticas de desenvolvimento econômico. Ou seja, em muitos municípios não se pode esperar que as políticas de desenvolvimento consigam facilmente atrair grandes empresas, principalmente em ramos de atividade dinâmicos e tecnologicamente avançados, mas um impulso importante pode ser alcançado com estímulos à expansão de pequenos e médios negócios.

O gestor municipal, portanto, deve dedicar especial atenção a esse grupo de

empreendedores, dadas as repercussões positivas na economia local, seja na geração de postos de trabalho locais, seja na geração de renda. Entre as ações em parceria, visando ao desenvolvimento de programas de estímulo à geração de produção e renda, pode-se destacar no Estado de Goiás o Programa de Desenvolvimento Regional (ProGoiás). O programa oferece carga tributária menor para empresas que se instalem nos municípios com maior vulnerabilidade social, que varia de 1,8% para as pequenas empresas e 2% para as demais.

A oferta de serviços adequados a empreendedores de pequenos negócios, de baixa renda, pode ter importantes efeitos multiplicadores de emprego, renda, arrecadação, impulsionando tanto a economia como a melhoria das condições sociais na região abrangida.

Por isso, o interesse do município no desenvolvimento de sua economia, pro-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

curando atrair atividades geradoras de riqueza, deve considerar não só as médias e grandes empresas, mas também as micro e pequenas, inclusive aquelas que se encontram na informalidade. Nesse sentido, apesar da insuficiência das pesquisas e das informações sobre as atividades informais no âmbito municipal, é importante que os técnicos do município desenvolvam esforços junto aos diversos órgãos municipais, estaduais e federais, assim como para a realização de pesquisas pelo próprio Poder Público municipal para ampliar o conhecimento sobre o setor informal. É importante saber o número de negócios informais estabelecidos no município; sua distribuição por setor, ramo de atividade e tamanho; e sua importância na estrutura produtiva, relativamente às médias e grandes empresas. É importante, também, que o Poder Público obtenha informações acerca do Microempreendedor Individual (MEI),

instituído em 2009, visto que essa é a principal porta de entrada para o mundo empresarial e, atualmente, uma das formas mais simples para iniciar um negócio. No caso do setor formal, muitas informações são fornecidas pela Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho em Emprego, e pelo Instituto Mauro Borges (Valor Adicionado Fiscal). No caso da agropecuária, informações sobre produção e valor da produção agropecuária são fornecidas pelo IBGE, pelas Divisões Regionais Agrícolas (Diras) ou pela Secretaria de Agricultura do Estado.

Além disso, conforme a dinâmica do comércio exterior na geração de riqueza no município, o conhecimento do valor de mercadorias ou de serviços exportados pode trazer informações importantes

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

para inferir tendências de desenvolvimento local e regional. Da mesma forma, se houver previsão de investimentos em empresas situadas no município, a identificação do volume e do tipo de atividade anunciada será de grande valia

Pelas razões acima expostas, é necessário investigar principalmente as seguintes variáveis econômicas: o montante de riqueza gerado no município (PIB), seu ritmo de crescimento (variação periódica do PIB) e a relação dessa riqueza com o número de habitantes que dela depende (PIB *per capita*); a distribuição da riqueza segundo os setores de atividade econômica (agropecuária, indústria e serviços) que a originam e suas taxas de crescimento e modificações na estrutura

setorial de geração de riqueza; os principais ramos de atividade (no interior destes grandes setores) que contribuem para dinamizar a economia no município, assim como suas modificações, ao longo do tempo, e as tendências da estrutura produtiva.

Em todas essas variáveis deve-se comparar a importância do município em relação à Região de Governo em que se situa e em relação ao estado de Goiás.

Finalmente, deve-se alertar que as informações dispostas nas fontes utilizadas vão até 2018, o que gera uma defasagem temporal dos indicadores e sinaliza para a necessidade de certa cautela em sua análise.

Quadro 2 – Questões Relevantes – Economia

	Informação	Fonte
	O PIB municipal está apresentando taxas positivas de crescimento? Qual é o seu comportamento se comparado à Região e ao estado?	IBGE; IMB
	A riqueza gerada no município, referente a sua população (PIB ou renda <i>per capita</i>), tem evoluído de forma positiva? Qual é o seu comportamento se comparada à Região e ao conjunto do estado?	IBGE; IMB
	Quais são os grandes setores (agropecuário, industrial e serviços) que mais contribuem para a geração da riqueza do município? Quais são os percentuais de participação dos principais setores de atividades? Se comparado a outras Regiões do Estado, que particularidades o município apresenta?	IBGE; IMB
	Quais são as atividades dos diversos setores que mais contribuem para a geração da riqueza do município? Quais são os percentuais de participação? Se comparado a outras Regiões do Estado, que diferenças setoriais o município apresenta?	Seapa do estado de Goiás; IMB
	A estrutura produtiva do município apresentou importantes modificações do ponto de vista da produção setorial nos últimos anos? Quais são as tendências observadas?	Prefeitura e Firjan
	Quais são os setores de atividade onde se concentra o maior número de micro e pequenas empresas? E em quais ramos se concentram as médias e grandes empresas?	Secretaria Especial de Previdência; Trabalho/Rais

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Informação	Fonte
Qual é o volume de exportações e de importações do município?	IMB; Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais
Existem Arranjos Produtivos Locais (APL) no município e na região? Há a possibilidade de o município participar de uma cadeia produtiva regional?	Sebrae Goiás
O município ou a região em que está inserido é um polo tecnológico no estado ou no país?	Secretaria da Economia do Estado de Goiás
O município tem algum potencial competitivo em relação à região ou ao estado? Em relação a: Mão de obra qualificada, Localização estratégica, Recursos naturais, Patrimônio histórico e/ou cultural, Imagem pública favorável em um aspecto específico.	Secretaria da Economia do Estado de Goiás; Prefeitura

EXEMPLO DE DIAGNÓSTICO – MUNICÍPIO CATALÃO

O PIB do município de Catalão aumentou a sua participação no PIB do estado de Goiás e apresentou um ritmo de crescimento relativamente menor do que o da microrregião de Catalão, o que contribuiu para diminuir a sua participação no PIB da microrregião, entre 2010 e 2018 (Tabela 10).

De certa forma, diante do crescimento da população, esse aumento do PIB contribuiu para que o PIB *per capita* não fosse reduzido para um patamar ainda menor do que o observado. Ainda assim, em 2010 e em 2018, o PIB

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

per capita de Catalão era maior que o verificado no estado de São Paulo e menor do que o PIB *per capita* da microrregião de Catalão.

Tabela 10 – Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Interno Bruto *per capita*

Indicadores	Catalão	Região de Catalão	Estado de Goiás
PIB (em milhões de reais correntes cada ano)			
2010	R\$ 5.018.785,00	R\$ 6.665.849,00	R\$ 106.770.000,00
2018	R\$ 6.108.291,67	R\$ 10.053.804,20	R\$ 197.938.000,00
Varição em 2010/2018 (em %)	21,7	50,8	85,4
Participação do PIB de Catalão (em %)			
2010	100	75,3	4,7
2018	100	60,8	3,1
PIB <i>per capita</i> (em mil reais correntes)			
2010	R\$ 57.955,64	R\$ 306.376,87	R\$ 17.783,03
2018	R\$ 57.291,37	R\$ 631.616,68	R\$ 27.457,63
Varição 2010/2018 (em %)	-1,1	106,2	
Proporção do PIB <i>per capita</i> de Catalão (em %)			
2010	100	18,9	-
2018	100	9,1	-

Fonte: IMB; IBGE.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Considerando o Valor Adicionado, em 2010 e 2016, dos setores econômicos – agropecuária, indústria, impostos, administração pública e serviços – para o município de Catalão, para a microrregião de Catalão e para o estado de Goiás, observa-se que, no município de Catalão, a atividade agropecuária contribuía com uma parcela muito reduzida da riqueza gerada no município, tendo ainda perdido importância na estrutura produtiva (Tabela 11). Em 2010, a participação do valor adicionado da atividade agropecuária era de 2,6%, taxa relativamente menor do que a apresentada pelo estado de Goiás: 9,7%. Em 2016, essa participação foi aumentada para 6,2% e, no estado de Goiás, para 10,9%.

Análise do setor agropecuário no município de Catalão mostrou que, embora sua estrutura produtiva não seja fortemente marcada por elevadas contribuições para o PIB, o município de Catalão está entre os grandes produtores estaduais de soja, milho, trigo, arroz, mandioca, café e palmito de Goiás. Possui também consideráveis rebanhos de aves e bovinos. Já que representam importante potencial de crescimento econômico do município e da região, algumas destas atividades podem ser apoiadas por eventuais políticas públicas locais, regionais ou estaduais e contribuir para o desenvolvimento de Catalão e da região.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Tabela 11 – Valor Adicionado (VA) por setores de atividade econômica

	Valor Adicionado em R\$ mil			Valor Adicionado em %		
	Catalão	Microrregião de Catalão	Estado de Goiás	Catalão	Microrregião de Catalão	Estado de Goiás
Agropecuária						
2010	R\$ 130.203,00	R\$ 596.896,00	R\$ 10.376.551,00	2,6	9,1	9,7
2016	R\$ 368.115,00	R\$ 932.740,00	R\$ 19.727.721,00	6,2	10,5	10,9
Indústria						
2010	R\$ 2.057.540,00	R\$ 2.473.210,00	R\$ 26.426.092,00	41,0	37,7	24,8
2016	R\$ 1.811.028,00	R\$ 2.969.930,00	R\$ 37.171.002,00	30,7	33,4	20,5
Impostos						
2010	R\$ 1.339.620,00	R\$ 1.455.206,00	R\$ 13.524.107,00	26,7	22,2	12,7
2016	R\$ 1.200.804,00	R\$ 1.452.458,00	R\$ 19.652.317,00	20,4	16,3	10,8
Adm. Pública						
2010	R\$ 211.219,00	R\$ 385.258,00	R\$ 14.326.051,00	4,2	5,9	13,4
2016	R\$ 421.217,00	R\$ 725.164,00	R\$ 25.625.051,00	7,2	8,2	14,1
Serviços						
2010	R\$ 1.280.203,00	R\$ 1.650.520,00	R\$ 42.117.307,00	25,5	25,2	39,4
2016	R\$ 2.089.361,00	R\$ 2.805.763,00	R\$ 79.516.358,00	35,5	31,6	43,8
Valor Adicionado Total (soma)						
2010	R\$ 5.018.785,00	R\$ 6.561.090,00	R\$ 106.770.108,00	100	100	100
2016	R\$ 5.890.525,00	R\$ 8.886.055,00	R\$ 181.692.449,00	100	100	100

Fonte: IMB

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Com relação ao setor industrial, o município de Catalão é o terceiro maior parque industrial do Estado de Goiás. Entretanto, entre 2010 e 2016, ocorreu uma redução na sua participação da riqueza gerada, de 41% para 30,7%. A atividade industrial no município de Catalão é mais importante do que no conjunto da microrregião de Catalão e do estado de Goiás.

O setor de serviços apresentou um aumento no período em questão, passando a representar 35,5% do valor adicionado pelo município. O aumento apresentado neste setor teve uma repercussão tanto para a microrregião de Catalão quanto para o estado de Goiás. E com relação aos impostos, a taxa percentual do valor adicionado por esse setor para o município de Catalão e para a sua microrregião é relativamente maior do que o percentual do estado de Goiás.

A utilização das informações de unidades produtivas, a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), na comparação entre os diversos setores (Tabela 12), chama a atenção pela quantidade de estabelecimentos e pelo aumento de seu número no período no setor da Indústria da Transformação.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Tabela 12 – Estabelecimentos Empresariais de Catalão

	2010		2015		2015/2010 %	
	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos
Extração de Minerais						
Extração de Minerais	7	436	6	828	-14,3	89,9
Indústria de transformação						
Minerais não metálicos	14	244	30	342	100	40,2
Indústria metalúrgica	20	555	27	151	35	-72,8
Indústria mecânica	4	609	8	595	100	-2,3
Metal elétrico e de comunicação	1	1	7	348	600	34.700,00
Material de transporte	8	2.269	12	2.372	50	5
Indústria de madeira e do mobiliário	19	272	23	132	21,1	-51,5
Ind. papel e papelão, edit., e gráfica	12	52	15	42	25	-19,2
Borracha, fumo, couros, peles e ind. div.	7	46	8	29	14,3	-37
Química de prod. farmac., veter., perf.	18	1.023	30	1.198	66,7	17
Têxtil, do vest., e artefatos de tecidos	53	573	37	328	-30,2	-42,8

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

	2010		2015		2015/2010 %	
	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos
Indústria de calçados	2	10	2	8	0	-20
Prod. aliment. bebidas e álcool etílico	35	1.396	57	373	62,9	-73,3
Construção Civil						
Construção Civil	78	1.032	120	1.084	53,8	5
Outras Atividades						
Comércio varejista	968	4.546	1.110	5.072	14,7	12
Comércio atacadista	99	759	104	749	5,1	-1,3
Serviços	810	4.949	1.069	7.303	32	48
Administração Pública	8	930	11	3.078	37,5	231
Serv. Industriais de Utilidade Pública	3	46	10	82	233,3	78,3
Agricultura	458	1.256	468	1.533	2,2	22,1
Total						
Total	2.625	21.004	3.154	25.647	20,2	22

Fonte: Rais.

A Tabela 12 permite ver quais os subsetores de atividade econômica com a maior quantidade de estabelecimentos e empregados nos anos de 2010 e 2015, em Catalão. A extração de minerais representou um aumento de 89,9% da

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

quantidade de empregados, enquanto teve uma redução de 14,3% nos estabelecimentos. Com relação à indústria metalúrgica, houve um aumento de 35% nos estabelecimentos e, em contrapartida, apresentou uma redução significativa na quantidade de empregados de 72,8%.

Um subsetor que merece destaque é o de metal elétrico e de comunicação. Tanto a quantidade de estabelecimentos quanto a quantidade de empregados tiveram aumentos bastante significativos, sendo de 600% e 34.700%, respectivamente. A indústria de madeira e do mobiliário apresentou uma redução dos empregados de 51,5%.

O subsetor têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos, apresentou redução tanto na quantidade de estabelecimentos quanto no número de empregados, respectivamente de 30,2% e 42,8%. O subsetor de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico também merece destaque, visto que apresentou um aumento significativo de 62,9% dos estabelecimentos, mas o impacto na quantidade de empregados foi inversamente proporcional, apresentando uma redução significativa de 73,3%.

O subsetor de administração pública obteve um aumento considerável no número de empregados de 231%. O subsetor de serviços industriais de utilida-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

de pública também obteve aumentos consideráveis tanto no número de estabelecimentos quanto no número de empregados de 233,3% e 78,3%.

Como conclusão, podemos afirmar que o município de Catalão apresenta forte dinamismo industrial e não tem sua estrutura produtiva fortemente asentada ou dependente da produção agropecuária, apesar de estar localizado em uma região com grande presença desta atividade.

DEBATE ATUAL

- No mês de março de 2020, houve redução da atividade econômica, como consequência das medidas de isolamento e distanciamento social promovidas em decorrência da pandemia da covid-19. Neste período destaca-se o fechamento parcial e a redução de jornada de trabalho de empresas, adesão ao regime de trabalho de home office, interrupção da cadeia produtiva de alguns setores da economia, redução de exportações e início de uma trajetória de expectativas pessimistas dos investidores, tanto no mercado financeiro quanto no produtivo.
- Para mitigar os efeitos da crise, o governo amplia as linhas de crédito destinadas às micro e pequenas empresas para a gestão de caixa. Ressalta-se, como medida governamental, a concessão do Auxílio Emergencial e

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

a flexibilização de regras para o programa de Benefício de Prestação Continuada. Contudo, não é possível prever qual é o limite orçamentário necessário para amenizar os impactos econômicos negativos da pandemia.

- A manutenção da atividade econômica se deve à produção agrícola e agropecuária, apesar das restrições logísticas. As dificuldades fiscais são ampliadas, com o aumento da dívida pública, seja pela ampliação de gastos ou pela redução na arrecadação tributária.
- A superação da crise econômica vai depender da redução do número de casos de contaminados pela doença, pela resposta do sistema de saúde e pelo equilíbrio e articulação dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) com medidas unificadas para o combate ao novo vírus.



FINANÇAS MUNICIPAIS

O Brasil é uma República Federativa composta por União, Estados, Distrito Federal e Municípios, que compartilham as receitas tributárias definidas pela Constituição Federal de 1988.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

São definidos na Constituição os tributos e as contribuições que cabem a cada ente da Federação: União, Estados e Distrito Federal e Municípios, assim como a divisão da receita arrecadada pela União, que é compartilhada com Estados e Municípios, e a receita arrecadada pelos Estados, que é compartilhada com os Municípios. Também são tratadas a adoção da forma federal de Estado e a divisão de atribuições entre os entes da federação brasileira.

Ressalta-se, portanto, que a Constituição trouxe um conjunto de políticas públicas que ampliou as competências tributárias exclusivas municipais e participação nos impostos federais e estaduais de modo a expandir sua receita disponível.

A análise de finanças públicas deve considerar, basicamente, as receitas e as despesas do Município. Deve-se atentar para as possibilidades de aumentar

a receita, por um lado, e de controlar as despesas em função das prioridades do município, por outro. Com isso, pode-se alcançar maior eficácia e eficiência nos gastos públicos, destinando recursos para as ações determinadas como prioritárias pela administração. Como em toda grande organização, o gestor deve tomar decisões firmes no sentido de controlar os gastos correntes e procurar novas formas de incrementar a receita para conseguir colocar em prática seu plano de governo. Portanto, o prefeito deve conhecer a evolução recente dos gastos com pessoal e inativos, com pagamento de dívidas, com educação e saúde, como também a evolução da população e a migração entre municípios de pequeno para médio e grande portes, visto que tais informações provocam impactos significativos nas finanças locais e aprofundamento das desigualdades e redistribuição de recursos.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Assim, visando garantir uma boa gestão financeira do município, o prefeito pode prever os recursos disponíveis

e planejar a realização de investimentos importantes para o desenvolvimento do município nos anos de sua gestão.

RECEITAS

a) Recursos Próprios

À competência dos Municípios foi reservada a instituição dos impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), sobre a Transmissão *Inter vivos* de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis (ITBI) e sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Esses três impostos são de competência exclusiva dos municípios, cabendo a eles sua instituição, administração e arrecadação. Juntamente com as taxas, pelo Poder de Polícia ou pela utilização de serviços públicos, com a contribuição de melhoria e com as contribuições previdenciárias (se houver sistema próprio municipal),

são essas as receitas sobre as quais o município tem maior governabilidade, isto é, suas receitas próprias. Esses tributos de competência municipal podem ser alterados por lei própria, e sua administração pode ser melhorada visando incrementar a receita. Entretanto, é bom lembrar que há determinações legais para essas alterações, dadas pela legislação constitucional e complementar, e há limites financeiros para o aumento da arrecadação, dados pela natureza do tributo e de sua base de incidência, ou seja, pelas características da estrutura produtiva e social e dos rendimentos locais.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

A seguir, analisamos os tributos próprios dos municípios e suas possibilidades arrecadatórias:

IPTU: O IPTU incide sobre o valor das propriedades localizadas na área urbana do município, sejam elas construídas ou não (só o terreno). O valor atualizado do imóvel é, portanto, de suma importância para a justa cobrança do imposto. Para tanto, deve a prefeitura atualizar regularmente a planta genérica de sua área urbana, de forma a incorporar no valor cobrado eventuais valorizações, assim como as desvalorizações. Nesse imposto, há dois tipos de limitações. A primeira é a reação política a qualquer alteração do imposto que resulte em aumento de seu valor. O IPTU incide diretamente sobre os imóveis de sua cidade e qualquer alteração do valor é percebida e pode gerar reações negativas da população. O segundo tipo de limitação é a inelasticidade da

base sobre a qual incide o imposto em relação ao crescimento econômico. A base do IPTU é dada pelo estoque de terrenos e construções existentes na área urbana do município. O incremento da atividade econômica não se reflete em aumento dessa base tributária, isto é, um aumento na produção municipal não se reflete na valorização dos imóveis municipais e na arrecadação do IPTU. Diversamente, em impostos sobre vendas ou sobre rendimentos, o aumento na produção tem como consequência direta o aumento da arrecadação. Por esta razão, em princípio, é difícil a obtenção de incrementos significativos de receita ao município por este tipo de imposto.

É importante lembrar que, se há muito tempo não se faz uma atualização da planta genérica de valores, ou se sua cobrança e administração não se modernizaram, podem ser vislumbradas grandes

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

possibilidades de aumento da sua receita. Contudo, é válido ressaltar a importância de análise e estudos técnicos para a atualização de valores, assim como um importante movimento de debate e transparência com a população.

Por outro lado, levando em conta a enorme desigualdade de renda, propriedade e riqueza no país, a implementação de uma estrutura de alíquotas diferenciadas de IPTU por localização ou uso, taxando relativamente as zonas mais ricas da cidade – geralmente valorizadas pelos investimentos públicos – pode não somente elevar a arrecadação deste tributo, mas também contribuir para reduzir a pobreza e a desigualdade no município.

ITBI: O mesmo raciocínio deve ser feito com relação ao ITBI, também um imposto que incide sobre bens imóveis, em particular sobre suas transações. O que

pode ser feito são ajustes no sentido de minimizar a evasão deste imposto, dado que o valor dos imóveis transacionados, declarado pelo comprador, é geralmente subestimado. É sobre este valor que se aplica a alíquota e se obtém o montante do imposto a pagar. Por isto, podem ser desenvolvidas ações visando evitar a subestimação de valores de bens imóveis. O ITBI tem um teto de até 3% do valor venal do imóvel, não podendo ser ultrapassado esse preço. Em Goiânia, por exemplo, a taxa no ano de 2020 está sendo calculada em 2% do valor do imóvel. A função do ITBI é principalmente de base fiscal. O lucro acumulado com esse valor recebido pela prefeitura deve ser utilizado em obras e no planejamento de melhorias para a cidade, além de manter seguros financeiros para os municípios.

ISS: Já o ISS é imposto sobre vendas, cuja base mais dinâmica é elástica com relação à produção econômica. O cresci-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

mento econômico reflete diretamente na base do imposto e, portanto, na sua arrecadação. O ISS incide sobre parte da produção econômica, ou seja, sobre a maioria dos serviços prestados, mas não incide sobre as mercadorias produzidas e comercializadas, sujeitas ao ICMS. Em princípio, portanto, o ISS é um imposto que apresenta um grande potencial de expansão, considerando a crescente elevação do peso das atividades de serviços no conjunto do valor agregado de muitos municípios goianos; é por isto, muito influenciado pelo ritmo da atividade econômica e pelo peso do terciário na estrutura produtiva municipal.

Entretanto, apresenta dificuldades de ordem administrativa por incidir sobre o setor de prestação de serviços. São transações com bens imateriais cuja fiscalização tributária exige procedimentos mais complexos do que no comércio

de mercadorias. Ao mesmo tempo, esse setor possui grande número de contribuintes para um faturamento médio mais baixo do que o setor de produção de mercadorias, e a vida “produtiva” das empresas e profissionais prestadores de serviços é bem menor, uma vez que existe constante alteração das atividades desenvolvidas pelos contribuintes, característica do setor de prestação de serviços. Essas características do setor tornam a administração do ISS mais onerosa, pois encarecem a manutenção do cadastro de contribuintes e geram a necessidade de revisões mais frequentes.

Entre as receitas tributárias próprias temos ainda a arrecadação de taxas e de contribuição de melhoria.

Taxas: podem ser cobradas “em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

contribuinte ou postos a sua disposição” (Constituição Federal, art. 145, II).

Contribuições de Melhoria: podem ser cobradas na valorização de imóveis decorrente de construção de obra pública.

b) Transferências Constitucionais

A Constituição também estabeleceu as formas de distribuição do valor arrecadado pelos impostos instituídos pela União e pelos Estados, definindo as transferências obrigatórias aos Municípios:

FPM: é a segunda maior fonte de receita dos municípios brasileiros. Portanto, uma das primeiras fontes para os municípios com população inferior a 10 mil habitantes, e este Fundo integra as bases da RLIT e RCL.

De acordo com a legislação vigente, a União deve destinar 24,5% do IPI e do IR ao Fundo de Participação dos Municí-

Contribuições previdenciárias: nos municípios que têm um sistema próprio de previdência, temos as contribuições previdenciárias, cobradas dos servidores públicos municipais, destinadas ao custeio do sistema.

pios, repassados ao Município de acordo com critérios redistributivos, que consideram a renda da região e a população. O FPM privilegia os municípios localizados em Estados menos desenvolvidos e com menor população. Embora a receita total do FPM seja superior em Municípios com maior população, sua receita *per capita* em Municípios com pouca população é muito superior à de Municípios populosos (no estado de Goiás, por exemplo, a Capital teve em 2020 uma receita *per capita* do FPM de R\$203,81, contra R\$1.291,70 no município de Baliza).

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Por esta razão, o FPM adquire grande importância nos Municípios menores e pouca importância nos maiores.

Quota-Parte do ICMS: do ICMS arrecadado pelos estados, 25% deve ser distribuído aos municípios, segundo critérios que privilegiam o valor adicionado em seu território. Conforme sua denominação completa, o ICMS incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. Assim, tributa a circulação de mercadorias, inclusive de petróleo, lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados e minerais; a energia elétrica; a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal; e os serviços de comunicação.

No estado de Goiás, o critério de distribuição do ICMS é ponderado da seguinte maneira:

I - 85% (oitenta e cinco por cento), na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II - 10% (dez por cento), distribuído em quotas iguais entre todos os Municípios.

III - 5% (cinco por cento), distribuídos na proporção do cumprimento de exigências estabelecidas em lei estadual específica, relacionadas com a fiscalização, defesa, recuperação e preservação do meio ambiente.

Outra forma de intervir na participação do Município na distribuição do ICMS é colaborar com a Secretaria da Fazenda do Estado na fiscalização do tributo, no sentido de minimizar a evasão fiscal e aumentar a arrecadação local. Exemplos desta colaboração é a distribuição de prêmios para os consumidores que exigem notas fiscais do ICMS ou o

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

estabelecimento de convênios com o Estado para auxiliar na arrecadação local.

No médio prazo, a dinamização econômica do município, seja pelo ingresso de novas empresas como pelo incremento na produção local resultará em aumento no valor adicionado municipal e, por consequência, da participação do ICMS transferido. Da mesma forma, o incremento da arrecadação local também resultará em aumento do índice. Assim, ações visando dinamizar a economia do município e incrementar a tributação própria poderão trazer melhorias no índice e aumento da transferência do ICMS aos Municípios.

Uma das ações utilizadas para o aumento do nível da atividade econômica e atração de novas empresas é a concessão de isenções de tributos de sua competência. É importante alertar, entretanto, que para essa ação deve-se atender ao dispo-

to no artigo 14, incisos I e II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), isto é, elaborar estimativa do impacto orçamentário-financeiro no início de sua vigência e nos dois exercícios seguintes e considerá-lo na estimativa de receita orçamentária.

Quota-parte do ITR: 50% da arrecadação do ITR, federal, deve ser transferida aos municípios; mas o imposto poderá ser fiscalizado e cobrado integralmente pelos municípios que assim optarem (CF. art. 153, & 4, III).

Quota-parte do IPVA: também 50% da arrecadação do IPVA, estadual, deve ser transferida aos municípios, de acordo com o município do registro do veículo automotor.

IRPF: é o IR retido na fonte, dos pagamentos efetuados pelo próprio ente, suas autarquias ou fundações que na

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

contabilidade é classificado como receita própria municipal. No entanto, é bom lembrar, o IR é um imposto de competência federal, e o Município se apropria apenas da parcela relativa à retenção na fonte de seus servidores e contratados. A nosso ver, esta fonte de receita se aproxima mais de uma transferência de recursos federais do que uma receita própria – como é classificada na contabilidade aplicada ao setor público.

Outras Transferências Constitucionais: há outras transferências aos municípios: do IPI-Exportação destinado aos exportadores (do produto da arrecadação do IPI, 10% destina-se ao Distrito Federal e aos Estados exportadores de produtos industrializados – CF. art. 159, II), 25% deve ser transferido aos municípios; igualmente, da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) relativa às atividades de comercialização

do petróleo, gás natural e álcool destinada aos Estados (do produto da arrecadação da Cide relativa às atividades de comercialização do petróleo, gás natural e álcool, 29% destina-se ao Distrito Federal e aos Estados – CF. art. 159, III), 25% devem ser transferidos aos municípios.

A receita disponível aos municípios é composta, principalmente, pela totalidade da receita própria e pelas transferências constitucionais, como pode ser observado no Quadro 3. Na primeira coluna, estão os impostos próprios, impostos cuja instituição, administração e arrecadação são de competência exclusiva dos municípios. Sobre estes impostos, evidentemente, os Municípios têm maior governabilidade, e as possibilidades de incremento da receita são, em princípio, maiores. Na segunda coluna estão as transferências estaduais definidas pela Constituição e, na terceira,

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

estão as transferências federais aos Municípios. Temos, no Quadro 3, a arquitetura tributária do Brasil, sob o ponto de vista municipal.

A Tabela 13 mostra a composição dos principais itens de receitas municipais, considerando a soma dos municípios da microrregião de Catalão.

Quadro 3 – Principais receitas municipais

Receitas Próprias de Imposto e Contribuição	Percentual da Receita de Impostos e Contribuições, da União e dos Estados, transferidos aos Municípios, conforme tipo de Imposto		
	Do Município	Do Estado	Da União
ISS	25% do ICMS	FPM (24,5% do IPI e do IR)	
IPTU	50% do IPVA	IR retido na fonte pela prefeitura	
ITBI		25% da Cide destinada aos Estados	
Contribuição do Regime Próprio de Previdência, quando houver.		25% do IPI-Exportação (Estados Exportadores)	
		50% do ITR	

Tabela 13 – Principais itens de receita dos municípios da Microrregião de Catalão – 2019

Quota ICMS	25,21%
Quota FPM	12,87%
Transferência Multigovernamental - Fundeb	6,63%
ISS	6,42%
Transferência Sus	5,48%
Receita de Contribuições	4,35%
Receita de Serviços	4,09%
Quota IPVA	2,66%
Transferência de Capital	2,10%
Imposto de Renda Retido na Fonte	1,89%
Receita Patrimonial	1,45%
ITBI	1,11%
IPTU	1,07%
Taxas	0,65%

c) Transferências Setoriais

Além dos recursos próprios e dos recursos de transferências constitucionais acima citadas, existem também outras transferências, como as transferências para a Educação (Fundeb, desde 2007), para a Saúde e para a Assistência Social,

efetivadas conforme critérios definidos em legislação específica. O detalhamento dessas transferências encontra-se nos respectivos capítulos desta publicação.

Fundeb: a distribuição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Edu-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

cação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é feita de acordo com o número de estudantes matriculados na rede pública de educação.

FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do governo federal, distribuído aos Municípios.

d) Outras Receitas

Por fim, devemos atentar para outras receitas que os Municípios podem obter:

- As receitas patrimoniais, decorrentes da renda de ativos permanentes ou financeiros de sua propriedade;
- As receitas agropecuárias, industriais e de serviços, decorrentes de atividades econômicas desenvolvidas nestes diversos setores pela Administração Municipal;

FN: existe, também, o Fundo Nacional de Saúde, que distribui recursos aos Fundos Municipais de Saúde destinados à operação do Sistema Único de Saúde (SUS) pelo Município.

FMAS: o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), que transfere recursos aos Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS).

- Outras receitas correntes, compostas por multas e juros de mora e dívida ativa, entre outras; e
- As receitas de capital, decorrentes de operações de crédito, de alienação de bens e de transferências de capital dos Estados ou da União. Regra geral, todas as receitas de capital devem ser destinadas a despesas de capital, portanto, a investimentos.

No que tange às principais questões relevantes relacionadas às receitas públicas, o Quadro 4 apresenta essas informações.

Quadro 4 – Questões Relevantes – Receitas

Informação	Fonte
Quais são os principais itens de receita do município nos últimos anos e o respectivo percentual em relação ao total?	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)
Estes itens de receita têm apresentado variações compatíveis com as verificadas em outros municípios da Região de Governo e do Estado de Goiás?	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)
Existem possibilidades de aumento das receitas do Município, entre os diversos itens, em particular das receitas próprias: i) o IPTU; ii) o ISS e iii) o ITBI; iv) as taxas; e v) as contribuições ao regime próprio de previdência, se houver?	Secretaria de Finanças do Município
Quais e quando foram as últimas iniciativas no Município visando ao aumento das receitas municipais e suas consequências (revisão da planta genérica de valores e do cadastro das empresas prestadoras de serviço, por exemplo)?	Secretaria de Finanças do Município

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

OBSERVAÇÕES:

RLIT

É válido apontar que no que tange às áreas de educação e saúde, os recursos são vinculados à Receita Líquida e Transferida (RLIT) dos municípios brasileiros. Aponta-se que compreender o conceito de Receita Líquida e Transferida (RLIT) é importante para o acompanhamento da gestão municipal e, conseqüentemente, para o planejamento, visto que, essencialmente, esta receita é o que concerne à base de cálculo para saúde e educação.

Além do mais, o cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL), previsto na Lei Complementar nº 101/2000, serve como parâmetro para a despesa de pessoal, a dívida pública e as operações de crédito contratada. Outro fator importante é que o cálculo da RLIT desconsidera a sa-

zonalidade da média móvel prevista no cálculo da RCL realizada nos últimos 12 meses, o que a coloca como denominador da Lei de Responsabilidade Fiscal e parametriza o cálculo da Despesa de Pessoal e se refere ao somatório das Receitas Correntes. A RLIT é formada pelas seguintes fontes de receita:

1. Para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino art. 212, da Constituição Federal:

- 1.1 Receita Tributária Própria: IPTU; ISS; ITBI; Dívida Ativa de Impostos; Juros, Multas e Atualização Monetária de Impostos e Dívida Ativa.

- 1.2 Transferências Federal: FPM; Quota parte do IPI; Quota parte ITR; Quota parte IOF s/Ouro; Desoneração ICMS (LC 87/96); IRRF.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

1.3 Transferências Estadual: Quota-parte do IPVA; Quota-parte do ICMS.

1.4 Total dos Impostos e Transferências (1.1+1.2+1.3); Valor a aplicar (art. 212, CF/88): Complementação do Fundeb.

2. Para aplicação nas ações e serviços públicos de saúde Art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

2.1 Receita Tributária Própria: IPTU; ISS; ITBI; Dívida Ativa de Impostos; Ju-

ros, Multas e Atualização Monetária de Impostos e Dívida Ativa.

2.2 Transferências Federal: FPM; Quota-parte do ITR; Quota-parte do IPI. Quota-parte IOF s/Ouro; IRRE.

2.3 Transferências Estadual: Quota-parte do IPVA; Quota-parte do ICMS. Lei Complementar nº 87/96.

2.4 Total dos Impostos e Transferências (2.1+2.2+2.3) Valor a aplicar (art. 77, III, ADCT), 15 % do total dos Impostos e Transferências.

DESPESAS

a) Classificação Econômica

Na classificação econômica, os gastos públicos estão divididos em duas categorias: as despesas correntes, isto é, os gastos destinados à manutenção dos serviços existentes e as relativas a juros e encargos da dívida; e as despesas de capi-

tal, ou seja, os gastos destinados a investimentos e compra de ativos permanentes.

Entre as Despesas Correntes existem três grandes grupos de despesas:

Pessoal e Encargos Sociais;
Juros e Encargos da Dívida; e

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Outras Despesas Correntes (que incluem todas as outras despesas incorridas pela prefeitura, tais como os gastos com material de consumo e contratação de serviços terceirizados).

Entre as Despesas de Capital existem outros três grupos:

Investimentos;

Inversões Financeiras; e

b) Classificação por Função

As despesas podem ser classificadas de acordo com as funções programáticas de governo, determinadas pela Portaria 42, de abril de 1999. São 28 funções discriminadas no anexo da Portaria. Nesta classificação ficam claros os valores despendidos em cada área de ação do governo. No caso dos Municípios, as funções mais significativas são: legislativa; administração; segurança pública; assistência social; previdência social; saúde;

Amortização da Dívida.

Note-se que, em relação às dívidas, o pagamento de juros e encargos é classificado como despesa corrente e o pagamento do principal, isto é, a amortização do empréstimo, é classificado como despesa de capital.

trabalho; educação; cultura; direitos da cidadania; urbanismo; gestão ambiental; agricultura; indústria; comércio e serviços; comunicações; energia; transporte; desporto e lazer; e encargos especiais (engloba as despesas com o refinanciamento da dívida, com transferências e com outros encargos sociais).

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

c) Limites

Quanto à limitação das despesas dos Municípios, algumas determinações legais devem ser acatadas. A Constituição estabelece que, pelo menos, 25% das receitas de impostos próprios e transferências constitucionais devem ser aplicadas na manutenção e desenvolvimento do ensino. Estabelece também que, pelo menos, 15% desta mesma base deve ser aplicada em saúde. Existem, também, os

limites máximos com gastos de pessoal e encargos sociais. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), este limite é de 60% da receita corrente líquida, cabendo 54% ao Poder Executivo e 6% ao Poder Legislativo.

Referente às questões relevantes acerca das despesas públicas, o Quadro 5 fornece essas informações.

Quadro 5 – Questões Relevantes – Despesas

Informação	Fonte
Quais são as principais despesas do município, por função de governo e por elemento de despesa, nos últimos anos, com o respectivo percentual em relação ao total da despesa?	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)
Estes itens de despesa municipal têm apresentado variações compatíveis com as verificadas em outros municípios da Região de Governo e do estado de Goiás?	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Informação	Fonte
Quais as possibilidades de racionalização das despesas do município, entre os diversos itens, em particular i) dos gastos com pessoal; ii) dos gastos com compras públicas e contratação de terceiros e iii) dos gastos com investimentos?	Secretaria de Finanças do Município
Quais e quando foram as últimas iniciativas no município visando à redução das despesas municipais e suas consequências?	Secretaria de Finanças do Município

ENDIVIDAMENTO

A análise cuidadosa das finanças públicas municipais deve atentar para os recursos já comprometidos com dívidas, sejam de longo prazo (empréstimos, financiamentos, precatórios e parcelamentos de dívidas previdenciárias), ou

de curto prazo (exigíveis não pagos, os denominados restos a pagar). Essas dívidas contraídas pelo município devem ser honradas nos próximos anos, e é preciso ter em conta estes valores para a correta previsão financeira da gestão.

a) Passivo do Município

Um grupo de despesas importantes a serem verificadas refere-se ao endividamento do Município. Embora assumidas

em gestões passadas, cabe à prefeitura honrar seu pagamento, ao mesmo tempo em que deve manter as despesas corren-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

tes para o funcionamento da máquina governamental. O investimento resultante do empréstimo contraído provavelmente já foi concluído e pode, ou não, estar trazendo benefícios aos moradores do Município. O fato é que seu pagamento deve ser feito sem prejudicar as importantes ações do governo que a prefeitura deve manter.

Para isso, a compreensão do montante comprometido é de fundamental importância. Como já foi colocado, na classificação econômica dos gastos da prefeitura, o pagamento dos juros e encargos é classificado como despesa corrente, e a amortização do empréstimo é classificada

b) Endividamento de Curto Prazo: Restos a Pagar

É muito importante ressaltar que o tratamento dado aos restos a pagar pode mascarar a situação financeira real, principalmente em mudanças de ges-

como despesa de capital. Para essa análise, é preciso conhecer os termos do contrato de financiamento, isto é, a taxa de juros e demais encargos pactuados, o prazo de pagamento do principal, sua situação atual e o montante que a prefeitura ainda deve. O valor devido pode ser verificado nas contas do passivo municipal. Entretanto, o conhecimento dos termos do contrato e de sua situação atual só é possível por intermédio da leitura e estudo do contrato com a instituição financeira responsável. Inclusive, existem possibilidades de sua renegociação, relativamente a alterações no prazo, nos encargos e na taxa de juros.

tão de prefeitos de partidos adversários. É bom lembrar que a absurda utilização do expediente de “anulação” dos restos a pagar já processados, para que

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

seu valor não supere os limites permitidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), resulta no desaparecimento da escrituração fiscal da dívida, mas não significa o fim da obrigação legal de a prefeitura honrar o compromisso pelo pagamento. O novo prefeito, portanto,

deve ficar atento a esses subterfúgios da transição de governo.

Referente às questões relevantes acerca do endividamento municipal, o Quadro 6 fornece essas informações.

Quadro 6 – Questões Relevantes - Endividamento

Informação	Fonte
Qual é a situação financeira de curto prazo do Município e dos órgãos da administração pública (os denominados “restos a pagar” e eventuais decretos ou portarias de anulação)?	Secretaria de Finanças do Município
Qual é a situação financeira de longo prazo do município e de órgãos da administração pública, com destaque a: i) prazos de pagamento; ii) saldo da dívida atualizada e iii) valor das parcelas (amortizações e juros) de débitos previdenciários, pagamentos de precatórios, empréstimos ou financiamentos concedidos.	Secretaria de Finanças do Município

EXEMPLO DE DIAGNÓSTICO – MUNICÍPIO: CATALÃO

Com base na Tabela 14, pode-se elencar os principais itens de receita orçamentária do Município de Catalão nos últimos 3 anos. O principal item é a quota-parte do ICMS transferida pelo estado de Goiás, seguida pelo FPM transferido pela União, embora a quota-parte do ICMS esteja apresentando participações decrescentes no período 2017-2019. As transferências relativas ao Fundeb, assim como a receita de serviços, representam percentuais significativos para o total da receita municipal. Na sequência, aparecem a cobrança do ISS, as receitas de contribuição e a transferência estadual da arrecadação do IPVA.

Tabela 14 – Evolução das principais receitas do Município de Catalão

	2017 (R\$)	Análise Vertical	2018 (R\$)	Análise Vertical	2019 (R\$)	Análise Vertical
Receita Orçamentária	397.354.167,84	100%	415.873.494,66	100%	464.306.311,81	100%
Receitas Correntes	373.280.751,06	93,94%	390.232.200,96	93,83%	426.816.363,18	91,93%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	53.248.647,68	13,40%	56.865.349,84	13,67%	68.136.572,99	14,67%
Impostos	49.052.514,08	12,34%	52.456.341,19	12,61%	63.296.363,63	13,63%
IPTU	5.255.318,34	1,32%	6.320.541,20	1,52%	6.959.634,03	1,50%

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

	2017 (R\$)	Análise Vertical	2018 (R\$)	Análise Vertical	2019 (R\$)	Análise Vertical
Imposto de Renda RF	8.248.055,27	2,08%	10.441.313,12	2,51%	12.406.422,92	2,67%
ITBI	7.596.668,97	1,91%	4.806.659,28	1,16%	6.020.827,39	1,30%
ISS	27.506.496,95	6,92%	30.887.827,59	7,43%	37.869.075,52	8,16%
Taxas	4.030.412,66	1,01%	4.262.237,80	1,02%	4.559.356,39	0,98%
Contribuições de Melhoria	-	0,00%	146.770,85	0,04%	280.852,97	0,06%
Receita de Contribuição	21.160.494,17	5,33%	15.790.045,11	3,80%	18.514.013,90	3,99%
Receita Patrimonial	11.310.747,68	2,85%	8.328.728,46	2,00%	8.103.403,98	1,75%
Receita de Serviços	26.180.703,19	6,59%	29.992.355,88	7,21%	37.636.505,37	8,11%
Transferências Correntes	256.073.053,02	64,44%	268.220.045,93	64,50%	287.904.504,89	62,01%
Transferências da União e de suas Entidades	253.454.066,40	63,79%	105.919.711,77	25,47%	109.775.267,75	23,64%
Transferências dos Estados e do Distrito Federal			132.619.038,94	31,89%	146.569.099,32	31,57%
Transferências de Outras Instituições Públicas	2.618.986,62	0,66%	29.681.295,22	7,14%	31.560.128,32	6,80%

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

	2017 (R\$)	Análise Vertical	2018 (R\$)	Análise Vertical	2019 (R\$)	Análise Vertical
Quota ICMS	130.370.062,83	32,81%	113.572.095,98	27,31%	121.215.882,82	26,11%
Quota IPVA	16.559.124,77	4,17%	17.147.445,93	4,12%	18.728.136,50	4,03%
FPM	30.877.716,46	7,77%	35.015.366,88	8,42%	38.105.237,41	8,21%
FUNDEB	25.536.471,30	6,43%	29.681.295,22	7,14%	31.560.128,32	6,80%
SUS União	26.138.549,40	6,58%	28.323.551,91	6,81%	31.557.409,83	6,80%
Outras Receitas Correntes	5.307.105,32	1,34%	11.035.675,74	2,65%	6.521.362,05	1,40%
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	2.818.867,77	0,71%	2.877.117,84	0,69%	3.412.319,63	0,73%
Indenizações, Restituições e Ressarcimento	303.462,67	0,08%	221.931,95	0,05%	123.095,45	0,03%
Demais Receitas Correntes	2.184.774,88	0,55%	7.936.625,95	1,91%	2.985.946,97	0,64%
Receitas Correntes Intraorçamentárias	14.403.743,50	3,62%	15.164.623,75	3,65%	14.682.604,63	3,16%
Receita de Capital	9.669.673,28	2,43%	10.476.669,95	2,52%	22.807.344,00	4,91%
Operações de Crédito	2.458.166,39	0,62%	1.205.357,83	0,29%	5.859.930,15	1,26%
Alienação de Bens	726.190,01	0,18%	2.662.242,98	0,64%	2.252.393,20	0,49%

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

	2017 (R\$)	Análise Vertical	2018 (R\$)	Análise Vertical	2019 (R\$)	Análise Vertical
Transferências de Capital	6.485.316,88	1,63%	6.609.069,14	1,59%	14.695.020,65	3,16%
Deduções da Receita	37.836.035,55	-9,52%	36.286.034,40	-8,73%	37.800.529,35	-8,14%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/Secretaria de Finanças Municipal.

No último ano, as receitas correntes foram as que mais cresceram, em detrimento das receitas de capital, e representam a totalidade das receitas municipais (levando em consideração a dedução das receitas). Mais da metade da receita corrente tinha origem nas receitas de transferências, principalmente daquelas realizadas pelo estado de Goiás e, em menor medida, pela União. A receita com impostos (IPTU, IRRE, ITBI e ISS) e taxas municipais somou um volume menor do que as receitas oriundas de transferências, o que significa que Catalão depende bem mais das transferências de outras esferas de governo do que da arrecadação de tributos próprios. Seria interessante, por isso, aumentar a arrecadação de tributos próprios, sobre os quais a prefeitura tem governabilidade direta. Em uma região marcada por importante participação na indústria e pelo setor de serviços, por elevado grau de urbanização e por uma importante atividade agropecuária no conjunto da microrregião de Cata-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

lão, manter uma proporção mais elevada da arrecadação municipal própria no conjunto da arrecadação é uma estratégia importante.

Em relação aos municípios da microrregião de Catalão, Catalão apresenta basicamente o mesmo padrão de receitas com predominância das transferências sobre a receita de tributos próprios (Tabela 15).

Tabela 15 – Principais itens de receitas

	Catalão		Microrregião de Catalão		Estado de Goiás (sem a capital)	
	2019 (R\$)	Análise Vertical	2019 (R\$)	Análise Vertical	2019 (R\$)	Análise Vertical
Receita Orçamentária	464.306.311,81	100%	925.239.995,99	100%	39.890.770.111,93	100%
Receitas Correntes	426.816.363,18	91,93%	811.389.122,41	87,69%	20.745.960.509,31	52,01%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	68.136.572,99	14,67%	103.752.344,51	11,21%	13.801.323.211,48	34,60%
Impostos	63.296.363,63	13,63%	97.446.990,71	10,53%	-	-
IPTU	6.959.634,03	1,50%	9.910.869,42	1,07%	-	-
Imposto de Renda RF	12.406.422,92	2,67%	17.473.493,33	1,89%	-	-
ITBI	6.020.827,39	1,30%	10.309.541,97	1,11%	-	-
ISS	37.869.075,52	8,16%	59.414.543,06	6,42%	-	-

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

	Catalão		Microrregião de Catalão		Estado de Goiás (sem a capital)	
	2019 (R\$)	Análise Vertical	2019 (R\$)	Análise Vertical	2019 (R\$)	Análise Vertical
Taxas	4.559.356,39	0,98%	6.017.040,83	0,65%	-	-
Contribuições de Melhoria	280.852,97	0,06%	288.312,97	0,03%	-	-
Receita de Contribuição	18.514.013,90	3,99%	40.241.502,68	4,35%	1.082.706.134,00	2,71%
Receita Patrimonial	8.103.403,98	1,75%	13.454.042,84	1,45%	218.441.166,76	0,55%
Receita de Serviços	37.636.505,37	8,11%	37.845.222,23	4,09%	1.856.406.814,05	4,65%
Transferências Correntes	287.904.504,89	62,01%	603.578.068,67	65,23%	5.225.872.965,26	13,10%
Transferências da União e de suas Entidades	109.775.267,75	23,64%	277.136.430,70	29,95%	-	-
Transferências dos Estados e do Distrito Federal	146.569.099,32	31,57%	263.523.377,46	28,48%	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	31.560.128,32	6,80%	35.825.553,55	3,87%	-	-
Quota ICMS	121.215.882,82	26,11%	233.237.717,03	25,21%	-	-
Quota IPVA	18.728.136,50	4,03%	24.620.437,99	2,66%	-	-

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

	Catalão		Microrregião de Catalão		Estado de Goiás (sem a capital)	
	2019 (R\$)	Análise Vertical	2019 (R\$)	Análise Vertical	2019 (R\$)	Análise Vertical
FPM	38.105.237,41	8,21%	119.078.869,59	12,87%	-	-
FUNDEB	31.560.128,32	6,80%	61.364.629,24	6,63%	-	-
SUS União	31.557.409,83	6,80%	50.713.902,48	5,48%	-	-
Outras Receitas Correntes	6.521.362,05	1,40%	12.520.827,13	1,35%	1.386.423.586,70	3,48%
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	3.412.319,63	0,73%	3.417.171,68	0,37%	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimento	123.095,45	0,03%	2.534.057,91	0,27%	-	-
Demais Receitas Correntes	2.985.946,97	0,64%	5.836.233,66	0,63%	-	-
Receitas Correntes Intraorçamentárias	14.682.604,63	3,16%	19.655.145,03	2,12%	2.080.279.437,48	5,21%
Receita de Capital	22.807.344,00	4,91%	27.971.447,35	3,02%	1.890.362.776,46	4,74%
Operações de Crédito	5.859.930,15	1,26%	6.609.930,15	0,71%	143.605.919,52	-0,36%
Alienação de Bens	2.252.393,20	0,49%	2.519.893,20	0,27%	47.416.705,66	0,12%

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

	Catalão		Microrregião de Catalão		Estado de Goiás (sem a capital)	
	2019 (R\$)	Análise Vertical	2019 (R\$)	Análise Vertical	2019 (R\$)	Análise Vertical
Transferências de Capital	14.695.020,65	3,16%	19.405.714,02	2,10%	120.079.223,27	0,30%
Deduções da Receita	37.800.529,35	-8,14%	75.194.197,93	-8,13%	17.301.538.215,56	-43,37%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/Secretaria de Finanças Municipal.

Com relação à transferência do SUS, é necessária uma análise para verificar a causa e as possibilidades de incrementar o valor dela. O valor transferido pela União para o SUS é determinado por uma ponderação dos diferentes tipos de atendimentos de saúde que o município tem desenvolvido. Sendo o valor de transferência percentualmente pouco divergente entre o município de Catalão e sua microrregião. É interessante saber como estão sendo feitos os atendimentos no município e, inclusive, se as informações enviadas ao governo federal para o cálculo do valor das transferências estão sendo processadas de maneira adequada.

Comparativamente à composição de receitas de todos os municípios do estado, observam-se diferenças maiores. O percentual de receita tributária é bem superior no estado – mesmo não considerando a capital. Por outro lado, a

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

receita de transferências em Catalão, assim como as outras receitas correntes, aparecem com percentuais superiores.

Outro vetor de aprofundamento de análise é quanto ao incremento das receitas tributárias próprias. Na comparação com o estado, mesmo sem o município da capital, verifica-se o baixo desempenho percentual das receitas próprias no total da receita orçamentária. Este fato pode indicar que existem possibilidades de expansão dessas receitas. Seria preciso uma pesquisa qualitativa no município, no sentido de verificar o que foi feito nos últimos anos, suas consequências positivas e negativas para, então, propor medidas eficazes visando à expansão da receita própria de Catalão.

Entre os grandes números de despesa segundo a classificação econômica, nos últimos 3 anos, deve-se destacar a evolução de despesas com pessoal e encargos sociais e em investimentos. Enquanto o primeiro item apresenta percentuais da receita orçamentária decrescentes durante o período de 2017 a 2019 – estes passam de 43,06% a 37,88%, o outro item apresenta percentuais oscilantes neste período – passam de 9,21% (em 2017) para 11,18% (em 2018) e em 2019 a taxa percentual diminui para 9,99%. Esses dados (Tabela 16) demonstram o esforço do município no sentido de controlar as despesas com pessoal, por um lado, e aumentar os gastos em investimentos, por outro.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Deve-se ressaltar que a redução da participação do gasto com pessoal da ativa não pode ser considerada um aspecto, por si mesmo, nem positivo nem negativo. Para tal avaliação deve-se sempre considerar a necessidade de expansão de serviços públicos municipais essenciais à população e os investimentos necessários para manter e melhorar a infraestrutura econômica e social. Nesse sentido, deve-se destacar a importância do aumento dos investimentos, justamente no período de maior elevação das receitas, o que aponta o lado positivo desta elevação das receitas concomitante à redução do peso do gasto com pessoal no município de Catalão.

O fato é que, em função do comportamento das receitas e despesas de Catalão, observa-se a manutenção de um superávit orçamentário – destaque para o ano de 2018, em que ocorreu uma redução nesse índice – no período (Tabela 16). No período analisado, observa-se um aumento nas despesas de capital em detrimento das despesas correntes, que passaram de R\$ 38 milhões para R\$ 48 milhões.

Nas despesas, analisando segundo as funções de governo, observa-se quatro grandes alterações nas destinações, em termos percentuais (Tabela 16). Primeiramente, observa-se um grande aumento no percentual da receita orçamentária destinado à função urbanismo que passou de 8,59% em 2017 para 13,07% em 2018

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

e, no ano seguinte, apresentou uma redução nesse percentual, passando para 10,56%. Essa função de governo é responsável pela infraestrutura urbana, pelos serviços urbanos e pelos transportes coletivos urbanos. Observe-se, portanto, um aumento dos gastos de Catalão em importante função do governo municipal (e que pode explicar o aumento das despesas em investimentos).

Em segundo lugar, observa-se uma diminuição no percentual gasto em educação, embora em termos monetários (em valores nominais) tenha ocorrido um aumento. Os gastos em educação de Catalão passaram de 18,46% da receita orçamentária em 2017 para 17,5% em 2019. Em terceiro lugar, observa-se ainda que a função administração apresentou percentuais crescentes de destinação de recursos no período analisado, passando de 7,86% em 2017 para 11% em 2019. E por fim, com relação ao saneamento é possível observar uma grande redução em termos percentuais, passando de 5,01% em 2017 para 1,21% em 2019. Nas outras funções de governo não se observam variações significativas no percentual da receita orçamentária, mantendo-se todas relativamente estáveis no período (Tabela 16).

Na análise do quadro comparativo das despesas por classificação econômica, observa-se que o percentual do gasto com pessoal e encargos em Catalão é inferior ao percentual desta despesa, considerando todos os municípios do

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

estado (exceto a capital), embora no município seja decrescente no tempo e próximo do percentual dos municípios da microrregião (Tabela 17). Outra observação importante do quadro comparativo é relativa ao percentual destinado à amortização da dívida pela prefeitura de Catalão, que é inferior tanto ao percentual da microrregião, como principalmente ao da totalidade dos municípios do estado (com exceção da capital).

No que se refere às despesas por funções, é interessante notar o alto valor percentual dos gastos na função Urbanismo, fato já observado na evolução dos últimos 3 anos do município. A avaliação desses gastos merece uma análise aprofundada, dada a importância que assume em Catalão. O percentual destinado à educação, embora decrescente no município, é superior aos observados na microrregião e nos outros municípios do estado de Goiás (exceto a capital), o que demonstra, em princípio, que o percentual de gastos desta função não está aquém da média praticada. Na saúde, proporcionalmente, observa-se um percentual superior ao dos percentuais das outras regiões consideradas.

Tabela 16 – Evolução dos principais itens de despesa no município de Catalão

	2017 (R\$)	Análise Vertical	2018 (R\$)	Análise Vertical	2019 (R\$)	Análise Vertical
Despesa Orçamentária	322.085.262,93	100%	376.784.118,18	100%	415.034.643,64	100%
Classificação Econômica						
Despesas Correntes	283.586.157,81	88,05%	328.373.620,09	87,15%	366.043.911,10	88,20%
Pessoal e Encargos Sociais	138.705.769,50	43,06%	166.179.313,73	44,10%	157.203.934,89	37,88%
Juros e Encargos da Dívida	-	0,00%	5.518,30	0,001%	-	0,00%
Outras Despesas Correntes	144.880.388,31	44,98%	162.188.788,06	43,05%	208.839.976,21	50,32%
Despesas de Capital	38.499.105,12	11,95%	48.410.498,09	12,85%	48.990.732,54	11,80%
Investimentos	29.648.266,50	9,21%	42.129.335,88	11,18%	41.475.561,84	9,99%
Inversões Financeiras	-	0,00%	-	0,00%	-	0
Amortização da Dívida	8.850.838,62	2,75%	6.281.162,21	1,67%	7.515.170,70	1,81%
Superávit ou Déficit	75.268.904,91	23,37%	39.089.376,48	10,37%	49.271.668,17	11,87%

continua →

	2017 (R\$)	Análise Vertical	2018 (R\$)	Análise Vertical	2019 (R\$)	Análise Vertical
Por Funções						
Educação	73.338.025,52	18,46%	75.391.415,77	18,13%	79.623.732,89	17,15%
Urbanismo	34.128.194,42	8,59%	54.368.815,60	13,07%	49.028.555,38	10,56%
Saúde	75.584.726,80	19,02%	76.420.176,27	18,38%	89.811.230,58	19,34%
Administração	31.226.770,09	7,86%	42.010.519,86	10,10%	51.083.882,43	11,00%
Saneamento	19.897.834,66	5,01%	27.628.459,91	6,64%	5.625.214,84	1,21%
Previdência Social	1.609.450,56	0,41%	1.663.823,19	0,40%	1.808.159,75	0,39%
Encargos Especiais	9.922.297,79	2,50%	6.922.924,72	1,66%	8.693.500,11	1,87%
Legislativa	15.688.715,93	3,95%	14.698.273,84	3,53%	13.353.587,09	2,88%
Segurança Pública	5.452.120,41	1,37%	5.826.169,51	1,40%	5.476.651,37	1,18%
Assistência Social	6.104.388,67	1,54%	3.321.051,33	0,80%	4.018.044,42	0,87%
Desporto e Lazer	2.666.674,84	0,67%	1.693.037,50	0,41%	2.496.073,10	0,54%
Cultura	275.648,91	0,07%	328.818,19	0,08%	603.957,72	0,13%
Outras Funções	46.190.414,33	11,62%	66.510.632,49	15,99%	103.412.053,96	22,27%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/Secretaria de Finanças Municipal.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Tabela 17 - Principais itens de despesa

	Catalão		Microrregião de Catalão		Estado de Goiás (sem a capital)	
	2019 (R\$)	Análise Vertical	2019 (R\$)	Análise Vertical	2019 (R\$)	Análise Vertical
Despesa Orçamentária	415.034.643,64	100%	752.212.547,29	100%	22.249.070.881,48	100%
Classificação Econômica						
Despesas Correntes	366.043.911,10	88,20%	676.886.240,66	89,99%	21.010.457.551,93	94,43%
Pessoal e Encargos Sociais	157.203.934,89	37,88%	315.830.724,47	41,99%	14.400.245.156,74	64,72%
Juros e Encargos da Dívida	-	0,00%	26.740,08	0,00%	1.248.765.609,13	5,61%
Outras Despesas Correntes	208.839.976,21	50,32%	361.031.322,92	48,00%	5.361.446.786,06	24,10%
Despesas de Capital	48.990.732,54	11,80%	75.181.274,10	9,99%	1.238.613.329,55	5,57%
Investimentos	41.475.561,84	0,099932771	60.232.013,26	8,01%	337.909.091,17	1,52%
Inversões Financeiras	-	0	-	0,00%	53.657.550,16	0,24%
Amortização da Dívida	7.515.170,70	1,81%	14.949.260,84	1,99%	847.046.688,22	3,81%
Superávit ou Déficit	11.471.138,82	2,76%	27.683.486,26	3,68%	357.570.790,23	1,61%
Por Funções						
Educação	79.623.732,89	17,15%	154.484.116,38	16,70%	4.346.567.089,88	10,90%
Urbanismo	49.028.555,38	10,56%	86.298.926,81	9,33%	78.567.168,01	-0,20%
Saúde	89.811.230,58	19,34%	159.441.850,66	17,23%	3.042.634.448,72	7,63%

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

	Catalão		Microrregião de Catalão		Estado de Goiás (sem a capital)	
	2019 (R\$)	Análise Vertical	2019 (R\$)	Análise Vertical	2019 (R\$)	Análise Vertical
Administração	51.083.882,43	11,00%	103.901.122,53	11,23%	1.162.392.783,31	2,91%
Saneamento	5.625.214,84	1,21%	7.353.513,60	0,79%	372.487.583,79	-0,93%
Previdência Social	1.808.159,75	0,39%	38.730.651,45	4,19%	2.678.191.261,85	6,71%
Encargos Especiais	8.693.500,11	1,87%	11.232.493,08	1,21%	2.891.828.972,03	7,25%
Legislativa	13.353.587,09	2,88%	27.059.850,70	2,92%	842.385.577,77	2,11%
Segurança Pública	5.476.651,37	1,18%	5.974.373,69	0,65%	3.715.743.695,14	9,31%
Assistência Social	4.018.044,42	0,87%	20.992.718,51	2,27%	169.336.456,64	0,42%
Desporto e Lazer	2.496.073,10	0,54%	5.472.793,41	0,59%	637.763,85	0,00%
Cultura	603.957,72	0,13%	3.372.532,36	0,36%	4.004.888,32	-0,01%
Outras Funções	103.412.053,96	22,27%	127.975.795,13	13,83%	3.578.364.371,41	8,97%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/Secretaria de Finanças Municipal.

Os vetores de aprofundamento de análise suscitados pela presente pesquisa, em especial quanto ao controle de gastos, necessitam de informações qualitativas do município para a proposição de medidas realmente eficazes.

Com relação ao endividamento de Catalão, pode-se perceber pela Tabela 18 que o total dos valores relativos ao passivo financeiro (dívidas de curto prazo) se manteve em reduções significativas entre 2017 e 2019, embora os restos a pagar processados, isto é, os empenhos já reconhecidos como dívida pela pre-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

feitura, tenham aumentado no período de 2017 para 2018. No ano seguinte, apresentou uma redução. Os restos a pagar não processados, isto é, os empenhos ainda não reconhecidos, diminuíram drasticamente no período. O passivo não financeiro (dívidas de longo prazo) apresentou-se constante no período analisado, não sofrendo grandes alterações.

Tabela 18 – Evolução do Endividamento no município de Catalão

	2017 (R\$)		2018 (R\$)		2019 (R\$)	
Passivo Financeiro	30.157.447,24	8%	29.894.811,38	7,19%	20.479.011,62	4,41%
Dívida Flutuante	30.157.447,24	8%	29.894.811,38	7,19%	20.479.011,62	4,41%
Restos a Pagar Processados	18.360.679,51	5%	21.742.015,10	5,23%	16.830.871,20	3,62%
Restos a Pagar não Processados	10.914.894,92	3%	6.490.910,66	1,56%	2.676.116,13	0,58%
Outros Itens do Passivo Financeiro	881.872,81	0%	1.661.885,62	0,40%	972.024,29	0,21%
Passivo Permanente	57.056.952,60	14%	55.767.450,18	13,41%	55.533.440,22	11,96%
Dívida Fundada	57.056.952,60	14%	55.767.450,18	13,41%	55.533.440,22	11,96%
Passivo Real	87.214.399,84	22%	85.662.261,56	20,60%	76.012.451,84	16,37%
Patrimônio Líquido Real	152.302.962,66	38%	189.839.607,71	45,65%	223.793.373,21	48,20%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/Secretaria de Finanças Municipal.

Comparativamente ao agregado dos municípios do estado de Goiás, observa-se em Catalão um percentual superior relativo às dívidas flutuantes e às dívidas fundadas (Tabela 19).

Tabela 19 – Situação de endividamento (com percentual da receita corrente líquida)

	Catalão		Microrregião de Catalão		Estado de Goiás (sem a capital)	
	2019 (R\$)		2019 (R\$)		2019 (R\$)	
Passivo Financeiro	20.479.011,62	5,15%	31.753.659,56	3,43%	5.182.123.469,38	12,99%
Dívida Flutuante	20.479.011,62	5,15%	31.753.659,56	3,43%	5.182.123.469,38	12,99%
Restos a Pagar Processados	16.830.871,20	4,24%	21.359.098,39	2,31%	-	-
Restos a Pagar não Processados	2.676.116,13	0,67%	6.443.948,56	0,70%	-	-
Outros Itens do Passivo Financeiro	972.024,29	0,24%	3.950.612,58	0,43%	-	-
Passivo Permanente	55.533.440,22	13,98%	165.888.466,40	17,93%	20.781.105.766,70	52,10%
Dívida Fundada	55.533.440,22	13,98%	165.888.466,40	17,93%	20.781.105.766,70	52,10%
Passivo Real	76.012.451,84	19,13%	204.936.866,07	22,15%	25.963.229.236,08	65,09%

DEBATE ATUAL

- Queda na arrecadação municipal

Em decorrência da pandemia da covid-19, a arrecadação nas três esferas de governo apresentou uma redução. Mas o quadro parece mais preocupante nos municípios, que devem apresentar retração na receita com tributos durante um período mais prolongado do que os estados, porque a receita está mais atrelada aos serviços, que foram mais afetados pelo isolamento social.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

CONTRATAÇÕES EMERGENCIAIS REALIZADAS

Gestores e agentes políticos municipais devem ter cautela e observar aspectos orçamentários, contábeis e jurídicos em decorrência das aquisições e contratações emergenciais para as ações de enfrentamento ao novo coronavírus.

A Lei nº 13.979/20 trouxe consideráveis impactos na legislação para contratação pela administração pública. Permissibilidade como contratação emergencial, por dispensa, sem prazo limite, mas, até que se encerre a pandemia, inclusive, podendo ser utilizado o Sistema de Registro de Preços; flexibilização da fase interna da contratação; redução de prazos no pregão; flexibilização na solicitação de documentos habilitatórios, inclusive, permitindo a contratação com empresas inidôneas e suspensa; ampliação de valores para o suprimento de fundos e dos limites para acréscimos e supressões, são, sem dúvida, inovações que, sem uma necessidade gravosa, de calamidade pública, não fariam o legislador trazer para o ordenamento jurídico.



MERCADO DE TRABALHO

A análise do mercado de trabalho municipal é uma parte muito importante do levantamento da situação econômica e social do município.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

A geração de postos de trabalho e o nível de rendimento a eles associado geralmente dependem do ritmo e do tipo de crescimento da economia local. No entanto, outras variáveis podem interferir na relação entre o crescimento econômico, o nível de ocupação e a situação do mercado de trabalho local. Por exemplo, há uma grande quantidade de pessoas que se deslocam diariamente de um município a outro para trabalhar, definindo uma mobilidade pendular, o que nos obriga a tentar analisar o problema em termos regionais e não só em termos estritamente municipais. Além disso, o desenvolvimento de determinadas atividades econômicas pode não resultar em aumentos significativos de postos de trabalho para o município ou para a região. Assim, para compreender a situação do mercado de trabalho nos municípios goianos, é preciso considerar fatores como o crescimento da economia

local, sua relação com a geração de postos de trabalho e a evolução setorial da estrutura produtiva, assim como considerar aspectos associados à migração (que pode ser pendular, entre municípios do mesmo estado ou entre municípios de estados diferentes) e o perfil da mão de obra.

O conhecimento das características e potenciais problemas associados ao mercado de trabalho municipal e de suas prováveis tendências contribui para definir a mais apropriada intervenção direta do Poder Público municipal – inclusive por meio de parcerias com os governos estaduais e nacional. Essa intervenção pode ocorrer tanto no sentido de apoiar o desenvolvimento de determinadas atividades que apresentam grande importância na geração de emprego e renda no município, como na direção de desenvolver novas atividades, ou mesmo no que se

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

refere ao desenvolvimento de políticas de formação e qualificação profissional de intermediação da força de trabalho, de apoio ao setor informal e de estímulo às iniciativas de economia solidária.

Como se sabe, o trabalho é definido pela Constituição Federal que, em seu Art. 6º, estabelece o trabalho como um dos direitos sociais do cidadão, e a construção da política pública de emprego, trabalho e renda envolve os três entes federados, por meio do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (Sine). Esse sistema abrange um conjunto de políticas públicas que busca maior efetividade na colocação dos trabalhadores na atividade produtiva, visando à inclusão social, nas cidades e no campo, por emprego, trabalho e renda, por meio de atividades autônomas, pequenos empreendimentos individuais ou coletivos. Entre as ações desenvolvidas em parceria com os mu-

nicípios, destacam-se a intermediação de mão de obra, a qualificação profissional e o fomento às atividades autônomas e empreendedoras. Os Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs), as agências do Banco do Povo de Goiás e as Comissões Municipais de Emprego desempenham papel relevante na implementação das políticas de trabalho e renda nos municípios goianos.

Nesse sentido, a melhor compreensão do mercado de trabalho local permite que o Poder Público municipal possa contribuir para delinear programas e políticas que promovam a estruturação do mercado de trabalho, a formalização das ocupações, a elevação do patamar dos rendimentos e da produtividade do trabalho, o que contribuirá para elevar a renda e o dinamismo da economia local.

Claramente, uma boa análise do mercado de trabalho deve transcender a consi-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

deração do emprego assalariado formal, considerando a importância das atividades informais e do trabalho autônomo como estratégias de sobrevivência e de geração de renda em praticamente todos os municípios brasileiros. Entretanto, no levantamento de dados sobre o mercado de trabalho municipal, depara-se com um conjunto de limitações das pesquisas e informações disponíveis: somente a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) – pesquisas do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho vinculado ao Ministério da Economia – fornecem informações periódicas (mensais, trimestrais, anuais) para o universo municipal. Mas, nos dois casos, as informações referem-se apenas ao mercado de trabalho formal, isto é, aos empregados assalariados em empresas com vínculo de emprego formalizado. Dados mais completos

sobre o mercado de trabalho municipal, inclusive considerando a ocupação e o rendimento do setor informal e questões associadas ao desemprego, somente podem ser obtidos a partir das informações decenais fornecidas pelo Censo Demográfico do IBGE, que não é adequado para dar subsídios à definição de políticas públicas. Pesquisas importantes no país, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC/IBGE) não oferecem a possibilidade de examinar o espaço municipal.

Assim, as informações sistematizadas pela Rais e pelo Caged são as mais disponíveis para a análise recente da evolução do mercado de trabalho municipal. Dependendo do tipo de análise, elas podem ser combinadas com as informações do Censo Demográfico (IBGE); com pesquisas eventualmente realizadas por instituições públicas (por exemplo, o Ins-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

tituto Mauro Borges – IMB) ou mesmo privadas; e principalmente, pelas informações fornecidas pelo Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) – quando existente no município.

Mesmo havendo dificuldades, é importante que o gestor municipal procure se basear não só nas estatísticas disponíveis sobre o mercado de trabalho formal, mas fazer um esforço para obter outras informações, principalmente sobre os ocupados no setor informal, os trabalhadores organizados em cooperativas, atuantes em feiras livres, o aumento ou decréscimo do número de ocupados relativamente às tendências apontadas pelo ritmo de crescimento demográfico (inclusive de imigração ou emigração), assim como informações sobre a qualidade das ocupações (trabalho precário, ilegal etc.). Em função da inexistência de séries conjunturais sobre o desemprego,

as tendências observadas em relação ao crescimento ou decréscimo da ocupação podem servir como um indicativo em relação ao desemprego.

O cruzamento e análise das diversas informações podem orientar as ações do poder municipal na busca da definição de políticas públicas que melhorem a situação ocupacional e de rendimentos da população economicamente ativa (ocupada ou desempregada) no município.

Com as informações da Rais e do Caged pode-se analisar a evolução do emprego e dos rendimentos dos assalariados do setor formal, segundo o ramo de atividade econômica, sexo, idade, grau de instrução, ocupação exercida e tamanho do estabelecimento – informações suficientes para compreender os principais aspectos da estrutura de emprego formal do município. O Caged também fornece, mensalmente, dados sobre a evolução do

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

número e o perfil dos contratos de trabalhadores admitidos e desligados, que são importantes para compreender as tendências setoriais de evolução do emprego e o tipo de qualificação mais requerida dos trabalhadores, assim como indicar tendências para a evolução do

emprego formalizado e de seus prováveis impactos sobre o desemprego.

Portanto, a análise do mercado de trabalho (que inclui tanto a ocupação como os rendimentos e as características do trabalho exercido) deve considerar, pelo menos, as seguintes perguntas.

Quadro 7 – Questões Relevantes: Mercado de Trabalho

Informação	Fontes
Qual é o volume total de empregados com carteira de trabalho assinada no município?	Caged; Rais
Qual é o ritmo de expansão recente do emprego formal?	Caged; Rais
Quais são os setores de atividades (agropecuária, indústria, comércio e serviços) que mais contribuem para a geração de emprego formal no município?	Rais
Quais são os ramos de atividade que estão apresentando, atualmente, maior ritmo de criação e/ou diminuição do emprego formal no município?	Caged
Qual é o rendimento médio dos empregados com carteira de trabalho assinada no município?	Rais; IBGE; IMB
Quais são os setores de atividades (agropecuária, indústria, comércio e serviços) que apresentam os maiores e os menores rendimentos médios do trabalho?	Rais; IBGE; IMB

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Informação	Fontes
Quais ocupações têm apresentado maiores ritmos de crescimento e aquelas que têm sofrido processo de enxugamento?	Caged; IBGE; IMB
Há migração pendular a partir do município?	Prefeitura; IBGE
Qual é a importância relativa da informalidade no mercado de trabalho local? Em contraposição, qual é o Índice de Emprego Assalariado Formal?	IBGE; Rais
Quais as atividades mais representativas do setor informal? Existem programas direcionados a essa faixa da população?	Sindicatos, Pesquisas eventuais de órgãos públicos ou privados; Prefeitura
Quais as características da população que está à procura de trabalho?	Sine/PAT
Qual a disponibilidade de centros de formação e qualificação?	MEC; Secretaria Estadual de Educação
Quais as características da População em Idade Ativa (PIA) e da Economicamente Ativa (PEA)?	IBGE
Quantos trabalhadores estão envolvidos em atividades de cooperativas, feiras etc.?	Sindicatos, Cooperativas e Associações

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

FIQUE ATENTO!

Conceitos básicos do Mercado de Trabalho

- **População Economicamente Ativa (PEA):** parcela da população disponível para o mercado de trabalho, seja ocupada ou desempregada. É a oferta de mão de obra.
- **População em Idade Ativa (PIA):** População com idade para trabalhar, geralmente a partir dos 14 anos de idade.
- **Mobilidade Pendular:** movimentação diária de pessoas entre municípios para trabalhar ou estudar.
- **Mercado de Trabalho Formal:** é o trabalho realizado com carteira assinada, além do emprego no setor público e os contratos formais de emprego, ainda que temporários, mas regidos pela legislação vigente. Se o trabalhador estiver formalizado, a ele é assegurado os direitos trabalhistas (como férias, 13º salário, etc.).
- **Mercado de Trabalho Informal:** é representado pelo trabalhador que não tem carteira assinada ou com sem contrato formalizado e, por isso, não tem assegurado os direitos trabalhistas.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

- Rotatividade de mão de obra: ocorre quando o trabalhador é substituído, isto é, quando há uma demissão de um trabalhador e a contratação de outro logo em seguida.

EXEMPLO DE DIAGNÓSTICO – MUNICÍPIO: CATALÃO

Os dados referentes ao mercado de trabalho formal em Catalão mostram um ritmo de crescimento populacional mais acentuado do que as vagas formais de emprego. Essa é uma diferença normal em diversas economias modernas, mas, quando ocorre um grande distanciamento, pode ser sinal de que o mercado formal de trabalho não está conseguindo absorver corretamente a mão de obra, principalmente aquela recém entrante, mais jovem.

Tabela 20 – População Total, PEA, emprego formal e índice de emprego assalariado formal

	2010
População Total	86.647
PEA	48.652
PEA (%)	56,15%
Estoque de emprego formal em 31/12	23.073
Índice de emprego assalariado formal	0,47

Fontes: Fundação IBGE, Rais e Caged.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Entre 2010 e 2019, o emprego formal cresceu menos no Município de Catalão do que na Microrregião de Catalão, mas de forma mais acentuada que no total do estado de Goiás. O setor de serviços foi o ramo econômico que passou a ser o principal foco de emprego, com 28,22% do estoque de trabalho formal em 2019, enquanto ocorreu uma redução na participação da indústria de transformação, fenômeno que segue a tendência da microrregião e do estado de Goiás como um todo (Tabela 21).

Tabela 21 – Distribuição do emprego formal por setores de atividade econômica

	Catalão				Microrregião de Catalão				Estado de Goiás			
	2010	Distribuição	2019	Distribuição	2010	Distribuição	2019	Distribuição	2010	Distribuição	2019	Distribuição
Extrativa Mineral	436	2,08%	626	2,38%	462	1,47%	1.254	2,68%	7.708	0,59%	7.290	0,48%
Indústria de Transformação	7.050	33,57%	6.372	24,26%	8.765	27,96%	9.837	21,02%	204.593	15,57%	235.376	15,44%
Serviços Industriais de Utilidade Pública	46	0,22%	251	0,96%	60	0,19%	299	0,64%	8.988	0,68%	11.962	0,78%

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

	Catalão				Microrregião de Catalão				Estado de Goiás			
	2010	Distribuição	2019	Distribuição	2010	Distribuição	2019	Distribuição	2010	Distribuição	2019	Distribuição
Construção Civil	1.032	4,91%	1.688	6,43%	1.162	3,71%	1.853	3,96%	76.504	5,82%	60.453	3,97%
Comércio	5.305	25,26%	6.042	23,01%	6.516	20,79%	7.867	16,81%	251.159	19,12%	299.086	19,62%
Serviços	4.949	23,56%	7.412	28,22%	5.972	19,05%	15.297	32,69%	344.557	26,23%	491.539	32,25%
Administração Pública	930	4,43%	2.711	10,32%	4.427	14,12%	6.414	13,71%	338.436	25,76%	324.018	21,26%
Agropecuária, Silvicultura e Pesca	1.256	5,98%	1.160	4,42%	3.985	12,71%	3.979	8,50%	81.696	6,22%	94.580	6,20%
Total	21.004	100%	26.262	100%	31.349	100%	46.800	100%	1.313.641	100%	1.524.304	100%

Fontes: Instituto Mauro Borges e Rais.

Ainda assim, a indústria de transformação é um dos principais segmentos concentradores de postos formais de trabalho no município, caracterizando-o como um setor-chave. Apesar de, em 2019, ser o segundo setor com mais empregos, as atividades industriais tendem a apresentar maior capacidade

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

de influenciar a geração de empregos indiretos nos segmentos de comércio, transporte e serviços.

No conjunto, as informações sobre o emprego formal no município de Catalão mostram um padrão de concentração setorial do emprego bem diferente dos verificados na Microrregião de Catalão e no conjunto do estado de Goiás – diferenças mais acentuadas no caso da indústria de transformação, do comércio e dos serviços e menores nos casos da construção civil e da agropecuária (Tabela 22). As informações também apontam que o total de emprego formal em Catalão perdeu participação no conjunto do emprego formal da Microrregião de Catalão, fruto da expansão que as cidades brasileiras menores apresentaram ao longo dos últimos 10 anos, ao mesmo tempo em que aumentou sua participação no conjunto do emprego formal no estado de Goiás.

Tabela 22 – Emprego Formal por setores de atividade econômica – participação de Catalão na Microrregião de Catalão e no Estado de Goiás

	Microrregião de Catalão		Estado de Goiás	
	2010	2019	2010	2019
Extrativa Mineral	1,39%	1,34%	0,03%	0,04%
Indústria de Transformação	22,49%	13,62%	0,54%	0,42%
Serviços Industriais de Utilidade Pública	0,15%	0,54%	0,00%	0,02%

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

	Microrregião de Catalão		Estado de Goiás	
	2010	2019	2010	2019
Construção Civil	3,29%	3,61%	0,08%	0,11%
Comércio	16,92%	12,91%	0,40%	0,40%
Serviços	15,79%	15,84%	0,38%	0,49%
Administração Pública	2,97%	5,79%	0,07%	0,18%
Agropecuária, Silvicultura e Pesca	4,01%	2,48%	0,10%	0,08%
Total	67,00%	56,12%	1,60%	1,72%

Fontes: Instituto Mauro Borges e Rais.

As informações disponíveis no Caged sobre a movimentação de empregados formais mostram que o saldo de empregos, ou seja, a diferença entre a quantidade de novas admissões e desligamentos, em Catalão, foi positivo em 2019, com uma tendência geral de aumento entre os dois anos considerados.

Já o saldo nos grandes setores (por admissões e desligamentos de empregados) mostra uma maior capacidade de geração de postos de emprego nos períodos recentes (Tabela 23). Ou seja, houve uma melhoria do comportamento do emprego. Em 2010, foram analisados quatro setores com saldo negativo, enquanto em 2019 esse número caiu para dois. Dos setores considerados, apenas o de extrativa mineral e agropecuária, silvicultura e pesca apresentaram saldos negativos nos dois períodos analisados.

Tabela 23 – Saldo entre admissões e desligamentos para os setores selecionados

Grandes Setores	2010				2019
	Total de Admissões	Total de Desligamentos	Saldo	Relação admitidos/desligados	Saldo
Extrativa Mineral	39	40	-1	0,98	-41
Indústria de Transformação	2.592	2.307	285	1,12	477
Serviços Industriais de Utilidade	9	9	0	1	40
Construção Civil	1.152	1.572	-420	0,73	18
Comércio	3.611	3.338	273	1,08	157
Serviços	3.037	2.606	431	1,17	210
Administração Pública	207	299	-92	0,69	320
Agropecuária, Silvicultura e Pesca	1.369	1.431	-62	0,96	-23
Total	12.016	11.602	414	1,04	1.158

Fonte: Caged.

Com relação aos rendimentos, os dados dos empregados do setor formal (Rais) mostram que, no Município de Catalão, o patamar do rendimento médio real é sempre maior, tanto em 2010 como em 2019, relativamente aos rendimentos médios observados na Microrregião de Catalão e, em relação ao estado de Goiás, não apresentam variações significativas (Tabela 24). Note-se que essas diferenças apresentam uma tendência de redução.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Os dados apresentados na Tabela 24 também permitem observar que os rendimentos médios dos setores de extrativa mineral e indústria de transformação apresentam valores superiores aos valores apresentados na Microrregião de Catalão e do estado de Goiás.

Tabela 24 – Rendimento médio real do emprego formal por setores de atividade econômica

Setor	Catalão		Microrregião de Catalão		Estado de Goiás	
	2010 (R\$)	2019 (R\$)	2010 (R\$)	2019 (R\$)	2010 (R\$)	2019 (R\$)
Extrativa Mineral	2.432,26	4.379,22	601,67	1.150,23	2.456,11	3.703,61
Indústria de Transformação	1.672,29	3.703,43	1.001,83	1.732,49	1.248,61	2.454,58
Serviços Industriais de Utilidade	4.999,61	1.741,73	1.778,30	1.628,73	4.201,52	6.574,98
Construção Civil	1.685,78	2.242,05	660,98	1.136,62	1.326,89	2.266,32
Comércio	931,47	1.937,29	817,65	1.418,24	1.043,47	1.954,31
Serviços	1.033,23	2.046,07	1.112,95	1.935,66	1.364,20	2.498,73
Administração Pública	1.288,64	3.521,57	1.063,23	2.360,25	1.984,30	4.350,80
Agropecuária, Silvicultura e Pesca	1.120,09	2.258,30	853,90	1.778,88	1.093,67	2.101,32
Total	1.308,32	2.641,31	1.685,79	2.530,30	1.451,46	2.790,11

Fontes: Instituto Mauro Borges e Rais.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

DEBATE ATUAL

O impacto da covid-19 no mercado de trabalho formal e informal

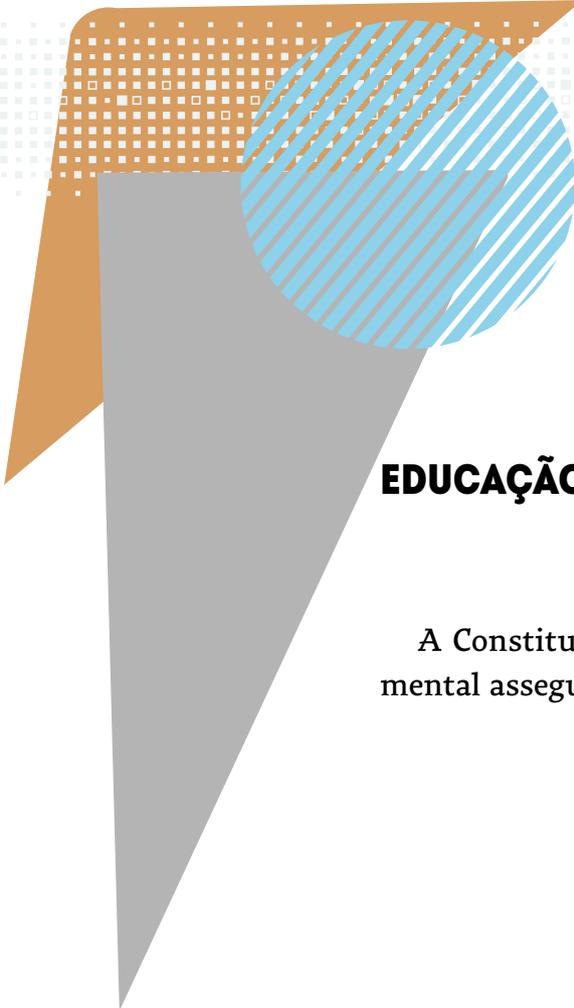
- Quais foram os setores mais atingidos diretamente pela pandemia?
- O nível de renda vai se recuperar com o fim das restrições de mobilidade e aglomeração?

Nível de rotatividade de mão de obra em decorrência da covid-19

- Quais são os impactos do aumento da rotatividade sobre a produtividade das empresas?
- Quais medidas podem ser tomadas para reduzir os impactos negativos da rotatividade?

Aumento do trabalho realizado em home office e o seu impacto

- Quais são as atividades mais passíveis de permanecer em home office ou com algum sistema híbrido após a pandemia?
- As regras trabalhistas atuais são suficientes para abarcar as características do home office ou será necessária uma legislação específica?
- Os municípios estão de fato preparados para a atuação em sistema de home office (velocidade de internet, equipamentos etc.)?
- Quais são as características (vantagens e desvantagens) do home office e seus impactos sobre o bem-estar do trabalhador?



EDUCAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 define a educação como um direito fundamental assegurado a todos e um dever do Estado, da sociedade e da família.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

O marco legal da educação brasileira reproduz o que está estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (artigo XXVI), segundo a qual toda pessoa tem direito à educação básica e que ela será gratuita em estabelecimentos públicos e obrigatória dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade (assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os jovens, adultos que a ela não tiveram acesso na “idade própria”).

A educação é direito fundamental para o desenvolvimento socioeconômico de um país, pois possibilita a inclusão social e a formação de indivíduos críticos e criativos. Quando ofertada em condições de qualidade, potencializa a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; é base para o desenvolvimento nacional; pode contribuir para a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a

promoção do bem de todos; e pode ainda ajudar a combater as diversas formas de discriminação.

Nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, projeto organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), do qual o Brasil é signatário, o objetivo 4 é destinado à educação. O referido objetivo visa assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

A Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Federal nº 9.394/96, determinam que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem organizar, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino e erradicar o analfabetismo; universalizar o atendimento escolar; melhorar a qualidade do ensino; formar para o trabalho; e conduzir à pro-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

moção humanística, científica e tecnológica do país (CF, art. 214).

É dever do Estado garantir:

- Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio;

- Educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

- Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

- Acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;

- Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

- Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

- Oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

- Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

- Padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;

- Vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

A educação é um direito e depende da ação efetiva do Estado, da família e de toda a sociedade para que seja em condições de qualidade e seja acessível, inclusiva e equitativa.

O desafio dos governos municipais está em como universalizar o acesso à educação básica (creche, pré-escola, ensino fundamental) de qualidade e inclusiva e erradicar o analfabetismo.

Para orientar a ação, os gestores públicos devem conhecer a base legal que organiza a educação:

- Constituição Federal (CF/88) (art. 205 a 214);
- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069/90;
- LDB, Lei Federal nº 9.394/96;
- Plano Nacional de Educação, Lei Federal nº 13.005/2014;
- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valo-

rização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Lei Federal nº 14.113/2020;

- Lei nº 11.738/2008, que institui o Piso Salarial Profissional Nacional - PSPN;
- Leis Estaduais e Municipais e normas do sistema de ensino que regulamentam o funcionamento da educação na localidade (resoluções do Conselho Estadual de Educação ou do Conselho Municipal de Educação).

Em função de sua importância estratégica, os Municípios devem destinar, no mínimo, 25% das receitas resultantes de impostos e transferências constitucionais para a manutenção e o desenvolvimento do ensino.

Os projetos e programas educacionais devem ser previstos no Plano Municipal de Educação, que deve ser discutido com a sociedade local, por meio das Conferências Municipais de Educação, e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação (CME). Esses também precisam estar in-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

cluídos no processo orçamentário municipal, que envolve o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

A LDB define que a educação escolar é composta por dois níveis: educação básica, formada pela educação infantil e

pelos ensinos fundamental e médio; e ensino superior.

Os dois níveis são organizados em etapas, com responsabilidade compartilhada entre as diversas esferas de governo, executadas, em alguns casos, em regime de colaboração. São eles:

Quadro 8 – Educação Básica

Etapa	Atribuição
Educação Infantil	
Creche (até 3 anos)	Municípios
Pré-escola (quatro e cinco anos)	Municípios
Ensino Fundamental	
1º ao 5º ano (anos iniciais)	Municípios/Estados/DF
6º ao 9º ano (anos finais)	Municípios/Estados/DF
Ensino Médio	Estados/DF

Quadro 9 – Educação Superior

Etapa	Atribuição
Ensino Superior	Estados/DF/União, segundo capacidade de cada um

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

A União deve organizar o sistema federal de ensino, enquanto os Estados e os Municípios podem ter sistemas próprios. Esses últimos podem se integrar ao sistema do Estado ou compor com ele um sistema único de educação básica (LDB, art. 11, parágrafo único).

Compete ao Município atuar, prioritariamente, na educação infantil (creche e pré-escola), no ensino fundamental (inclusive Educação de Jovens e Adultos – EJA), em parceria com o Estado; e na erradicação do analfabetismo, em parceria com o Estado e a União. Sua atuação somente pode ser ampliada para os demais níveis se já estiver garantido o acesso universal à educação infantil e ao ensino fundamental, e a erradicação do analfabetismo. Para isso, são utilizados recursos acima do mínimo constitucional de 25% (LDB, art. 11, inciso V).

A educação especial é uma ação transversal, que acompanha o aluno com deficiência onde ele estiver (LDB, art. 58 e 59) e deve atender às suas peculiaridades, a partir da educação infantil. Trabalhar a diversidade em todos os níveis é também um desafio colocado às administrações locais.

O executivo municipal deve dedicar atenção especial à passagem das diversas etapas, isto é, da pré-escola para o ensino fundamental, dos anos iniciais do ensino fundamental para os finais e do ensino fundamental para o médio. Criar ambientes de “concertação” com o Estado pode assegurar a continuidade de aprendizagem, o compartilhamento de informações sobre o histórico dos alunos e evitar que os alunos abandonem a escola.

Nos últimos anos, foram alcançados avanços significativos no acesso das crianças e adolescentes ao ensino fundamental, apesar de ainda ser necessária

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

uma busca ativa das crianças que estão fora da escola. Hoje, a qualidade é colocada como um desafio a ser enfrentado pelas diversas esferas de governo.

O Índice de Desenvolvimento da Educação (Ideb), criado pelo Ministério da Educação, é um indicador que permite avaliar a qualidade do ensino. Combinar informações de desempenho e rendimento escolar é um instrumento importante para as administrações municipais. A meta brasileira é alcançar o índice de 6,0, até 2022, média que corresponde a um sistema educacional com nível de desempenho em aprendizagem medida por testes de larga escala comparável a de países desenvolvidos.

Para uma atuação mais efetiva na esfera municipal, deve ser feita uma análise da educação local, identificando a população em idade escolar atendida nos diversos níveis de ensino, etapas e modalidades; a quantidade, situação e locali-

zação das unidades escolares; os recursos humanos e financeiros existentes; e a qualidade do ensino oferecido. Essa avaliação abrange as redes municipal, estadual, federal e particular e deve diferenciar as diversas escolas, anos/séries/ciclos, faixa etária dos alunos e situação dos diversos territórios (área urbana e rural, assentamentos, bairros etc.). O conhecimento dessas variáveis permite definir se será possível atender às demandas atual e futura de educação.

A administração municipal deve assegurar o direito de: acesso e aprendizagem; alfabetização das crianças com até 8 anos de idade; acompanhamento individualizado de cada aluno; combate à repetência e à evasão; ampliação da jornada; inclusão educacional das pessoas com deficiência; e uma gestão democrática. A escola deve garantir que as crianças saibam ler e escrever e fazer operações matemáticas nas idades adequadas.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Ressalta-se que a escola é um meio para possibilitar a aprendizagem. A administração deve buscar outras ações (culturais, esportivas etc.) para fortalecer esse processo; elas, muitas vezes, estão localizadas em outros espaços comunitários.

Apesar de a responsabilidade ser prioritária na educação infantil e no ensino fundamental, o Poder Público local precisa conhecer a situação dos ensinos médio e superior para criar oportunidades para a população nesses níveis de ensino.

POPULAÇÃO EM GERAL

Uma população alfabetizada e com alta média de anos de estudo proporciona melhor desenvolvimento socioeconômico do município e contribui para que as pessoas atuem em um ambiente competitivo. Os executivos municipais devem ter clareza que os países mais ricos são aqueles que mais investem em educação,

A seguir são apresentados indicadores e questões que podem auxiliar o executivo municipal no diagnóstico da área. Outras informações podem ser obtidas no Departamento/Secretaria Municipal de Educação, na Secretaria Estadual de Educação, no Instituto Mauro Borges, no site do Ministério da Educação/ Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (Inep).

mais inovam, adaptam tecnologias e dominam os mercados tecnologicamente mais sofisticados.

A escolaridade ampliada possibilita a inclusão social e repercute de forma positiva no futuro das crianças e jovens. Segundo Hanuskek e Kimko (2000), o grau

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

de escolaridade e o resultado em exames de matemática e ciências, indicadores de

qualidade, apresentam forte correlação com o crescimento econômico de um país.

Quadro 10 – Questões Relevantes: População em Geral

Informação	Fonte
Taxa de analfabetismo (população de 15 anos ou mais)	Ministério da Educação; Inep
Média de anos de estudos (população de 15 a 64 anos)	Ministério da Educação; Inep

EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil é um direito da criança e, para garanti-la, é preciso conhecer o número de crianças nas faixas etárias de 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos e verificar quantas estão matriculadas na creche e na pré-escola, respectivamente. Com essas informações, identifica-se a demanda atendida, também chamada de taxa de atendimento, para cada faixa etária e podem ser dimensionadas as vagas necessárias.

Segundo o Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº13.005/2014), todos os Mu-

nicípios devem atender, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos de idade e universalizar a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade.

As informações necessárias à cobertura de atendimento, isto é, a porcentagem de crianças na respectiva faixa etária que estão estudando, diferenciando-a por gênero, raça e renda e nos diversos territórios, deve ser obtida.

Devido à necessidade de as escolas atenderem crianças com deficiência, essa população deve ser quantificada. A Or-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

ganização Mundial de Saúde (OMS) estima que mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo convivem com alguma forma de deficiência. Entre elas, cerca de 200 milhões experimentam dificuldades funcionais consideráveis. Detectar o número de crianças e os tipos de deficiência é importante para que a rede municipal se organize e as atenda.

As unidades escolares para a educação infantil devem estar próximas das residências das famílias e prever espaços para brincar, descansar, alimentar-se e conviver. Um mapa é um instrumento que permite ao gestor visualizar espacialmente toda a rede.

Quadro 11 – Questões Relevantes: Educação Infantil

Informação	Fonte
% de crianças de 0 a 3 anos em creche (pública e privada)	Inep; IBGE; Prefeitura
% de crianças de 4 a 5 anos na pré-escola (pública e privada)	Inep; IBGE; Prefeitura e Atlas de Desenvolvimento Humano
Quantidade de crianças de 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos com deficiência, agrupadas por tipo de deficiência e quantas são atendidas em creche e pré-escola, respectivamente.	Prefeitura; IBGE; Inep
Quantidade, localização e condições físicas das creches e pré-escolas (prédios, mobiliário, equipamento escolar) e ambientes de aprendizagem (espaço ao ar livre para brincar etc.) com destaque à acessibilidade das escolas (públicas e privadas).	Prefeitura; Ministério da Educação
Projeto pedagógico (existência, proposta, qualidade etc.).	Prefeitura

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Informação	Fonte
Quantidade de profissionais, qualificação e distribuição.	Prefeitura

ENSINO FUNDAMENTAL

Para garantir o direito ao ensino fundamental, deve-se identificar se todas as crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória (6 a 14 anos) estão estudando e, em caso contrário, esforços devem ser realizados para garantir esse direito na prática. O déficit de cobertura de atendimento deve ser a preocupação de todos, embora a cobertura, no estado de Goiás, seja maior que 98,4%, no ano de 2020.

A distribuição da população no território e da oferta de vagas deve ser observada, pois um município pode não apresentar um déficit global de vagas, mas elas podem estar concentradas em determinadas áreas, dificultando o acesso e criando demanda para o sistema de transportes. Conhecer ainda o número

de crianças por turma é outra informação imprescindível para garantir a qualidade da aprendizagem.

Ações também devem ser implementadas para evitar a distorção série/idade que faz com que crianças/adolescentes abandonem a escola. É preciso, ainda, diferenciar as informações sobre turnos, séries, gêneros, raças e níveis de renda dos alunos, distribuindo-as nos diversos territórios (bairro, escola, distrito, zona rural etc.).

A qualidade educacional é fator a ser perseguido. Hoje, os governos municipais contam com uma importante ferramenta de gestão: o Ideb, indicador que demonstra se a atuação da prefeitura es-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

tá gerando resultados adequados. Processos de avaliação são importantes para obter a melhoria da qualidade, pois permitem avaliar as diferentes escolas e identificar pontos positivos, que podem ser socializados entre as unidades escolares, e os desafios a serem enfrentados.

A rede das unidades escolares, as condições físicas, os ambientes que proporcionam a ampliação do conhecimento dos alunos (laboratórios, salas de informática, bibliotecas, refeitórios, quadras

esportivas etc.) e a acessibilidade (Decreto Federal nº 10.014/2019) devem ser adequadas ao processo de aprendizagem.

A escola deve ser acessível, conceito que engloba infraestrutura física e todo um acolhimento da pessoa com deficiência.

O projeto pedagógico e os recursos humanos também devem ser objeto de análise, de forma a valorizar o processo de aprendizagem.

Quadro 12 – Questões Relevantes: Ensino Fundamental

Informação	Fonte
% de crianças/adolescentes de 6 a 14 anos (escolas PÚBLICAS e privadas)	Inep; IBGE; Prefeitura e Atlas de Desenvolvimento Humano
Número médio de alunos por turma	Ministério da Educação; Prefeitura
Quantidade de crianças/adolescente de 6 a 14 anos com deficiência, agrupadas por tipo de deficiência e porcentagem de atendimento	Prefeitura; IBGE; Ministério da Educação
Séries/ciclos com maiores problemas de evasão/abandono	Ministério da Educação; Prefeitura

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Informação	Fonte
Séries/ciclos com maiores problemas de distorção idade/série	Inep; Prefeitura
Séries/ciclos com maiores problemas de reprovação	Ministério da Educação; IBGE
Ideb para a primeira fase (1º ao 5º ano)	Ministério da Educação
Ideb para a segunda fase (6º ao 9º ano)	Ministério da Educação
Quantidade de crianças que sabem ler, escrever e fazer as operações básicas em idade adequada	Prefeitura; Ministério da Educação
Quantidade, localização e condições físicas das unidades escolares (prédio, mobiliário, equipamento escolar) e ambientes de aprendizagem (quadra esportiva, biblioteca, sala de informática etc.) com destaque à acessibilidade das escolas e do mobiliário e equipamentos (escolas PÚBLICAS e privadas)	Inep; Prefeitura
Projeto pedagógico (existência, proposta, qualidade, etapas etc.)	Prefeitura
Quantidade de profissionais, qualificação e distribuição	Prefeitura

ENSINO MÉDIO

Etapa de responsabilidade do Poder Público Estadual, o poder local deve acompanhar o atendimento dessa população.

Hoje, parcela significativa dos adolescentes que terminam o ensino fundamental não se matricula no ensino médio.

Quadro 13 – Questões Relevantes: Ensino Médio

Informação	Fonte
% de adolescentes de 15 a 17 anos (escolas públicas e privadas)	Inep; IBGE; Ministério da Educação Secretaria Estadual de Educação; Atlas de Desenvolvimento Humano
Séries/ciclos com maiores problemas de distorção idade/série	Inep
Séries/ciclos com maiores problemas de reprovação	IBGE; Ministério da Educação
Séries/ciclos com maiores problemas de abandono/evasão	IBGE; Secretaria Estadual de Educação; Ministério da Educação
Ideb	Ministério da Educação
Quantidade, localização e condições físicas das unidades escolares (públicas e privadas) com destaque à acessibilidade	Inep; Prefeitura; Secretaria Estadual de Educação

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e

Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

ENSINO SUPERIOR

Atualmente, menos de 10% da população brasileira tem ou teve acesso à faculdade e/ou universidade. Ampliar a escolarização deve ser uma preocupação do executivo, apesar desse nível de ensino não ser de responsabilidade legal do município. O gestor deve conhecer as faculdades e/ou universidades, cursos existentes no município e região e para onde os alunos se deslocam.

Assim, esse nível de ensino deve ser ampliado a toda a sua população, buscando alternativas de profissionalização para os jovens, cujas potencialidades e habili-

dades na busca de oportunidades precisam ser consideradas.

Além disso, essas instituições podem ser parceiras (auxiliando em pesquisas, projetos, avaliações, fornecendo mão de obra etc.).

Muitos municípios apoiam alunos universitários, disponibilizando transporte ou fornecendo bolsas de estudo em faculdades e/ou universidades locais ou da região. Entretanto, essas ações dependem de ter garantido o acesso à educação infantil e ao ensino fundamental.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Quadro 14 – Questões Relevantes: Ensino Superior

Informação	Fonte
% de jovens de 18 a 24 anos ou mais no ensino superior (faculdades públicas e privadas)	Inep; IBGE; Ministério da Educação; Atlas de Desenvolvimento Humano
% da população que concluiu o ensino superior	Inep; IBGE; Ministério da Educação
Quantidade, cursos, localização e condições físicas das faculdades/ universidades (públicas e privadas) com destaque à acessibilidade	Inep

APOIO AO EDUCANDO

Para a ação educativa ter resultados, os alunos devem contar com condições que facilitem o aprendizado. Alguns serviços, apesar de não estarem diretamente vinculados ao processo de aprendizagem, têm contribuído para a permanência do aluno na escola e com o seu desenvolvimento, como é o caso de transporte escolar, alimentação escolar, material didático, assistência odontológica e à saúde.

Com relação ao transporte, o município é responsável pelos alunos de sua re-

de de ensino e a rede estadual pelos seus. Muitos administradores municipais fornecem uniformes às crianças, entretanto, as despesas com merenda escolar, uniforme escolar e assistência odontológica e à saúde não podem ser incluídas nos 25% da Educação.

O Poder Público deve analisar a possibilidade de esses serviços de apoio serem oferecidos por prestadores locais. Os produtos da merenda escolar, por exemplo, podem ser adquiridos de produtores

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

locais, possibilitando uma alimentação mais saudável às crianças e dinamizando as atividades produtivas, em especial as da zona rural e a economia local.

Outras prefeituras podem comprar os uniformes de grupos locais de costura,

aproveitando para profissionalizar mulheres beneficiárias de programas de transferência de renda. É importante que cada localidade analise as vantagens desse processo e assegure a qualidade dos serviços/atividades produzidos.

Quadro 15 – Questões Relevantes: Apoio ao Educando

Informação	Fonte
Transporte escolar (roteiros existentes, tempo médio de permanência da criança no transporte, situação da frota, índice de cobertura, acessibilidade etc.)	Prefeitura; Ministério da Educação
Merenda escolar (qualidade, processo de produção, quantidade, cardápio etc.)	Prefeitura; Ministério da Educação
Material didático (qualidade, quantidade, produção própria ou terceirizada etc.)	Prefeitura; Ministério da Educação
Assistência odontológica e à saúde ao educando (forma de oferecimento, cobertura, qualidade dos serviços etc.)	Prefeitura; Ministério da Educação
Uniforme escolar (obrigatoriedade, exigência, qualidade etc.)	Prefeitura; Ministério da Educação

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

GESTÃO DA EDUCAÇÃO

É necessário verificar se o município tem um sistema municipal de ensino ou se integra o sistema estadual. Se for sistema próprio, precisa ter um órgão/unidade organizacional de Educação (Secretaria/Departamento), promover uma gestão democrática com os profissionais da educação e a comunidade educacional, elaborar normas complementares, supervisionar a rede, possuir um conselho municipal e um plano municipal de educação (decenal).

O conselho municipal de educação é responsável por autorizar o funcionamento, credenciar e supervisionar os estabelecimentos de ensino públicos (municipais) e privados que ofertam educação infantil e ensino fundamental, na jurisdição do sistema de ensino, bem como estabelecer normas e padrão para esse funcionamento.

Atenção especial deve ser dada aos recursos humanos, pois a qualidade da educação depende de equipe formada por profissionais motivados, comprometidos e capacitados e em número adequado para a quantidade de alunos/classe. Boa formação inicial, capacitação continuada e disponibilidade de oportunidades profissionais devem ser previstas. A administração deve também formar profissionais para atuar na educação inclusiva.

A LDB prevê que todos os municípios tenham legislação que estabeleça as normas do magistério (Estatuto do Magistério) e o plano de cargos, salários e sistema de promoção (LDB, art. 67) para os profissionais da área.

É importante que o executivo planeje sua atuação para os 4 anos de mandato, monitore permanentemente as ações e metas e avalie periodicamente os resultados.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

A gestão das finanças é outro importante aspecto. Os municípios são obrigados a gastar, no mínimo, 25% das receitas resultantes de impostos e transferências constitucionais com a manutenção e desenvolvimento do ensino, com destaque ao Fundeb (CF, art. 212), sob pena de ocorrer intervenção estadual (CF, art. 35, III). Algumas leis municipais estabelecem porcentagem maior que 25%.

Os recursos do Fundeb podem ser utilizados nas despesas pertinentes à educação básica, com prioridade à educação infantil e ao ensino fundamental. Os gastos podem incluir a remuneração e o aperfeiçoamento dos profissionais do magistério da educação básica; a aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações de equipamentos necessários ao ensino; a aquisição de material e contratação de serviços necessários ao ensino.

Pelo menos 70% dos recursos do Fundeb devem ser gastos com os profissionais do magistério em efetivo exercício. Também podem ser utilizados na aquisição de material didático e em transporte, mas não nos programas de alimentação escolar, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica e ações de assistência social. O não cumprimento dessas exigências pode ocasionar a rejeição das contas anuais do prefeito, tornando-o inelegível para as eleições que se realizarem nos 5 anos seguintes, contados a partir da data da decisão. O prefeito também pode ser denunciado por improbidade administrativa e, caso seja condenado, as penalidades incluem a suspensão dos direitos políticos pelo período de 3 a 5 anos, além do pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da sua remuneração percebida (Lei Federal nº 8.429/92, art. 12).

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Há outras fontes de recursos, como a Quota Municipal do Salário-Educação (QMSE), a do transporte de alunos (Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – Pnat) e para a alimentação escolar (Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae), assim como projetos apoiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), entre outras.

Um histórico do valor do orçamento gasto com educação, do gasto médio por aluno e dos principais itens de despesa (recursos humanos, alimentação escolar, transporte etc.) permite conhecer a evolução dessas despesas, o que contribui para priorizar ações.

Neste ponto é interessante ressaltar a existência do projeto SimCAQ – Simulador de Custo-aluno qualidade. O SimCAQ é um sistema gratuito e disponível na internet (www.simcaq.c3sl.ufpr.br) que estima o custo da oferta de ensino em condições de qualidade nas escolas públicas de educação básica, ou seja, o Custo-Aluno Qualidade (CAQ).

É uma ferramenta de planejamento educacional com ênfase no aspecto orçamentário que realiza o diagnóstico do contexto educacional em nível municipal, estadual e nacional e permite a inserção e edição de inúmeros parâmetros de condições de oferta para simular o orçamento anual necessário para um período de até 10 anos.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Quadro 16 – Questões Relevantes: Gestão da Educação

Informação	Fonte
Sistema Municipal de Ensino (existência, situação etc.) e controle social (conselhos, conferência etc.)	Prefeitura
Quadro de pessoal (quantidade, formação, distribuição, remuneração etc.), rotatividade, absenteísmo e seus motivos	Prefeitura; Ministério da Educação
Programa de formação e valorização dos profissionais da educação (horas-aula, cursos, capacitação em serviço, especialização das escolas etc.)	Prefeitura
Autorização, credenciamento e supervisão dos estabelecimentos (públicos e privados) do sistema de ensino	Prefeitura
Valor e porcentagem dos gastos com Educação	Prefeitura
Principais itens de despesa na educação (recursos humanos, merenda escolar, transporte de alunos etc.)	Prefeitura
Gasto médio por aluno	Prefeitura

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

No Brasil, a sistemática de garantia de recursos para a educação pode ser dividida em três períodos, o último deles com duas complementações importantes.

O primeiro corresponde ao monopólio dos jesuítas, que durou de 1549 a 1759,

quando a ordem religiosa foi expulsa de Portugal e do reino. O segundo, em que se contou com uma fonte específica na forma do Subsídio Literário ou com dotações orçamentárias arbitrárias para a educação.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

E o terceiro momento, que nasce em 1934 com o estabelecimento da vinculação constitucional de recursos para a educação e que, salvo interrupções nos períodos ditatoriais, permanece em vigência até hoje. Esse último período, contudo, sofreu duas alterações importantes nos últimos 20 anos que merecem o devido destaque, tendo em vista as suas implicações para o financiamento da educação. A primeira alteração corresponde à política de subvinculação pelo mecanismo de fundos constitucionais, iniciada em 1997 com a Emenda Constitucional (EC) nº 14/96, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais do Magistério (Fundef), depois substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) por meio da EC nº 53/2006, findou em 2020, uma

vez que se ancora em disposições transitórias da Constituição Federal. A segunda refere-se à garantia de recursos que assegurem um padrão mínimo de qualidade de ensino, também de base constitucional, conceito definido pela EC nº 14/96, mas cuja implantação, de forma mais objetiva, foi estabelecida em lei por intermédio do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (Lei n. 13.005/2014) na forma do Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi), cuja vigência deveria se iniciar em junho de 2016 (BRASIL, 2014), o que não aconteceu, entre outros motivos, pelos efeitos da EC nº 95/2016, que congelou os gastos primários da União por 20 anos.

Para a manutenção e o desenvolvimento do ensino, os municípios, assim como os estados e o Distrito Federal, têm de aplicar, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos e de transferências (caput artigo 212). A vinculação, como fi-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

cou conhecido esse dispositivo, gera, de longe, o montante de recursos mais significativo para o financiamento da educação municipal. O poder público dispõe

ainda de receitas importantes da contribuição social do salário-educação e de outras fontes, menos expressivas em volume de recursos.

EXEMPLO DE DIAGNÓSTICO – MUNICÍPIO: CATALÃO

A escolaridade média está aumentando no Brasil e em Goiás, enquanto o analfabetismo está reduzindo. Conforme informações obtidas a partir dos últimos censos, Catalão acompanhou essa tendência, com queda de 9,41% para 5,83%, no período de 2000 a 2010, da população não alfabetizada de 18 anos de idade ou mais (Tabela 25).

Tabela 25 – Taxa de analfabetismo

Indicador	Catalão			Estado de Goiás		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Taxa de Analfabetismo: 11 a 14 anos	2,8	1,51	1,24	9,02	2,39	1,57
Taxa de Analfabetismo: 15 a 17 anos	3,07	1,32	0,99	6,75	2,1	1,08
Taxa de Analfabetismo: 18 anos ou mais de idade	15,67	9,41	5,83	19,73	12,86	8,46

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – Pnud.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

O acesso à educação infantil não era satisfatório em Catalão. Entre as crianças de 0 a 5 anos de idade, apenas 45% estavam na escola. Em 2010, a porcentagem era um pouco superior que a média do estado de Goiás, mas continuava baixa. Houve aumento do acesso das crianças entre 5 e 6 anos de idade no período 2000-2010, passando de 82,01% para 94,93% (Tabela 26).

Já o acesso ao ensino fundamental (entre 6 e 14 anos) é o mais representativo. Entretanto, no período 2000-2010 houve uma redução de 98,61% para 97,09% no acesso ao ensino fundamental, no município de Catalão, situação contrária do que ocorreu no estado de Goiás.

No ensino médio, houve um aumento na taxa percentual do acesso dos adolescentes de 15 a 17 anos no ensino médio no município de Catalão, situação similar ocorre no estado de Goiás. E no ensino superior (adultos de 18 a 24 anos de idade) este indicador apresenta uma redução tanto no município de Catalão, quanto no estado de Goiás.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Tabela 26 – Indicadores de acesso à estrutura educacional

Indicador (%)	Catalão		Estado de Goiás	
	2000	2010	2000	2010
crianças de 0 a 5 anos de idade na escola	22,22	45	18,08	32,72
crianças de 5 a 6 anos de idade na escola	82,01	94,93	69,61	85,36
crianças de 6 a 14 anos de idade na escola	98,61	97,09	94,59	96,82
adolescentes de 15 a 17 anos de idade na escola	79,92	83,05	78,1	83,54
adultos de 18 a 24 anos de idade na escola	36,27	34,26	31,84	30,56

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – Pnud.

Entre o período de 2010 a 2020, houve expansão da matrícula em creches (Tabela 27). Segundo informações captadas através do *website* da prefeitura municipal de Catalão, o município disponibiliza previamente mecanismos para renovação de matrícula na pré-escola e no ensino fundamental como forma de fornecer a continuidade do serviço educacional.

Tabela 27 – Matrículas em creche

Ano	Matrículas	Variação
2010	1100	100
2011	1184	107,6364
2012	1373	124,8182
2013	1559	141,7273

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Ano	Matrículas	Variação
2014	1798	163,4545
2015	1753	159,3636
2016	1649	149,9091
2017	1817	165,1818
2018	1855	168,6364
2019	1803	163,9091
2020	1850	168,1818

Nota: (*) (2010 = Base 100). Fonte: Qedu.

Após a avaliação de acesso e frequência, foram observados outros indicadores da atividade escolar nos diversos níveis de ensino, com destaque para as taxas de reprovação e de evasão no Estado de Goiás, na Microrregião de Catalão e no Município de Catalão.

Apesar de menos convergentes, as taxas de reprovação nos ensinos fundamental e médio indicam uma tendência de redução na reprovação. No ensino fundamental, do município de Catalão, são inferiores à média do estado e da microrregião. No ensino médio do município de Catalão, a reprovação, nos anos de 2019 e 2020, cresceu em relação ao ensino fundamental e é maior que a taxa de reprovação do estado (Tabela 28).

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Outro indicador da atividade educacional importante é a taxa de evasão. Em geral, as taxas de evasão do ensino fundamental, no estado de Goiás, caíram nos últimos anos. Esse padrão de redução das taxas de evasão no ensino fundamental também é apresentado no município de Catalão e na microrregião de Catalão. Um ponto que merece destaque é o aumento da taxa de evasão escolar no ensino fundamental no ano de 2020, tal fato pode ser em decorrência da pandemia da covid-19.

No ensino médio, a taxa de evasão é historicamente mais alta. Por vários motivos, mas principalmente pela entrada do jovem no mercado de trabalho. Esse fenômeno, em Catalão parece ser mais acentuado, em comparação ao estado de Goiás e à microrregião de Catalão.

Tabela 28 – Indicadores de Desempenho Escolar

Taxa de Reprovação no Ensino Fundamental				
	2013	2016	2019	2020
Catalão	4,4	4,3	3,9	1,1
Microrregião de Catalão	35,2	45,2	33	18,2
Estado de Goiás	4,8	5,3	3,3	1,2

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Taxa de Reprovação no Ensino Médio				
	2013	2016	2019	2020
Catalão	9,8	7,5	7,1	4,2
Microrregião de Catalão	77,1	53	48,7	36,3
Estado de Goiás	8,5	8	5,2	2,2
Taxa de Evasão no Ensino Fundamental				
	2013	2016	2019	2020
Catalão	1	0,6	0,5	2,3
Microrregião de Catalão	7,3	12,2	3,9	16,8
Estado de Goiás	1,5	1,1	0,6	0,7
Taxa de Evasão no Ensino Médio				
	2013	2016	2019	2020
Catalão	5,7	5,1	3,2	2,1
Microrregião de Catalão	38,6	59,6	27,5	18
Estado de Goiás	6,1	5,4	1,9	1,7

Fonte: Instituto Mauro Borges – IMB.

A distorção idade/série é um bom indicador do desempenho dos alunos e do sistema de ensino. O percentual de alunos nessa condição, no estado de Goiás e em Catalão, está se reduzindo, mas pode ser ainda mais diminuído se houver especial atenção ao segundo ciclo do ensino fundamental e do ensino médio (Tabela 29).

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Tabela 29 – Distorção idade/série

Níveis/Etapas	2010	2015	2020
Catalão			
Ensino Fundamental - Anos iniciais (1º ao 5º ano)	11%	8%	5%
Ensino Fundamental - Anos finais (6º ao 9º ano)	24%	22%	16%
Ensino Médio (1º ao 3º ano)	26%	23%	20%
Estado de Goiás			
Ensino Fundamental - Anos iniciais (1º ao 5º ano)	16%	10%	7%
Ensino Fundamental - Anos finais (6º ao 9º ano)	28%	23%	17%
Ensino Médio (1º ao 3º ano)	34%	25%	20%

Fonte: Qedu.

Outros indicadores importantes de qualidade do ensino são: o tamanho das turmas, a média de horas-aula, as funções docentes e a formação dos professores.

O número médio de alunos por turma, em Catalão, é inferior à média do estado de Goiás, em todos os níveis e, comparativamente, vem caindo na última década. Com exceção do ensino fundamental – anos finais, que teve pequeno acréscimo no tamanho das turmas (que já eram pequenas em 2010), em todos os outros segmentos ocorreram quedas (Tabela 30). Observando os padrões sugeridos para o bom atendimento nos ensinos fundamental e médio (em torno de 30 alunos por turma), o tamanho médio das turmas tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio está adequado.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Tabela 30 – Número médio de alunos por turma

Níveis/Etapas	2010	2015	2020	2020/2010
Creche	16,7	15,9	14,7	0,88
Pré-escola	17	18,1	17,4	1,02
Ensino Fundamental - Anos iniciais	21,2	21	20,9	0,99
Ensino Fundamental - Anos finais	26,3	26,1	26,6	1,01
Ensino Fundamental - Total	23,3	23	23,2	1,00
Ensino Médio	31,1	28,4	29,9	0,96

Fonte: Ministério da Educação – Inep.

Quanto à média de horas-aula diárias, não ocorreram transformações expressivas na década atual. Apesar desse comportamento, houve um incremento de aproximadamente 14% na média de horas-aula na creche, entre 2010 e 2020, sob responsabilidade do poder municipal (Tabela 31).

Tabela 31 – Média de horas-aula diárias

Níveis/Etapas	2010	2015	2020
Creche	4,3	9,9	9,6
Pré-escola	5,9	4,2	4,2
Ensino Fundamental - Anos iniciais	4,8	4,6	4,4
Ensino Fundamental - Anos finais	4,6	4,6	4,8
Ensino Fundamental - Total	4,6	4,6	4,6
Ensino Médio	4,8	5,1	5,7

Fonte: Ministério da Educação – Inep.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Outro aspecto a ser observado é a formação dos professores (Tabela 32). Em Catalão, é possível verificar que apenas na creche e na pré-escola a porcentagem de professores com nível superior foi reduzida.

Tabela 32 – Porcentagem de professores com curso superior

	2011	2015	2020
Creche	83,2	94,4	91,4
Pré-escola	88,7	95,5	90,5
Ensino Fundamental - Anos iniciais	92,8	94,4	96,9
Ensino Fundamental - Anos finais	96,6	93,7	96,6
Ensino Fundamental - Total	94,8	94,4	96,6
Ensino Médio	96,6	92,8	98,1
Educação de Jovens/Adultos	98,7	96,4	100,0
Educação Especial	--	--	100,0

Fonte: Ministério da Educação – Inep.

Outro indicador qualitativo do sistema de ensino são as condições da estrutura física da escola.

A análise da qualidade do ensino foi feita a partir do Ideb. Em Catalão, no ensino fundamental, esse índice é superior ao do Brasil e ao do estado de Goiás, tanto nos anos iniciais quanto nos finais. Apesar disso, enquanto no país e no

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

estado de Goiás ocorreram melhorias no índice, entre 2015 e 2019, em Catalão, o Ideb apresentou uma redução, talvez refletindo as dificuldades relacionadas à formação de professores e carência em alguns segmentos de infraestrutura.

Pode-se apontar, portanto, para uma situação melhor do município em relação aos contextos nacional e estadual. Na avaliação do período recente, tal situação evoluiu de forma satisfatória.

Tabela 33 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb

Localidade	2011	2015	2019	2021 (Metas)
Catalão				
Ensino Fundamental - Anos Iniciais	5,3	6,8	6,3	6,5
Ensino Fundamental - Anos Finais	4,2	5,6	5,1	5,7
Ensino Médio	-	-	-	-
Estado de Goiás				
Ensino Fundamental - Anos Iniciais	5,3	5,8	6,2	6,2
Ensino Fundamental - Anos Finais	4,2	4,9	5,3	5,5
Ensino Médio	3,8	3,9	4,8	5,1
Brasil				
Ensino Fundamental - Anos Iniciais	5	5,5	5,9	6
Ensino Fundamental - Anos Finais	4,1	4,5	4,9	5,5
Ensino Médio	3,7	3,7	4,2	5,2

Fonte: Ministério da Educação – Inep.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Com relação às despesas, houve uma elevação dos gastos com educação no município entre 2017 e 2019 (Tabela 34). Entretanto, em termos percentuais, quando comparado com a despesa total do Município, houve uma redução.

Tabela 34 – Despesas municipais com Educação

Catalão						
	2017 (R\$)	%	2018 (R\$)	%	2019 (R\$)	%
Total	322.085.262,93	100	376.784.118,18	100	415.034.643,64	100
Educação	73.338.025,52	22,8	76.694.915,11	20,4	79.623.732,89	19,2

Fonte: Portal da Transparência – Município de Catalão.

Parte importante desses esforços foi revertida para a expansão dos gastos na educação infantil e no ensino fundamental. O ensino fundamental apresentou o maior acréscimo de despesas entre 2017 e 2019 (Tabela 35).

Diante desse conjunto de informações, registra-se avanço em Catalão na área de educação, com ampliação das ações que garantem esse direito a crianças e adolescentes. Entretanto, ainda são necessários esforços para viabilizar o acesso universal à educação básica de qualidade e inclusiva, assim como para alcançar a erradicação do analfabetismo. Ampliar a escolaridade de todos é um desafio colocado para as futuras administrações municipais.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Tabela 35 – Despesas municipais em educação por subfunção

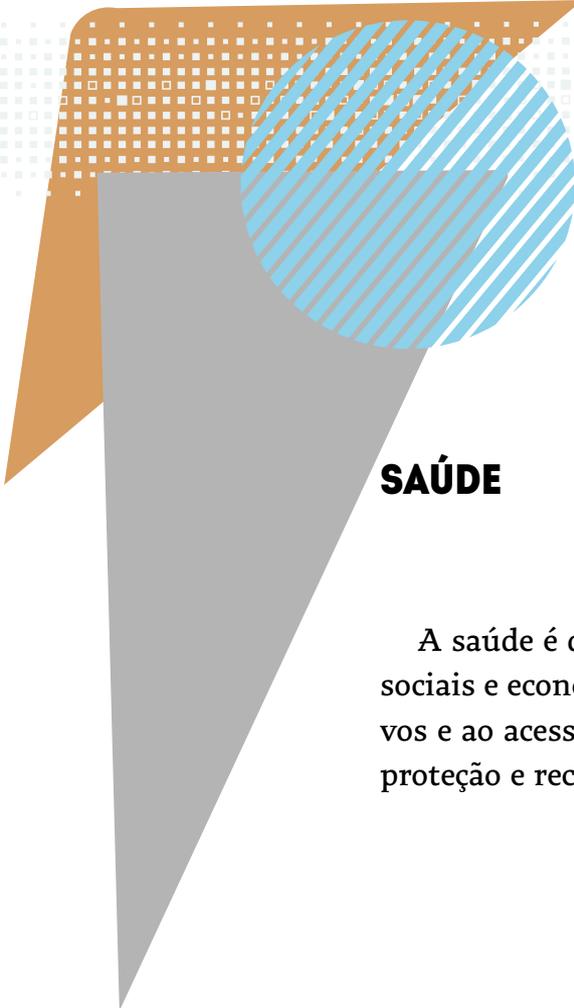
Despesas por subfunção	2017 (R\$)	2018 (R\$)	2019 (R\$)
Educação Infantil	956.227,25	3.093.543,29	3.248.069,31
Ensino Fundamental	54.877.200,48	56.562.577,56	59.051.393,04
Ensino Médio	-	-	-
Ensino Superior	170.346,35	3.655.489,73	3.370.951,35
Educação Especial	-	121.740,01	135.950,16

Fonte: Portal da Transparência – Município de Catalão.

DEBATE ATUAL

A pandemia da covid-19 causou um prejuízo incalculável à educação no Brasil. O fechamento das instituições de ensino por tempo prolongado acarretou problemas como evasão escolar, queda do desempenho dos estudantes e acentuou desigualdades educacionais já existentes.

Um dos desafios com a volta às aulas é recuperar o tempo de aprendizagem perdido, especialmente para as crianças em período de alfabetização.



SAÚDE

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

PANORAMA

Na Constituição Federal, a saúde foi inserida na seguridade social juntamente com a previdência e a assistência social. Envolve o bem-estar físico, mental e social e deve ser garantida mediante políticas sociais e econômicas destinadas à redução do risco de doença e outros agravos, assim como pelo acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação. Como a saúde é o resultado de múltiplos fatores, é preciso garantir o atendimento de diferentes necessidades – alimentação, saneamento básico, moradia, educação, trabalho, lazer, transporte, entre outras – para que as pessoas se mantenham saudáveis.

A Organização das Nações Unidas (ONU) também reforça esse direito, que deve ser perseguido e garantido em todos os países. Dos 17 Objetivos do Desenvol-

vimento Sustentável (ODS), o objetivo 3 se refere à garantia da saúde e bem-estar. O referido objetivo visa assegurar uma vida saudável e promover o bem estar para todos, em todas as idades. Apesar de estar concentrada no ODS 3, a saúde também está presente em metas nos objetivos 1, 2, 6, 10, 11, 13, 14 e 15 dos ODS. As três esferas de governo, em especial os municípios, têm um papel fundamental na promoção da saúde pública e no controle de doenças contagiosas.

A saúde pública brasileira, segundo a Constituição, está organizada por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS tem o compromisso de promover a saúde do cidadão e garantir atenção integral, de forma totalmente gratuita, oferecendo serviços, exames e medicamentos. É importante apontar as diretrizes do SUS: a **descentralização**, com direção única em

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

cada esfera de governo; **atendimento integral**, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; e **participação** da comunidade. Envolve um conjunto de ações e serviços que devem ser realizados pelos municípios, em cooperação técnica e financeira com a União e os Estados.

O Poder Público deve buscar universalizar o acesso aos serviços de saúde com qualidade, de forma humanizada e acolhedora e reduzir a mortalidade e as doenças (morbidades) no seu município, promovendo o bem-estar da população, trabalhando de forma preventiva.

Destaca-se que é extremamente importante o cuidado no planejamento no que tange à saúde, visto que, de acordo com a OPAS (2019), o Brasil dispõe de um sistema público de saúde que atende cerca de 70% dos seus 210 milhões de habitantes e um sistema privado bastante hete-

rogêneo, que atende os outros 30%. Nas regiões mais pobres e rurais do país a proporção daqueles que são atendidos pelo sistema público chega a 94%. Em 2018, o gasto em saúde correspondia a 8% do PIB, sendo 55% daquele total referente a gastos do setor privado e 45% a gastos do setor público.

Desta forma, para não só garantir o direito constitucional do acesso à saúde, como também ofertar com qualidade e planejamento, o Executivo Municipal precisa conhecer a base legal desta política:

- Constituição Federal, art. 196 ao 200;
- Lei Orgânica da Saúde, Lei federal nº 8.080/90;
- Lei Federal nº 8.142/90;
- Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde – NOB SUS 01/96;
- Norma Operacional da Assistência à Saúde (NOAS-SUS 01/2001);

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Norma Operacional da Assistência à Saúde (NOAS-SUS 01/2002);

- Pacto pela Saúde 2006, Portaria 399/GM, de 22/02/2006, com seus três componentes: Pacto pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão;

- Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011;

- Lei Complementar nº 141/2012.

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem organizar o SUS de forma compartilhada e solidária e financiá-lo com recursos dos orçamentos da seguridade social e das três esferas de governo, além de outras fontes (CF, art.196).

A Emenda Constitucional nº 29/2000 determina que os Municípios devem gastar, no mínimo, 15% da sua arrecadação de impostos e dos recursos de transferências constitucionais em ações e serviços públicos de saúde. Na agenda, deve estar prevista uma audiência pública a

cada trimestre para comprovar o gasto desse percentual e fornecer informações sobre a área.

Responsável pela integralidade da atenção à saúde da sua população, o Município deve garantir a provisão de ações e serviços, com destaque aos de atenção básica. Cabe-lhe formular, implementar, cofinanciar, acompanhar e avaliar a prestação de serviços; coordenar, regular, controlar e avaliar o seu sistema, bem como dos prestadores; e prestar diretamente os serviços de saúde.

É também responsável pela vigilância e pelo fornecimento de medicamentos e insumos necessários. Ou seja, o SUS deve oferecer consultas e atendimento assistencial, mas também garantir a saúde da comunidade, por meio das vigilâncias, que garantem a boa qualidade da alimentação, o controle de zoonoses e a prevenção de doenças.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

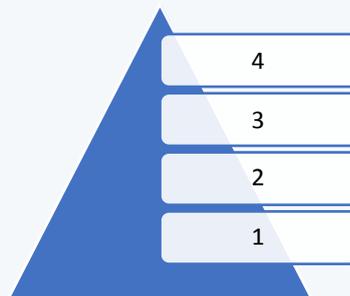
Equipe técnica

O Estado é a instância que organiza as redes regionais resolutivas; é responsável por cooperar técnica e financeiramente com os Municípios; e, em alguns casos, atuar na provisão de serviços de alta complexidade; coordenar, acompanhar e avaliar os Pactos pela Vida e de Gestão, no seu âmbito; entre outras atribuições. A União coordena nacionalmente o SUS; formula a política nacional de saúde; regulamenta os sistemas público e privado; responde, conjuntamente

com os Municípios, pela integralidade da atenção à saúde da população; participa do financiamento do SUS; coordena, acompanha e avalia os Pactos pela Vida e Gestão, no seu âmbito; apoia tecnicamente os Estados e Municípios; entre outras atribuições.

A garantia da integralidade das ações e dos serviços de saúde não os torna exclusividade dos municípios.

Figura 3 – Esquema da atenção à saúde



Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

1- Atenção básica (80%)

Serviços com baixa complexidade.

Programas de Saúde da Família (PSF), Estratégia Saúde da Família (ESF), Agente Comunitário de Saúde (ACS), Unidade de Saúde da Família (USF), Unidade Básica de Saúde (UBS), vacina, serviço odontológico, vigilância etc.

2- Atenção Secundária

Serviço com média complexidade.

Clínica de especialidades, Unidade de Pronto Atendimento (UPA), exames laboratoriais, Ambulatório de Saúde Mental, Ambulatórios especiais (como são as maternidades) etc.

3- Atenção Terciária

Serviços com alta complexidade.

Exames complexos, hospitais etc.

4- Atenção Quaternária

Serviço com alta complexidade, alto custo e tecnologia intensiva.

Hospitais de referência, exames de alta complexidade etc.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

A atenção básica (Figura 3) é responsabilidade do município e deve ser desenvolvida em todas as localidades. Ela envolve a assistência à saúde, serviços de vacinação, serviços odontológicos e de vigilância, fornecimento de medicamentos, os Programas de Saúde da Família (PSF), e de Agente Comunitário de Saúde (ACS), os programas de controle de diabetes e hipertensão, entre outros. Um serviço de atenção básica bem estruturado responde pela resolução de até 80% dos problemas de saúde.

Municípios com maior porte, especialização e recursos assumem as atenções com maior complexidade (secundária, terciária e quaternária). Assim, o executivo municipal deve identificar os serviços prestados em seu território, os que são ofertados em outros locais e como estão estruturados. Essa “rede deve estar oficializada na Programação Pactuada

e Integrada (PPI), instrumento de construção regional, intermunicipal, que define quem faz o que e para quem”.

O Pacto pela Saúde de 2006 vem com uma nova proposta de organização do sistema, de uma gestão compartilhada e solidária considerando as diferenças regionais, a organização de regiões sanitárias, de modo a garantir um atendimento integral de qualidade ao indivíduo. Ele promove também mecanismos de co-gestão e planejamento regional, fortalece o controle social e vem com uma proposta de cooperação técnica entre os gestores.

Este pacto estabelece uma lógica realmente de cooperação, com Financiamento Tripartite estimulado a partir de critérios de equidade, ou seja, considerando diferenças regionais dentro do nosso grande país para que seja feita a transferência de recursos financeiros.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

O Pacto pela Saúde tem duas Legislações fundamentais que são duas portarias, o executivo municipal deve conhecer.

A primeira é a Portaria 399 de 22 de fevereiro de 2006. Essa portaria organiza o pacto pela saúde nas suas três dimensões:

- Pacto pela Vida;
- Pacto em Defesa do SUS; e
- Pacto de Gestão do SUS.

O Pacto pela Vida diz respeito ao compromisso da prioridade do pacto com a saúde da população. Nele são discutidos indicadores e metas para mudança de situação de saúde.

Pacto em Defesa do SUS: o próprio nome diz “Em Defesa do SUS”. Ele vem com uma força ideológica para resgatar um sistema de saúde que foi criado na década de 1980 e que precisa a cada dia ser fortalecido, principalmente pelo controle social e a garantia de recursos financeiros.

O Pacto de Gestão do SUS define responsabilidades sanitárias para os gestores, criando novos espaços de cogestão.

A outra portaria é a Portaria 699 de 30 de março de 2006, que regulamenta as diretrizes operacionais do Pacto pela Vida e do Pacto de gestão, orienta a sua implementação, além de instituir o termo de compromisso de gestão.

O Decreto 7.508 de 28 de junho de 2011 é a Legislação mais nova do Sistema Único de Saúde e regulamenta a Lei 8.080 de 1990. Ele traz novos termos e também resgata alguns já existentes que precisam ser fortalecidos.

O decreto dispõe sobre:

- Região de saúde;
- Contrato organizativo de ação pública;
- Portas de entrada;
- Comissões Intergestores;

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

- Mapa da saúde;
- Rede de atenção à saúde;
- Serviços especiais de acesso aberto;
- Protocolo clínico e diretriz terapêutica;
- Relação nacional de ações e serviços de saúde - Renases; e
- Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - Rename.

O decreto traz definições novas, conceitos novos, como o de Rede de Atenção à Saúde e como ela se organiza dentro do SUS; a RENASES, uma relação nacional de ações e serviços de saúde.

Para cada prioridade, há objetivos e metas nacionais que devem ser ajustados em função das especificidades locais/regionais.

Quando o executivo municipal implanta uma política de saúde, deve ter clareza da sua realidade (dados demográficos, socioeconômicos etc.) e do perfil epide-

miológico de sua população – isto é, das causas que levam as pessoas a adoecer e morrer. Para melhorar a qualidade de vida da população, deve trabalhar de forma intersetorial, exigindo constante articulação com outras políticas.

Várias estratégias são necessárias para modificar as condições e o perfil de saúde: modelo assistencial adequado; melhoria da área física das unidades e dos equipamentos e mobiliário; oferta de serviço de apoio diagnóstico e terapêutico; política farmacêutica; equipe gestora no nível central e equipes descentralizadas nas unidades de saúde; normatização do funcionamento do sistema; capacitação permanente; entre outras.

As informações são vitais para avaliar os resultados das ações, assim como parâmetros que auxiliam na determinação de metas. Os sistemas organizados pelo Ministério da Saúde/DataSUS dispõem

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

de inúmeras informações que podem qualificar o processo decisório do gestor municipal.

É necessário que o Executivo adote os indicadores/questões mais relevantes e eleja os fatores de risco para subsidiar o planejamento, a implementação, o acompanhamento, o controle e a avaliação da política. A análise deve ser aprofundada com as equipes locais e organizada a partir de séries históricas, que permitem acompanhar a evolução no decorrer do tempo. Deve ter o recorte da territorialização e ser diferenciada por faixa etária,

INFORMAÇÕES GERAIS

A administração municipal deve conhecer a cobertura dos programas e as metas estabelecidas. A porcentagem da população cadastrada no Sistema de Informações da Atenção Básica (Siab) indica a que deve ser alvo das ações e ser-

gênero, raça e nível de rendimento, bem como possibilitar a comparação do município com a região e o Estado.

A seguir são apresentadas questões e indicadores gerais para orientar o conhecimento básico da área. Mais informações podem ser obtidas no Ministério da Saúde – DataSUS, Metodologia de Avaliação do Desempenho do Sistema de Saúde - PROADESS, Secretaria de Estado da Saúde, Instituto Mauro Borges – IMB e na Secretaria/Departamento Municipal de Saúde.

viços de saúde. Assim, podem ser priorizados grupos ou regiões não atendidas e a identificação dos dependentes do SUS.

É preciso saber se nas clínicas básicas (clínica geral, pediatria, ginecologia e

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

obstetrícia), nas unidades básicas de saúde ou no Programa da Saúde e da Família (PSF), o número de consultas e procedimentos realizados é preconizado pelo Ministério da Saúde e de forma resolutiva.

O número de leitos por habitante é outro indicador que mostra a estrutura existente. O gestor deve conhecê-lo, para saber se há vagas em quantidade e especialização suficientes para atender a sua população.

A extensão de cobertura, cada vez maior, alcançada pelo PSF, torna-o peça fundamental da atenção básica no país. É uma estratégia de proteção e promoção da saúde e leva as equipes para o território e as casas das famílias. Seu impacto nos indicadores de saúde, em vários municípios, é marcante.

O programa, além de garantir o direito de acesso aos serviços, visa reorien-

tar as práticas de saúde pelo estímulo a ações de promoção e prevenção, reconhecendo os territórios sociais onde se produzem as doenças, e construindo novas práticas, em que as equipes de saúde e os gestores locais têm papel decisivo. Se o município optou por esse modelo, deve acompanhar permanentemente as ações para verificar se estão proporcionando saúde à sua população.

O número médio de dentes permanentes cariados, perdidos e obturados (CPO), aos 12 anos de idade, mostra a situação odontológica da sua população. Com essa informação, o Executivo planejará ações de fluoretação da água potável, ações coletivas, incentivo à escovação nas escolas e atendimento individualizado. A fluoretação deve ser acompanhada pelo Departamento Autônomo de Água ou, se o serviço for fornecido, pela prestadora de serviço.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Quadro 17 – Questões Relevantes: Informações Gerais

Informação	Fonte
% da população SUS dependente (estimativa)	Sistema de Informações da Atenção Básica (Saib); IBGE; Prefeitura
Número de Consultas Médicas (SUS) por habitantes	Ministério da Saúde; IBGE; Prefeitura
Leitos SUS (coeficiente por mil habitantes)	Ministério da Saúde; IBGE
Número médio de dentes permanentes cariados, perdidos e obturados, aos 12 anos de idade – CPO	Prefeitura

MORBIDADE E MORTALIDADE

Diante da diversidade dos municípios, devem ser conhecidas as morbidades (doenças) que afetam a população, pois elas refletem as características de cada região.

A taxa de mortalidade infantil é um bom indicador das condições de vida e do acesso e qualidade das ações e dos serviços de saúde. É subdividida em três: neonatal precoce (até os 6 dias de vida); neonatal tardia (dos 7 aos 27 dias) e pós-

-neonatal (dos 28 dias até um ano). A neonatal precoce associa-se, mais fortemente, ao acesso e à qualidade dos serviços de saúde, da assistência pré-natal ao parto. A mortalidade pós-neonatal está mais associada às condições gerais de vida e saúde. As condições de saneamento, os partos cesáreos, os nascimentos de baixo peso (menos de 2,5 kg), o número de gestantes adolescentes, a escolaridade da mãe e o acesso e qualidade do pré-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

-natal devem ser preocupações das administrações municipais, pois têm influência na mortalidade infantil. O incentivo ao parto normal e ao aleitamento materno é iniciativa que pode ser encaminhada pela equipe local.

O conhecimento das principais causas de morte possibilita ações de prevenção e de redução, assim como de articulação com outras políticas públicas. Mortes de crianças causadas por doenças respiratórias, como Infecções Respiratórias Agudas (IRA), por pneumonia ou diarreia, ou de mulheres, por neoplasias, por exemplo, são evitáveis. Obras de saneamento básico, controle de queimada da cana e a oferta de exames preventivos – papanicolau e mamografia – podem ser incentivados pelas equipes de saúde, de forma a reduzir as mortes.

Se, em um município, há muitos jovens que morrem por causas externas,

como homicídios (tratadas no capítulo de segurança pública), a área de saúde deve promover ações integradas para reduzir essa situação (lei seca, política da juventude, educação, esporte, lazer, cultura etc.). O Atlas da Violência 2020 evidencia também que os maiores alvos das mortes por armas de fogo são os jovens entre 15 e 29 anos, pessoas com “plena capacidade produtiva, em período de formação educacional, na perspectiva de iniciar uma trajetória profissional e de construir uma rede familiar própria”. Os números mostram que 30.873 jovens foram vítimas de homicídio em 2018, o que configura uma taxa de 60,4 mortes a cada 100 mil jovens brasileiros. Esse é um problema de saúde pública e a solução envolve outros segmentos e atores.

Atenção especial também deve ser dada à morte materna por causas ligadas a gravidez, aborto, parto e puerpério, casos,

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

na maioria das vezes, evitáveis. As ações devem ser implementadas no sentido de identificar a situação e reduzir a taxa de mortalidade materna.

A criação de comitês de prevenção da mortalidade materna e infantil é uma estratégia de prevenção que pode ser utilizada pelos municípios, conforme preconiza no Pacto da Saúde.

A administração deve ter clareza de que apenas o Departamento/Secretaria de Saúde não conseguirá alterar as afecções ou agravos de uma comunidade e melhorar esses dados. É necessário que a melhoria da qualidade de vida da população seja o objetivo de todos os departamentos, envolvendo um trabalho conjunto nas metas e ações.

Quadro 18 – Questões Relevantes: Morbidade e Mortalidade

Informação	Fonte
Principais morbidades por faixa etária	IBGE; Ministério da Saúde
Taxa de mortalidade infantil	IBGE; Ministério da Saúde
Principais causas mortes (mortalidade por causas de morte)	IBGE; Ministério da Saúde
Taxa de mortalidade materna	IBGE; Ministério da Saúde

VIGILÂNCIA EM SAÚDE

A vigilância em saúde envolve o controle de doenças transmissíveis e a prevenção e o controle de fatores de risco

de doenças não transmissíveis e riscos ambientais. Engloba as vigilâncias sanitária e epidemiológica; a saúde ambien-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e

Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

tal e do trabalhador; e todas as etapas da produção ao consumo de alimentos, produtos de limpeza, cosméticos e medicamentos e prestação de serviços relacionados à saúde.

Cada município, a partir de seu perfil epidemiológico, deve verificar os fatores de risco e agir para modificá-los. Entretanto, a cobertura de vacina e o controle da dengue, aids, da tuberculose e da hanseníase devem ser focos de atuação permanente dos gestores. Os municípios, nas temáticas de hanseníase e tubercu-

lose, devem realizar a busca ativa desse usuário no SUS, que muitas vezes não procura os serviços de saúde por esse motivo. Quanto mais precoce for a detecção, mais fácil serão os controles individual e coletivo.

O Poder Público deve, ainda, inspecionar os estabelecimentos de alimentação, de prestação de saúde, e de serviços, e as instituições de longa permanência para idosos, de forma que as condições sejam adequadas aos padrões de saúde (ventilação, limpeza, higienização etc.).

Quadro 19 – Questões Relevantes: Vigilância e Saúde

Informação	Fonte
Cobertura vacinal, por faixa etária	Ministério da Saúde; Prefeitura
Índice de Breteau (dengue)	Vigilância Sanitária
Número de casos de aids	Secretaria Estadual de Saúde; Ministério da Saúde
Taxa de incidência de tuberculose	Ministério da Saúde

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Informação	Fonte
Taxa de detecção de hanseníase	Ministério da Saúde
Porcentagem dos estabelecimentos de alimentação, saúde, de prestação de serviços e de instituições de longa permanência para idosos inspecionados pela vigilância sanitária	Prefeitura

GESTÃO

Para que o município possa participar do SUS e receber recursos de transferências voluntárias dos governos federal e estadual, deve possuir Plano, Conselho, Fundo Municipal de Saúde e aplicar os 15% em ações e serviços públicos de saúde.

O controle social deve ser exercido pelo Conselho Municipal de Saúde e pelas conferências municipais, que são instrumentos de democratização da gestão do SUS. O conselho municipal deve ser paritário entre usuários (50%) e os prestadores de serviços (25% por profissionais de saúde, 25% por gestores e prestadores) e se reu-

nir, ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, quando necessário.

O conselho aprova as diretrizes dos Planos Municipais de Saúde e deve acompanhar a programação anual, o orçamento da saúde, os relatórios de gestão e a prestação de contas. As unidades de saúde também devem ter conselhos gestores, denominados Conselhos Locais de Saúde, com participação dos usuários na discussão sobre o trabalho. A administração municipal deve se empenhar em formar e capacitar os conselheiros para exercerem seu papel. Já as conferências

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

devem ocorrer, no mínimo, a cada 4 anos e dão as diretrizes para o funcionamento da área.

Os gestores de saúde devem, ainda, realizar audiências públicas para prestação de contas na Câmara Municipal de Vereadores, a cada três meses, conforme previsto na Lei nº 8.689/93, artigo 12.

Os recursos humanos têm papel fundamental na implementação, acompanhamento e avaliação da política. A saúde deve buscar um atendimento humanizado, de qualidade, e resolutivo, bem como a reformulação do processo de trabalho das unidades de saúde e a mudança de atitude dos trabalhos da área e dos usuários. É importante que a equipe estreite o vínculo com a população de sua área de abrangência, melhore o atendimento, a convivência e a responsabilização dos usuários. Deve compreender quais são os determinantes da saúde e de riscos de ca-

da localidade e realizar ações de assistência, promoção e proteção de sua saúde.

A equipe deve, ainda, conhecer os recursos disponíveis, ou não, na sua região e fora dela para acionar e buscar resolutividade e multisetorialidade das ações. Por exemplo, nas áreas de cultura ou esportes, buscar alternativas de lazer e atividades físicas; no Departamento de Água Esgoto, buscar melhoria na coleta de lixo e propor mutirões setoriais para minimizar os riscos de infestação de Aedes e outros insetos prejudiciais.

Também deve articular com outras políticas públicas de sua região, como creches, escolas, Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e também com estruturas privadas – empresas, fábricas etc. Para tanto, a formação das equipes de saúde e a não centralização delas na figura do médico devem ser preocupações do gestor municipal. Motivar,

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

comprometer e capacitá-los continuamente é um desafio a ser enfrentado. Deve ser implementado também um Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS) para os funcionários.

A localização e as condições das unidades de saúde devem ser adequadas ao modelo assistencial e todas devem ser acessíveis à população. Municípios de pequeno e médio portes têm serviços secundários, terciários e quaternários realizados em outras localidades. O gestor deve conhecer os locais e instituições que atendem a sua população, de forma a garantir a integralidade da atenção e a qualidade do atendimento. Os consórcios públicos/intermunicipais podem ser uma estratégia para viabilizar a prestação de serviços de forma cooperada entre municípios.

A gestão de materiais requer atenção especial do gestor, de forma a disponi-

bilizar insumos ou materiais básicos, medicamentos, equipamentos médicos, material logístico, entre outros, com qualidade, em quantidade adequada, no tempo correto e com menor custo.

Atenção especial deve ser dada aos medicamentos. Os gestores devem observar se são padronizados; as condições de armazenamento, disponibilidade, aceitabilidade, acessibilidade ao usuário; e outras alternativas (medicamentos genéricos, dose unitária, fracionados, fitoterápicos, homeopáticos etc.).

Outra preocupação deve ser com a prestação de serviços de terceiros comprados de iniciativa privada (exames, internações etc.) que podem participar do Sistema Único de Saúde, em caráter complementar. É necessário planejar a compra dos serviços, acompanhá-la e fiscalizá-la permanentemente, de forma que esteja de acordo com o contrata-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

do, garantindo sempre maior qualidade e menores custos.

É necessária, ainda, a regulação do setor privado, por parte do Poder Público. Cabe à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a elaboração de normas para regular as atividades de serviços privados de saúde, tendo em vista a sua relevância pública.

A administração também deve, periodicamente, avaliar a satisfação do usuário quanto às ações e aos serviços prestados, criando instrumentos que permitam a sua manifestação, como pesquisas de opinião, caixas de sugestão, telefone 0800, reuniões nas unidades, entre outros.

As parcerias com organizações não governamentais, pastorais da saúde, facul-

dades/universidades, e outras instituições devem ser buscadas pelo Poder Público municipal, para promover a melhoria na qualidade de vida de sua população.

O executivo municipal deve planejar a sua atuação para os 4 anos de mandato, monitorar permanentemente as ações e as metas e avaliar, periodicamente, os resultados. Os instrumentos de gestão (Plano Municipal de Saúde, Agenda Municipal, Relatórios de Gestão e Pacto da Saúde) devem ser sempre acompanhados, bem como as metas acordadas no Termo de Compromisso de Gestão. As informações desses instrumentos devem ser transparentes e publicizadas à população.

Quadro 20 – Questões Relevantes: Gestão

Informação	Fonte
Controle Social (Conselhos, Conferência etc.)	Prefeitura
Recursos Humanos (quantidade, formação, capacitação, distribuição, remuneração, forma de contratação, trabalho em equipe, humanização etc.)	Prefeitura
Quantidade, localização e condições físicas das unidades de saúde (prédios, mobiliário, equipamentos)	Prefeitura; Ministério da Saúde
Gestão de materiais e equipamentos (itens, estoque, qualidade, custo, aceitabilidade etc.)	Prefeitura
Situação dos contratos, convênios e outros ajustes (quantidade, instituições, valor, prazo etc.)	Ministério da Saúde; Prefeitura
Satisfação do usuário	Prefeitura
Cumprimento das metas do Pacto da Saúde	Prefeitura
Despesa total e despesa com recursos próprios com saúde	Ministério da Saúde; Prefeitura
Principais itens de despesa na saúde (pessoal, medicamento, serviço de terceiros, investimento etc.)	Ministério da Saúde; Prefeitura
Gasto médio com saúde por habitante	Ministério da Saúde; Prefeitura

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

FINANÇAS

O financiamento da saúde é feito com recursos dos governos federal, estadual e municipal e de contribuições sociais. A Emenda Constitucional nº 29/2000 estabelece que o município deve investir, no mínimo, 15% da sua arrecadação de impostos e dos recursos de transferências constitucionais em saúde. A EC determina ainda que os recursos destinados às ações e aos serviços de saúde devem ser aplicados por meio de fundos municipais de saúde.

Os recursos do fundo que custearão os serviços de saúde, bem como os projetos e programas, devem compor o plano de saúde, aprovado pelo conselho municipal de saúde e somente a partir daí comporão o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

É ainda atribuição do gestor municipal acompanhar permanentemente o desenvolvimento, no decorrer dos anos, do orçamento destinado à saúde, do gasto médio por habitante e dos principais itens de despesa (pessoal, medicamento, serviços de terceiro etc.).

O financiamento da área da saúde conta com recursos de impostos municipais (mínimo 15%) e com os repasses fundo a fundo, que vêm do Fundo Nacional/Estadual de Saúde e para o Fundo Municipal. Esses recursos destinam-se a: atenção básica; atenção da média e da alta complexidade; vigilância em saúde, assistência farmacêutica e gestão do SUS, e é necessária uma conta única e específica para cada bloco de financiamento.

Os municípios recebem, na atenção básica, o Piso de Atenção Básica (PAB) fixo

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

(valor fixo por habitante/ano) e o variável. O valor do PAB variável depende dos serviços prestados e dos programas especiais, a saber: saúde da família; agente comunitário; saúde bucal; compensação de especificidades regionais; fator de incentivo de atenção básica aos povos indígenas; incentivo para a atenção à saúde no sistema penitenciário; incentivo para a atenção integral à saúde do adolescente em conflito com a lei, em regime de internação e internação provisória; e outros que venham a ser instituídos por meio de ato normativo específico.

No bloco do financiamento da atenção de média e alta complexidades estão os componentes: Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC) e o Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (Faec). No bloco da vigilância, há o componente da Vigilância Epidemiológica e Ambiental

em Saúde; e o da Vigilância Sanitária. Já o bloco de financiamento para a Assistência Farmacêutica é constituído por três componentes: Básico da Assistência Farmacêutica, Estratégico da Assistência Farmacêutica e de Medicamentos de Dispensação Excepcional.

No bloco de financiamento para a Gestão do SUS, os valores são constituídos por dois componentes: qualificação da gestão do SUS e implantação de ações e serviços de saúde. Portanto, hoje é possível receber financiamento para a Gestão do SUS onde há recursos para o custeio de ações relacionadas com a organização dos serviços de saúde, acesso da população e aplicação dos recursos financeiros do sistema. Esse bloco inclui recursos para participação e controle social, importante para o bom funcionamento dos conselhos de saúde e para a realização das conferências.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

É importante ressaltar que a União pode intervir nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, assim como o Estado pode intervir em seus Municípios, no caso da não aplicação, em ações e serviços públicos de saúde, do mínimo previsto de suas receitas.

EXEMPLO DE DIAGNÓSTICO – MUNICÍPIO: CATALÃO

As condições de desenvolvimento econômico, de renda, do mercado de trabalho, da educação, entre outros, têm influência nas condições de saúde no município. Em Catalão, as crianças e os idosos são grupos que concentram parte importante dos problemas a serem enfrentados na área de saúde, conforme visto nos dados de demografia. Com relação às condições de saneamento básico, que podem aumentar ou reduzir as demandas sobre o aparato de atendimento em saúde, observa-se boa cobertura de atendimento.

Portanto, a saúde é um direito do cidadão e as administrações municipais devem se organizar para proporcionar qualidade aos serviços prestados à população.

A taxa de natalidade, no município de Catalão, tem sido progressivamente superior à taxa de natalidade no estado de Goiás. Com relação aos nascimentos e condições de saúde ao nascer (Tabela 36), verifica-se que os partos cesáreos, no ano de 2019, representaram 64,9% das ocorrências do município, contra 67% da média do estado de Goiás, contrariando as recomendações dos organismos internacionais.

Outro indicador que chama a atenção é a prematuridade, que é menor em Catalão, em relação ao estado (apesar de

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

apresentar alta entre 2010 a 2019) e que o percentual de crianças com baixo peso ao nascer é superior à média do estado, com exceção para o ano de 2019. É possível observar também que, no município de Catalão, no período de 2010 a 2019, o percentual de nascidos com baixo peso apresentou uma redução.

Um indicador sobre as condições ao nascer diz respeito às condições das mães. O número de mães adolescentes, potencialmente em condições mais precárias para tratar dos filhos, vem caindo no estado de Goiás e no município de Catalão.

Tabela 36 – Informações sobre nascimentos e condições de vida ao nascer

Condições	2010	2016	2019
Catalão			
Número de nascidos vivos	1.344	1.464	1.732
Número de nascidos vivos - partos cesáreos	886	1066	1124
% de partos cesáreos	65,92	72,81	64,9
Número de nascidos vivos - partos vaginais	456	396	294
% de partos vaginais	33,93	27,05	16,97
Taxa Bruta de Natalidade	15,5	14,6	15,9
Mães de 10 a 14 anos	7	13	10
Mães de 10 a 19 anos	213	204	161
Nascidos com prematuridade	106	120	159
% de prematuridade	7,9	8,2	9,2

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Condições	2010	2016	2019
Nascidos com baixo peso ao nascer	126	126	113
% com baixo peso ao nascer	9,4	8,6	6,5
Estado de Goiás			
Número de nascidos vivos	87.476	95.563	96.112
Número de nascidos vivos - partos cesáreos	53.852	63.496	64.411
% de partos cesáreos	62	66	67
Número de nascidos vivos - partos vaginais	33.514	31.982	31.694
% de partos vaginais	38	33	33
Taxa Bruta de Natalidade	14,6	14,3	13,7
Mães de 10 a 14 anos	801	738	530
Mães de 10 a 19 anos	16871	16489	13330
Nascidos com prematuridade	5451	9795	10232
% de prematuridade	6,2	10,2	10,6
Nascidos com baixo peso ao nascer	7071	7914	8344
% com baixo peso ao nascer	8,1	8,3	8,7

Fonte: DataSUS.

Em comparação ao ano de 2010, aumentou o percentual de mães que fizeram sete ou mais consultas durante o pré-natal. Em 2018, 87% das mães, em Catalão, atingiram essa condição (Tabela 37).

A maior incidência de consultas de pré-natal e a melhoria no perfil das mães acarretou uma redução dos nascimentos de baixo peso (com menos de 2,5 kg) entre 2010 e 2018 em Catalão (Tabela 37).

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Tabela 37 – Consultas pré-natal e nascimentos de baixo peso

Catalão	2010	2015	2018
Mães que tiveram 7 ou mais consultas de pré-natal (em %)	80,88%	78,39%	87%
Nascimentos de baixo peso (% do total)	9,38%	8,59%	9,01%

Fonte: DataSUS.

Outra informação que chama a atenção e deve ser objeto de preocupação das autoridades municipais é o número de óbitos maternos. Entretanto, esse número no município de Catalão é nulo, com

exceção do ano de 2016, que apresentou dois óbitos maternos (Tabela 38). No estado de Goiás, nota-se um aumento desse número.

Tabela 38 – Óbitos Maternos

	2010	2016	2019
Catalão	0	2	0
Estado de Goiás	47	53	67

Fonte: DataSUS.

Catalão apresenta condições satisfatórias de cobertura pelas principais vacinas (Tabela 39). Entretanto, no período

2010-2019 houve uma redução na cobertura vacinal de todos os imunológicos.

Tabela 39 – Cobertura vacinal (%) por tipo de imunobiológico – Menores de 1 ano

Imunológicos	2010	2016	2019
BCG (BCG)	136,44	92,66	95,06
Contra Febre Amarela (FA)	116,08	81,04	80,12
Contra Haemophilus influenzae tipo b (Hib)	-	-	-
Contra Hepatite B (HB)	100,08	113,84	68,29
Contra Influenza (Campanha) (INF)	-	-	-
Contra Sarampo	-	-	-
Dupla Viral (SR)	-	-	-
Oral Contra Poliomielite (VOP)	86,32	84,64	80,46
Oral Contra Poliomielite (campanha 1º etapa) (VOP)	-	88,17	78,09
Oral Contra Poliomielite (campanha 2º etapa) (VOP)	-	-	94,25
Oral de Rotavírus Humano (RR)	96,5	89,13	88,03
Tetraivalente (DTP/Hib) (TETRA)	99,07	1,45	-
Tríplice Bacteriana (DTP)	-	52,39	41,92
Tríplice Viral (SCR)	124,79	92,39	84,99
Tríplice Viral (campanha) (SCR)	-	-	-

Fonte: DataSUS.

Com relação à cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica, o município de Catalão apresenta um

aumento, enquanto no estado de Goiás este indicador apresenta uma redução. E com relação à porcentagem da população

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

coberta pela ESF, há um aumento significativo no município de Catalão, passando de 12,8%, em 2010, para 35,6%, em 2019 (Tabela 40).

Tabela 40 – Indicadores da Atenção Básica de Saúde: 2010 – 2019

	2010	2019
Catalão		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	36,5	44,6
% da população coberta pelo programa (ESF)	12,8	35,6
Estado de Goiás		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	77,1	73,9
% da população coberta pelo programa (ESF)	61,7	61,7

Fonte: Proadess.

Considerando as informações disponíveis, é importante analisar a mortalidade em Catalão (Tabela 41). De maneira geral, os números expressos referentes à mortalidade geral foram mantidos no período de 2015 a 2019, sofrendo variações irrisórias. No período de 2010 a 2019 houve aumento nos números de mortalidade infantil.

Em contrapartida, os números de mortos decorrentes de Aids, no período, sofreram oscilações, mas apresentou significativa queda entre os anos de 2016 e 2019. As mortes relacionadas a causas externas tiveram um grande aumento no ano de 2016. Entretanto, esse número apresentou uma redução quando comparado ao ano de 2019.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Tabela 41 – Indicadores de Mortalidade

Mortalidade (quantidade)	2010	2015	2016	2019
Catalão				
Geral	438	594	597	595
Infantil	14	12	14	19
Óbitos fetais	9	19	10	8
População entre 0 e 4 anos	17	14	15	23
População entre 5 e 9 anos	3	1	2	1
População entre 20 e 29 anos	13	33	35	17
População entre 30 e 39 anos	28	34	38	38
Aids	2	4	5	1
Causas Externas	50	85	100	69
Agressões	7	37	47	18
Suicídio	6	4	9	8
Acidentes de transporte	21	30	20	24

Fonte: DataSUS e IMB.

No diagnóstico sobre as condições de saúde no município de Catalão, cabe destaque para uma de suas especificidades: a dengue. De acordo com a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, o número de casos de dengue durante a pandemia te-

ve uma grande queda, em comparação ao ano de 2019, antes do início da pandemia, quando foram confirmados 18.135 casos e 25.665 notificações entre a primeira e oitava semana do ano.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Em 2020, os números diminuíram para 13.081 casos confirmados e 18.733 notificados. Em 2021, durante as mesmas semanas registradas, os índices de casos

tiveram uma queda ainda maior, com 3.252 casos confirmados e 8.843 notificados, uma queda de cerca de 52,79% em comparação ao ano anterior.

Tabela 42 – Municípios com maior ocorrência de casos de dengue

	Municípios	Casos notificados
1º	São Luís de Montes Belos	1.143
2º	Cristalina	1.087
3º	Aparecida de Goiânia	983
4º	Goiânia	908
5º	Formosa	593
6º	Luziânia	451
7º	Águas Lindas de Goiás	427
8º	Jataí	306
9º	Anápolis	293
10º	Joviânia	251
11º	Goiás	243
12º	Campinorte	149
13º	Serranópolis	125
14º	Goianésia	106
15º	Mineiros	105

Fonte: Secretaria de Saúde do Estado de Goiás (SES-GO).

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Outro ponto importante refere-se à estrutura de atendimento. Um dos indicadores sobre a estrutura é a disponibilidade de leitos do Sistema Único de Saúde (SUS). Os dados reunidos na Tabela 43 indicam uma preocupação relativa a esse indicador, visto que foi apresentada uma queda nos leitos disponíveis ao SUS.

No município, os dados mostram uma relativa estagnação do número de leitos.

A queda do número de leitos não foi acompanhada pela redução do número de profissionais da área da saúde em relação à população. Há tendência clara de aumento dos profissionais da área da saúde.

Tabela 43 – Indicadores da estrutura de atenção à saúde

	2010	2016	2020
Catalão			
Unidades de Atenção Básica de Saúde	6		
Leitos SUS	209	222	198
Leitos disponíveis ao SUS por 1000 mil habitantes	2,1	2,2	1,6
Enfermeiros disponíveis ao SUS por 100 mil habitantes	31,5	68,6	109,9
Cirurgiões-dentistas disponíveis ao SUS por 100 mil habitantes	87,8	149,1	159,5
Médicos disponíveis ao SUS por 1000 mil habitantes	1,3	2	2,3
Estado de Goiás			
Unidades de Atenção Básica de Saúde	474		
Leitos SUS	13.333	12.030	10.530
Leitos disponíveis ao SUS por 1000 mil habitantes	1,6	1,5	1,6

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

	2010	2016	2020
Enfermeiros disponíveis ao SUS por 100 mil habitantes	50,5	80,1	108,2
Cirurgiões-dentistas disponíveis ao SUS por 100 mil habitantes	56,9	66	71,3
Médicos disponíveis ao SUS por 1000 mil habitantes	1,4	1,5	1,8

Fonte: Proadess.

Por fim, cabe tratar de alguns indicadores básicos das despesas com saúde em Catalão. A despesa total por habitante subiu de R\$738,18 para R\$825,30 entre 2017 e 2019 (Tabela 44).

Verifica-se o crescimento das despesas com saúde com recursos próprios, depois de uma leve queda, entre 2017 e 2018. O volume dessas despesas, em 2019, ultrapassou o volume do primeiro ano da série. Com relação à transferência do SUS por habitante, é possível observar que este valor também apresentou um aumento gradual durante o período analisado.

Em Catalão, outra característica é a variação da participação dos gastos com pessoal como parte do gasto total em saúde, passando de 27,66%, em 2010, para 35,34%, em 2019.

Avanços foram identificados nos últimos anos na área da Saúde em Catalão. Entretanto, há inúmeros desafios a serem enfrentados para universalizar o acesso aos serviços de saúde e, assim, reduzir a mortalidade e morbidades no município. Portanto, promover o bem-estar da população deve merecer atenção especial das próximas administrações.

Tabela 44 – Indicadores sobre despesas com saúde

	2017 (R\$)	2018 (R\$)	2019 (R\$)
Catalão			
Despesa total com saúde por habitante (R\$)	738,18	716,77	825,30
Despesa com recursos próprios por habitante	482,91	451,11	535,31
Transferência SUS por habitante	255,28	265,65	289,99
% despesa com pessoal/despesa total	27,66	26,45	35,34
% transferência SUS/despesa total com saúde	34,58	37,06	35,14
% de recursos próprios aplicados em saúde (EC 29)	65,42	62,94	64,86
Despesa total com saúde	75.584.726,80	76.420.176,27	89.811.230,58
Despesa com recursos próprios	49.446.177,40	48.096.624,36	58.253.820,75
Receita de impostos e transferências constitucionais legais	305.125.567,10	320.676.387,12	351.200.868,52
Transferência SUS	26.138.549,40	28.323.551,91	31.557.409,83
Despesa com pessoal	20.906.881,19	20.209.996,06	31.735.751,91

Fonte: DataSUS, IMB e Proadess.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

DEBATE ATUAL

1) Atenção com a judicialização da saúde do município, devido a muitas vezes pesar no orçamento do município alguma decisão judicial que tenha sido dada para compra de medicamento caro etc.

2) Como o município se comporta dentro de sua região de saúde e como ele pode potencializar sua performance. Caso seja um município pequeno, se a atenção básica e os programas ESF atendem àqueles municípios e se o transporte para média e alta complexidade tem atendido a demanda. Caso seja um município de médio porte, se a atenção básica e os programas ESF atendem àqueles municípios, assim como quais serviços de média complexidade possui (tomar cuidado com o turismo da saúde), e se o transporte para média (que não tem) e alta complexidade tem atendido a demanda. Caso

seja um município grande, como a articulação entre os três tipos de atenção ocorre e se não existem bairros vulneráveis pela distância etc.

3) Caso a regionalização da saúde não seja consolidada, estabelecer consórcios municipais para compras de medicamentos, tecnologias etc., tendo, assim, uma melhor gestão de recursos.

4) Proximidade com universidades, que podem auxiliar na prestação de serviços públicos, assim como prover recursos humanos para aquele município. Além disso, podem criar centros de inovação em saúde, facilitando a criação de novas tecnologias.

5) O que acontecerá em um cenário de pós-covid:

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

a) a cidade teve uma alta cobertura vacinal para covid-19?

b) como ficou a cobertura de outras vacinas?

c) e os demais serviços estão preparados para as sequelas deixadas pela covid-19 nos cidadãos?

6) Articulação com as pastas de meio ambiente, assistência social e saneamento básico. Grande parte dos problemas de saúde em atenção básica estão relacionados com essas outras pastas. Então, campanhas em conjunto, com impacto na sociedade, podem impulsionar a performance em saúde.



ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na Constituição Federal de 1988 a assistência social está inserida na Política de Seguridade Social, juntamente com a saúde e a previdência social.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Estabelecida como “direito do cidadão e dever do Estado”, tem caráter não contributivo e se realiza “de forma integrada às políticas setoriais, visando o enfrentamento da pobreza; a garantia dos mínimos sociais; o provimento de condições para atender contingências sociais; e a universalização dos direitos sociais” (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, art. 2º, parágrafo único).

A materialização das políticas públicas ocorre no território dos municípios e o governo local é o protagonista que define as estratégias de operacionalização da assistência social, sendo necessário apresentar um plano ao Conselho Municipal de Assistência Social para aprovação. Cada município é responsável por elaborar o diagnóstico; planejar e organizar a atuação; implementar projetos/programas/ações, em parceria ou não com a sociedade civil; acompanhar e avaliá-las

periodicamente, incorporando as decisões das Conferências Municipais e pactuações das Comissões Intergestoras dos entes federados.

Como ponto de partida, o executivo municipal deve conhecer o marco legal dessa política, que é composto por:

- Constituição Federal de 1988, artigos 194, 195, 203 e 204;

- Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei Federal nº 8.742/93;

- Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; Lei Federal nº 8.069/90

- Estatuto do Idoso, Lei Federal nº 10.741/03;

- Política Nacional do Idoso, Lei Federal nº 8.842/94;

- Política Nacional de Assistência Social, Resolução Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 145/04.

- Sistema Único da Assistência Social (Suas), Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011,

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

que altera a Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

- Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB-Suas), Resolução CNAS nº 130/05;

- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH-Suas), Resolução CNAS nº 269/06;

- Leis municipais e Estaduais que tratam da política de assistência social.

A assistência social tem como população destinatária os pobres e/ou excluídos, que estão em situação de desemprego e subemprego ou desamparados por seus núcleos familiares. É papel dos gestores locais coordenar e executar a Política Municipal de Assistência Social, em consonância com as políticas federal e estadual, de forma a garantir os direitos dessas pessoas. Cabe lembrar que cada realidade é distinta e a área de-

ve se estruturar de acordo com as diferenças/características socioeconômicas e culturais locais.

O Poder Público precisa conhecer o padrão da desigualdade existente, a dimensão da pobreza e da exclusão no seu território, pois é de seus governantes a responsabilidade de reduzir a pobreza e a exclusão social e promover as condições de exercício da cidadania, assegurando o atendimento às necessidades básicas da população. O executivo pode combater a exclusão, criando uma rede de proteção para aqueles que necessitam, proporcionando o acesso à educação, à saúde, ao lazer, à renda, à assistência social, cultura, trabalho etc., a partir do conhecimento de quantos pobres e excluídos há em seu município, onde vivem e em que condições. Para isso, é fundamental a territorialização quantitativa e qualitativa.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

A pobreza ocorre quando uma família não consegue gerar renda para satisfazer suas necessidades básicas (alimentação, moradia, educação, lazer, transporte etc.). Esse estado depende de fatores como o sistema e as conjunturas nacional e internacional, que não estão na governabilidade dos municípios. Entretanto, ações do Poder Público podem amenizar essa situação, assegurando condições básicas de atendimento às necessidades humanas e de cidadania.

A partir da análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) é possível identificar dois objetivos diretamente relacionados à Assistência e Desenvolvimento Social: ODS 1 e ODS 10. O ODS 1 (Erradicação da Pobreza) apresenta como objetivo acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. Já o ODS 10 (Redução das Desi-

gualdades) objetiva reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Os beneficiários da assistência social são todos os que dela necessitar, pois não se encontram em condições de manter o atendimento das suas necessidades humanas básicas, isto é:

- Família ou pessoa empobrecida, com dificuldades de sobrevivência, vivendo sem renda ou com recursos insuficientes, em situação precária de moradia, com vínculos familiares rompidos ou ameaçados;
- Criança e adolescente em risco social e pessoal;
- População em situação de rua;
- Pessoa com deficiência e idoso sem fonte de renda e/ou apoio familiar;
- População indígena e quilombola; e
- Pessoa vítima de conjunturas ou eventos que comprometam a sobrevivência digna.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Para concretizar a política de assistência social, é necessário um conjunto articulado de ações governamentais, das três esferas de governo, e, complementarmente, não governamentais, formando o Sistema Único de Assistência Social (Suas). Cabe à União estabelecer as normas gerais aos Estados, Distrito Federal e Municípios coordenar e executar os programas em suas respectivas esferas. Os demais atores (entidades assistenciais, igrejas etc.) têm importante papel na criação de uma rede de proteção para promover a inclusão socioproductiva dessa população.

O executivo deve conhecer, ainda, qual é o nível de gestão em que se encontra o seu município: inicial, básica ou plena, pois essas modalidades condicionam o repasse de recursos da União e do governo estadual. Na gestão básica, o agente municipal se compromete a organizar a proteção

básica e na gestão plena deve organizar a proteção social básica e a especial.

O município, responsável pela proteção social básica, deve atuar principalmente na prevenção, implementando programas/ações como o Programa de Atenção Integral à Família (Paif), de inclusão produtiva, de fortalecimento do protagonismo infanto-juvenil, de centros de informação e educação para o trabalho, de Centro de Convivência para Idosos (CCI), de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes, entre outros. Essas ações devem ser agrupadas em um Centro de Referência de Assistência Social (Cras), porta de entrada para o Suas e referência dos indivíduos e famílias de um território. O Cras deve ser instalado em área de maior vulnerabilidade social.

Se o município é responsável pela proteção social especial, ele deve trabalhar com a violação de direitos (abandono,

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

maus-tratos, abuso, uso de substâncias psicoativas, medidas socioeducativas, situação de rua e trabalho infantil, entre outras). De acordo com a sua realidade, atua com ações/serviços de:

- Média complexidade – plantão social, abordagem de rua, cuidado no domicílio, medidas socioeducativas em meio aberto, habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência etc.

- Alta complexidade – abrigos, casa lar, república, albergue, família substituta, família acolhedora, medidas socioeducativas em meio fechado, entre outros.

Para proporcionar a proteção especial, precisa organizar um Centro de Referência de Assistência Social (Creas), que pode ser municipal, regional ou estadual, de acordo com a sua realidade. Os peque-

nos e médios municípios podem criar um consórcio público para oferecer esses serviços.

Deve ser lembrado que a pobreza é constituída por fragilidades multidimensionais (econômica, social, cultural, política etc.) que exigem o envolvimento de diversos profissionais, como os da assistência social, da saúde, da educação, meio ambiente, agricultura, trabalho e geração de renda. Enfrentá-las exige uma ação intersetorial e articulada.

Para definir as condições dessa população, devem ser levantados indicadores básicos que permitirão identificar os problemas e contribuir para a formulação de uma estratégia de ação do executivo municipal nesse setor.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

SITUAÇÃO DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

Ter condições dignas é um direito do cidadão e, para garanti-las, o Poder Público municipal deve conhecer a situação de pobreza e de exclusão social bem como o nível de renda da população local. Deve identificar qual é o mínimo necessário para que uma família viva com dignidade. O executivo precisa identificar a quantidade e o percentual da população que está nessa situação, onde mora (bairro, região, distrito, área censitária etc.); os programas, projetos e ações existentes; as pessoas atendidas em programas de transferência de renda (Bolsa Família, Renda Cidadã etc.), quantas aguardam atendimento, como também quais as perspectivas futuras. Deve, portanto, dimensionar a situação de pobreza e conhecer o grau da cobertura oferecida e necessária.

A pobreza e a exclusão afetam mais diretamente a população com maior risco de vulnerabilidade, como é o caso das crianças, jovens, mulheres, idosos, negros e populações originárias. Assim, é importante considerar as variáveis de idade, de gênero e de raça. As mulheres negras chefe de família e com filhos são mais vulneráveis e devem ser alvo de atuação específica. A equidade de gênero e a autonomia das mulheres também precisam ser promovidas.

O executivo municipal pode iniciar a análise da pobreza, dimensionando o desemprego e os rendimentos da população. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divide a população mais vulnerável em dois grupos:

- Indigentes (ou extrema pobreza), quando a população sobrevive com menos de

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

um quarto de salário mínimo domiciliar mensal *per capita*;

- Pobres, quando a população vive com rendimentos entre um quarto e meio salário mínimo.

Para mensurar a desigualdade, é importante obter a soma de rendimentos apropriada pelos 50% mais pobres da população, em contraste com a soma retida pelos 10% e 1% mais ricos.

Outras fontes de informações são os projetos/programas federais do CadÚnico, e estaduais do Pró-Social. A área da assistência social da prefeitura possui esses dois sistemas com dados sobre essa população e o atendimento realizado. Alguns municípios têm outro sistema que engloba todas as ações municipais, estaduais e federais. Esses instrumentos permitem mapear os dados por região ou bairro e conhecer quantos são atendidos por programa/projeto, quantos não o

são e onde estão os vazios de atendimento (bairros, vila, zona rural etc.).

É importante criar um sistema municipal de informação que norteie as ações das diversas políticas públicas para que os gestores monitorem a evolução das ações/serviços no decorrer dos anos. Só a avaliação periódica permite identificar se as políticas estão efetivamente reduzindo a pobreza.

Assim, ao assumir o mandato, o prefeito deve preparar um diagnóstico de como encontrou a realidade para no, decorrer de seu mandato, prestar contas à população.

O executivo municipal deve ainda comparar a sua realidade com a da região e a do Estado. Muitas atividades/serviços podem ser implementadas de forma cooperada, maximizando o uso de recursos humanos, financeiros, materiais, tecnológicos e de informação.

É importante conhecer as habilidades e competências desses beneficiários, de forma que alternativas de emancipação sejam pensadas nos médios e longos prazos.

Quadro 21 – Questões Relevantes: Situação de pobreza e exclusão social

Informação	Fonte
Estimativa de famílias pobres (quantidade e porcentagem)	Ministério da Cidadania (CadÚnico)
% de pobres	Atlas do Desenvolvimento Humano – Pnud
% de indigentes	Pnud
% da renda domiciliar apropriada por faixas da população	Pnud
Quantidade e porcentagem da população pobre atendida por programas de transferência de renda do governo federal (Bolsa Família, Projovem Adolescente etc.)	Prefeitura; Ministério da Cidadania
Quantidade e porcentagem da população pobre atendida por programas de transferência de renda do governo estadual (Renda Cidadã, Ação Jovem etc.)	Prefeitura; Secretaria de Desenvolvimento Social de Goiás - Seds
% de mulheres chefe de família, sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos.	Pnud

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS

O Executivo deve conhecer a pirâmide populacional de seu município, conforme o item demografia e analisar a proporção de crianças (0 a 11 anos), adolescentes (12 a 17 anos) e jovens (18 a 24 anos). Deve identificar a quantidade de pessoas nessas faixas, priorizando a análise sobre aquelas que estão fora da escola, são vítimas de violência ou estão em situação de pobreza e trabalho infantil. Sabe-se que as crianças e adolescentes estão entre as pessoas mais vulneráveis e exigem políticas específicas.

Vários municípios possuem o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (Sipia), organizado pelo Ministério da Justiça, com dados a respeito da violação dos direitos da criança e do ado-

lescente fornecidos pelo Conselho Tutelar. Nos locais onde não há o sistema, os dados estão disponíveis no Conselho Tutelar e na Vara da Infância e da Juventude, na Secretaria da Educação, na Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti, entre outras instituições. O Suas-WEB e o Sispeti, sistemas desenvolvidos pelo MDS, disponibilizam informações sobre o trabalho infanto-juvenil.

Algumas estimativas podem ser construídas pela própria equipe municipal. Para identificar as crianças fora da escola, a área de educação deve comparar a quantidade de crianças em cada faixa etária (IMB) com as matriculadas em cada nível de ensino (Inep).

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Quadro 22 – Questões Relevantes: Crianças, Adolescentes e Jovens

Informação	Fonte
Índice de Desenvolvimento da Infância (IDI)	Unicef
% de crianças pobres	Pnud
% de crianças indigentes	Pnud
Quantidade de crianças e adolescentes vítimas do trabalho infantil, substituídos, drogaditos e outros vitimados	Ministério da Cidadania; Ministério Público; Prefeitura
Estimativa de crianças e adolescentes fora da escola (quantidade e porcentagem)	Ministério da Educação; Prefeitura
Quantidade e porcentagem de adolescentes em conflito com a Lei, discriminando os que estão em Medidas de Proteção de Serviços à Comunidade (PSC), Liberdade Assistida (LA) e internados	Conselho Tutelar; Ministério Público
% de mães adolescentes (com menos de 18 anos)	Prefeitura

IDOSOS

A população com idade acima de 60 anos tem crescido mais do que a das demais faixas etárias. Esse aumento, que é considerável, produzirá impactos e transformações nas políticas públicas, principalmente nas áreas de saúde, previdência e assistência social.

Muitos idosos estão em situação de vulnerabilidade e têm sido vítimas de violência. Conhecendo essa população, a equipe do poder municipal pode encaminhar as pessoas para programas e projetos disponibilizados para essa faixa etária ou para o Benefício de Prestação

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Continuada (BPC-ID), destinado àqueles com mais de 65 anos e com renda *per capita* inferior a um quarto de salário-mínimo *per capita* (indigente). Por meio do Suas-*WEB* e do Sistema de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi), do MDS, é possível conhecer todos os beneficiários.

Para estimar a população idosa pobre e indigente, utiliza-se a porcentagem de pobres/indigentes do local, multiplicada pela população de idosos. Outra forma

de conhecê-los é identificar a população idosa que recebe o BPC ou procurar as equipes do Programa da Saúde da Família (PSF) ou dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), que detêm essas informações.

É dever do gestor municipal fazer uma busca ativa dos idosos indigentes que tenham direito ao BPC-ID e que não o estejam recebendo e informá-lo sobre como obtê-lo.

Quadro 23 – Questões Relevantes: Idosos

Informação	Fonte
Quantidade e porcentagem da população com 60 anos e mais	IBGE
Estimativa de população com 60 anos e mais, em situação de indigência (População com 60 anos e mais, multiplicado pela porcentagem de indigentes do município)	Prefeitura; IBGE
População beneficiária do BPC-ID (65 anos ou mais)	Ministério da Cidadania; Prefeitura
População com direito ao BPC-ID que não recebe o benefício (população com 65 anos ou mais e indigente, subtraída a quantidade de beneficiários do BPC-ID)	Ministério da Cidadania; Prefeitura

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD)

O Brasil possuía, segundo dados levantados em 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo menos 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, quase 25% da população do país. Desta população é necessário identificar aqueles que têm renda *per capita* inferior a meio salário mínimo e inferior a um quarto de salário mínimo, pois precisam de proteção social e o município pode encaminhar estes últimos ao BPC-PcD. Por meio do Suas-WEB e

do Sagi do MDS é possível identificar todos os beneficiários do BPC-PcD.

Não há sistematizado um censo da pessoa com deficiência e poucos municípios possuem um controle próprio. Assim, uma estimativa para identificar essa população e aqueles que poderiam receber o BPC-PcD permite fazer uma busca ativa dessas pessoas e orientá-las sobre seus direitos.

Quadro 24 – Questões Relevantes: Pessoas com deficiência (PcD)

Informação	Fonte
Estimativa da população com deficiência (número e porcentagem)	Prefeitura
Estimativa da população com deficiência em situação de indigência (total da população com deficiência multiplicado pela porcentagem de indigentes do município)	Prefeitura; IBGE; Pnud

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Informação	Fonte
População com deficiência BPC-PcD	Ministério da Cidadania; Prefeitura
População com direito ao BPC-PcD que não recebe o benefício (total da população com deficiência e indigente subtraída a quantidade de beneficiários do BPC-PcD)	Ministério da Cidadania; Secretaria de Desenvolvimento Social de Goiás - Seds

OUTROS BENEFICIÁRIOS

Em algumas localidades podem ser necessárias ações destinadas a determinados grupos que vivem em condições de vulnerabilidade e risco (moradores de rua, migrantes, drogaditos, pessoas sem registro etc.). Municípios de regiões metropolitanas, por exemplo, têm maior probabilidade de conter população moradora

de rua; assim como população drogadita, principalmente nas áreas próximas a fronteiras e de porto. Em vista disso, cada executivo municipal deve observar suas peculiaridades e se alguma característica for significativa, conhecer esses demandatários e direcionar-lhes ações.

Quadro 25 – Questões Relevantes: Outros Beneficiários

Informação	Fonte
Quantidades de pessoas sem registro civil (sub-registro)	Prefeitura; Cartórios
População moradora de rua	Prefeituras; Entidades Assistenciais
População drogadita	Prefeituras; Entidades Assistenciais

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

SEGURANÇA ALIMENTAR

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) refere-se ao direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (Lei Federal nº 11.346/06). É uma política que assegura o direito humano fundamental de ali-

mentação, deve compor as estratégias de combate à fome e ser articulada com a agricultura sustentável, de base familiar e aquisição direta do produtor. Para isso, são fundamentais programas descentralizados de horta e lavoura comunitária, bancos de alimentos, reforço à merenda escolar e acesso a programas de transferência de renda, entre outras estratégias que garantam melhoria de acesso à alimentação e à segurança alimentar.

Quadro 26 – Questões Relevantes: Segurança Alimentar

Informação	Fonte
Proporção de população assistida por programas de segurança alimentar	Prefeitura; Conab
Estimativa de oferecimento de merenda escolar (refeições por dia)	Prefeitura

GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Para viabilizar a política de assistência e desenvolvimento social, é necessária uma estrutura organizacional com recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos. Conhecer a lei de estrutura e o plano de cargos e salários também é importante. Para participar do Suas e receber recursos dos governos federal e estadual, o município deve possuir plano, conselho e Fundo Municipal de Assistência Social, bem como realizar periodicamente, conforme estabelecido em lei municipal, a Conferência de Assistência Social, quando são estabelecidas as diretrizes para a política.

O executivo municipal deve conhecer a situação socioeconômica e cultural da população, bem como o alcance dela aos programas sociais, o nível de acesso e a

qualidade dos alimentos consumidos, identificando o poder de compra local do salário mínimo e da renda familiar, em especial dos extratos mais pobres. Para identificar a população assistida por programas de segurança alimentar, deve buscar informações em entidades assistenciais locais e na prefeitura, incluindo as provenientes do Programa de Alimentação Escolar.

O valor e a porcentagem do orçamento destinado à Assistência Social devem ser conhecidos, bem como o Índice de Gestão Descentralizada (IGD), pois este é um indicativo de como está a qualidade da gestão do Programa Bolsa Família, especialmente quanto ao cadastro e às condicionalidades (no caso, acompanhamento nas áreas da saúde e educação).

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Quadro 27 – Questões Relevantes: Gestão da política de assistência e desenvolvimento social

Informação	Fonte
Controle social (conselhos, conferência etc.)	IBGE; Prefeitura
Recursos humanos (quantidade, formação, capacitação, distribuição, remuneração, planos de cargos e salários etc.)	IBGE; Prefeitura
Despesa total e despesa com recursos próprios com assistência social	IBGE; Prefeitura
Principais itens de despesa na assistência social (pessoal, investimento etc.)	Prefeitura
Investimento em equipamentos próprios	Prefeitura (órgão gestor do Suas)
Investimento em serviços conveniados	Prefeitura (órgão gestor do Suas)
Índice de Gestão Descentralizada (IGD)	Ministério da Cidadania

EXEMPLO DE DIAGNÓSTICO – MUNICÍPIO: CATALÃO

As informações estatísticas disponíveis – IMB, IBGE e Pnud – estão desatualizadas e precisam ser confrontadas por meio de entrevistas com os responsáveis pela execução das políticas sociais. Para verificar a situação do desenvolvimento social, foi feita a análise comparativa entre o município de Catalão, o

estado de Goiás e o Brasil, considerando as situações de pobreza e desigualdade.

Os indicadores mais utilizados para verificar o nível de pobreza foram a proporção de indigentes, de pobres e insuficiência de renda; e a razão entre os rendimentos médios dos 10% mais ricos

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

e dos 40% mais pobres, dos 20% mais ricos e dos 40% mais pobres.

Ao analisar o total de indigentes e pobres do município de Catalão e do estado de Goiás, observou-se que, entre 2000 e 2010, a proporção de pobres reduziu de 13,24% para 4,02% e a proporção de indigentes de 2,66% para 1,04%. Essa redução também ocorreu no estado de Goiás e no

Brasil. A proporção de pobres e a de indigentes do município de Catalão é bem menor que aquela observada no estado e no Brasil (Tabela 45). Isso se deveu, sobretudo, ao incremento de programas de transferência de renda, ao aumento real do salário mínimo vigente no país e ao controle da inflação.

Tabela 45 – Proporção de pobres e indigentes

Localidade	% de indigentes			% de pobres		
	2000	2010	2017	2000	2010	2017
Catalão	2,66	1,04	-	13,24	4,02	-
Estado de Goiás	6,11	2,32	3,38	20,97	7,59	5,87
Brasil	12,48	6,62	5,97	27,9	15,2	11,65

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – Pnud.

Também foi analisada a desigualdade no próprio município, a partir do seguinte cálculo: relação entre a renda média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres. Em Catalão, em 2000, a renda média

dos 10% mais ricos equivalia a 16,7% da renda média dos 40% mais pobres e, em 2010, essa relação reduziu para 12,81%. Ou seja, os 40% mais pobres ficaram mais ricos. Isso foi verificado também

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

para a relação entre os 20% mais ricos e os 40% mais pobres (Tabela 46). Houve uma redução da desigualdade, na década

de 2010, aspecto que, aliado à redução da pobreza, influencia no bem-estar da população.

Tabela 46 – Média de desigualdade da distribuição do rendimento domiciliar *per capita*

Localidade	10% mais ricos/ 40% mais pobres			20% mais ricos/ 40% mais pobres		
	2000	2010	2017	2000	2010	2017
Catalão	16,7	12,81	-	10,96	8,64	-
Estado de Goiás	22,55	16,27	12,1	14,45	10,65	8,45
Brasil	30,31	22,78	17,33	19,71	14,83	11,87

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – Pnud.

Observa-se que a proporção de crianças pobres e indigentes também reduziu, de 2000 a 2010, no município de Catalão. As crianças pobres passaram de 21% para

9,03% e as crianças indigentes de 4,91% para 2,21%. O estado de Goiás também apresenta redução desta proporção (Tabela 47).

Tabela 47 – Proporção de crianças pobres e indigentes

Localidade	% de crianças indigentes		% de crianças pobres	
	2000	2010	2000	2010
Catalão	4,91	2,21	21	9,03
Estado de Goiás	9,73	3,75	31,22	13,59
Brasil	20,19	11,47	41,01	26,01

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – Pnud.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

O Município deve ainda conhecer a estimativa de população pobre, que é a base para os projetos do governo federal, com destaque para o Programa Bolsa Família. Ao analisar as estimativas do MDS (Tabela 48), verificou-se que as famílias com perfil dos beneficiários do Bolsa Fa-

mília representavam aproximadamente 2,09% da população (2.328 famílias), sendo que, em julho de 2021, era atendida aproximadamente 58,37% dessa quantidade, ou pouco mais da metade com o perfil adequado ao programa.

Tabela 48 – Famílias Beneficiárias e gastos do Programa Bolsa Família (PBF) em Catalão

Estimativa da população	110.983
Total de famílias cadastradas - perfil do PBF (julho de 2021)	2.328
Total de famílias cadastradas - perfil do Cadastro Único (abril de 2021)	7.302
Número de famílias beneficiárias do PBF (julho de 2021)	1.359
Total de recursos do PBF (até 07/2021)	1.786.055,00
Volume mensal médio de recursos do PBF por família beneficiária	R\$ 77,39
Volume anual médio de recursos transferidos por família beneficiária	1314,24209
Gasto <i>per capita</i> do PBF no município	16,09305029

Fonte: Ministério da Cidadania.

Outro ponto importante é a análise de alguns indicadores que sintetizam as condições sociais. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de

Catalão, em 2010, é de 0,766. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799).

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

O IDHM passou de 0,662 em 2000 para 0,766 em 2010 – uma taxa de crescimento de 15,71%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 30,77% entre 2000 e 2010.

A equipe deve ainda analisar a situação de vulnerabilidade de determinados grupos, pois conhecer quantas crianças e adolescentes estão em situação de risco é importante para proporcionar-lhes proteção. Devem ser identificados quantos são vítimas de trabalho infantil, os prostituídos, os drogaditos, quantos estão fora da escola, os adolescentes infratores, as mães adolescentes, ou de outra vulnerabilidade social.

Cabe mencionar, também, que o Programa Bolsa Família transfere, mensalmente, um valor referente ao cadastramento das famílias e à gestão do programa. Os dados para maio de 2021 (Tabela 49) indicam que as condicionalidades de educação (0,91) e a atualização do cadastro (0,74) estão sendo cumpridas pela grande maioria das famílias beneficiadas, enquanto as condicionalidades da saúde apresentam um índice aquém do esperado (0,51). De acordo com os dados disponíveis, Catalão recebeu R\$9.324 em maio de 2021, valor inferior ao teto de recursos para apoio à gestão estabelecido pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) em R\$15.817,75 mensalmente. Embora seja possível aumentar o Índice de Gestão Descentralizada do Município, verifica-se que ele é relativamente elevado (0,72).

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Tabela 49 – Índice de Gestão Descentralizada (IGD) e Condicionais

Indicador	Catalão
Índice de Validade dos Cadastros	1
Índice de Atualização de Cadastro	0,74
Índice de Condicionalidade de Educação	0,91
Índice de Condicionalidade de Saúde	0,51
IGD - Índice de Gestão Descentralizada (05/2021)	0,72

Fonte: Ministério da Cidadania.



INFRAESTRUTURA

O tema infraestrutura diz respeito ao atendimento de necessidades fundamentais da população e a funções que dão suporte para o desenvolvimento econômico do município.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Para o diagnóstico da infraestrutura foi considerado o exame de quatro áreas: energia elétrica, transporte, telecomunicações e lazer. O saneamento básico foi contemplado no próximo capítulo, junto com o tema habitação.

Em geral, transporte e telecomunicações são áreas em que predominam serviços prestados por empresas privadas que precisam ser regulados pelo Poder Público, uma vez que afetam diretamente o atendimento de necessidades básicas da população. À medida que as cidades crescem, tanto a mobilidade espacial para deslocamento no interior do Município como a disponibilidade de serviços de telefonia são fundamentais para que pessoas possam trabalhar, estudar, participar de associações, interagir e se divertir. Quanto ao acesso à energia elétrica, essencial para a vida em sociedade, sua privação impossibilita que as

pessoas usufruam os confortos propiciados pelo desenvolvimento tecnológico e se sentem pertencentes ao mundo contemporâneo. Além disso, a iluminação de vias públicas é um aspecto importante para a segurança dos cidadãos.

Estas áreas de infraestrutura são estratégicas para qualquer plano de estímulo ao desenvolvimento econômico local. Entre os fatores de competitividade sistêmica que influenciam na atração de atividades produtivas para uma região estão a existência e as condições de rodovias, ferrovias e aeroportos, a oferta e distribuição de energia e a facilidade de comunicação, permitindo, assim, redução de custos operacionais e uma conexão ágil e eficiente entre os centros de produção e os mercados.

Esses fatores de competitividade são componentes básicos da economia atual, que condicionam a eficiência da pro-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

dução e do fluxo de bens e serviços. A identificação e o dimensionamento de gargalos e deficiências na infraestrutura são tarefas prioritárias para que o gestor local possa articular soluções que conduzam a um estágio mais avançado de desenvolvimento, inserindo o seu território numa rede de transações mais dinâmicas e atraindo novos investimentos para o município.

TRANSPORTE

Para uma compreensão preliminar das condições e possibilidades de transporte e trânsito em seu município, poderão ser levantadas algumas questões básicas que permitam identificar os problemas e contribuir para a formulação de uma estratégia de ação do executivo municipal nesse setor.

Quanto à infraestrutura na área de lazer, que a Constituição Federal assegura como direito de todo cidadão, é necessário que o Município propicie espaços públicos de fácil acesso, que estimulem a sociabilidade de diferentes maneiras e contribuam para a fruição do tempo livre e a melhoria da qualidade de vida. Acrescente-se que, em alguns casos, a oferta de opções de lazer pode estar relacionada com o desenvolvimento do turismo no Município.

O equacionamento adequado do transporte apresenta relação clara e direta com a qualidade de vida da população e o desenvolvimento das atividades econômicas, já que possibilita o deslocamento de pessoas e de cargas em menor tempo e com mais segurança, permitindo um uso mais racional do tempo e dos recursos e

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

agilizando o escoamento da produção e o abastecimento de mercadorias no território municipal. Nessa perspectiva, devem ser considerados não só os habitantes e as atividades localizadas no espaço urbano, uma vez que a população da zona rural também requer condições de deslocamento e acesso aos serviços, bem como o escoamento da produção agrícola necessita que as estradas vicinais (de competência municipal) permitam a circulação de caminhões com rapidez e segurança.

Para indicar as ações necessárias da prefeitura na área do transporte, é preciso mapear e avaliar as condições dos diferentes modos de transporte existentes no município, em especial do transporte de passageiros (coletivo e individual) e de cargas. Também devem ser considerados os meios de deslocamento não motorizados: cicloviário, por tração animal e a pé.

Nesse levantamento e avaliação, é necessário verificar as condições dos estaionamentos, terminais, estações, pontos para embarque e desembarque de passageiros e cargas. A condição de sinalização viária e de trânsito, os equipamentos e instalações, os instrumentos de controle, fiscalização, arrecadação (taxas e tarifas) e difusão de informações também fazem parte dos itens a serem avaliados para o desenvolvimento de uma política de transportes. E, convém repetir, esse diagnóstico não pode prescindir da análise das condições de deslocamento das pessoas e mercadorias da zona rural.

Para o desenvolvimento de um Programa de Transportes no Município é necessário envolver os profissionais responsáveis pela prestação dos serviços de transporte e trânsito, bem como os de mobilidade urbana, quer sejam os próprios quadros da administração local ou

as empresas prestadoras, quando delegados a terceiros.

Com a extinção do Ministério das Cidades, em 2019, as funções do antigo Ministério foram atribuídas ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

O novo Ministério é composto pela Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano, resultado da fusão das antigas Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano e Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos.

Quanto à temática da Mobilidade Urbana, o Departamento de Projetos de Mobilidade e Serviços Urbanos tem a

missão de fomentar a implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana com a finalidade de proporcionar acesso universal à cidade, de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável.

A Secretaria Nacional de Mobilidade apresenta o Programa de Apoio à Elaboração de Planos de Mobilidade Urbana que busca auxiliar o gestor municipal na elaboração da minuta do Plano de Mobilidade Urbana, com os conteúdos mínimos previstos na Lei, e de acordo com a metodologia simplificada apresentada na Cartilha de Apoio à Elaboração de Planos de Mobilidade Urbana com até 100 mil habitantes.

Quadro 28 – Questões Relevantes: Transporte

Informação	Fonte
Quais são os modos de transportes existentes no município (urbano e interurbano) e sua distribuição espacial?	Operadora; Goinfra; ANTT; Prefeitura
Qual é a demanda represada para os diferentes modos de transporte?	Operadora; Prefeitura

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Informação	Fonte
Existem setores na área urbana do município não atendidos pelo transporte? (Se sim, localizar na malha urbana)	Operadora; Prefeitura
Como está organizado o sistema viário (hierarquia de vias, tipologia etc.)?	Prefeitura; ANTT
Há vias prioritárias para o transporte coletivo? Estão sendo usadas corretamente?	Operadora; Prefeitura
Há um mapeamento da sinalização urbana, das principais rotas de deslocamentos a pé e de bicicleta?	Operadora; Prefeitura
Há um mapeamento dos polos geradores de tráfego?	Prefeitura
Como é feito o monitoramento e controle do transporte de carga?	Operadora; Prefeitura; ANTT; Goinfra
O índice de acidentes nas travessias é elevado (pedestres/veículo e veículo/veículo)?	Prefeitura; ANTT; Goinfra
Existe transporte inclusivo com embarque em nível para garantir acesso das pessoas com mobilidade reduzida (crianças, idosos, obesos, entre outros) conforme prevê o Decreto 5.296/04?	Prefeitura
Há nos veículos de transporte coletivo a reserva de 10% dos assentos para os idosos (Estatuto do Idoso)?	Operadora
Há transporte porta a porta para as pessoas com deficiência (Decreto 5.296/04)?	Operadora
Qual a quantidade (diária, mensal) de idosos transportados gratuitamente?	Operadora (população de 65 anos ou mais)

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Informação	Fonte
Quais são as condições das estradas vicinais (distribuição, tipo de pavimentação, manutenção, segurança)?	Prefeitura
Há transporte coletivo para a área rural? Se sim, qual o percentual da população atendida?	Operadora; Prefeitura
Há previsão de desenho urbano adequado à circulação para as áreas de expansão urbana?	Prefeitura
Qual é a capacidade de atendimento do sistema de transporte PÚBLICO diante do crescimento da demanda prevista para o município?	Operadora; Prefeitura
Como são gerenciados o transporte e o trânsito no município?	Prefeitura

ENERGIA ELÉTRICA

A oferta de energia elétrica é essencial para várias atividades desenvolvidas no município, inclusive dos serviços públicos. A responsabilidade pelo fornecimento de energia é da concessionária, supervisionada pelo Estado e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que atualmente é o órgão regulador e fiscalizador dos serviços de energia elétrica no Brasil.

Ao município cabe acompanhar a adequação da oferta mediante a demanda, identificar as áreas não atendidas, as deficiências da rede e o que elas acarretam para o consumidor. Esta informação é muito importante para a elaboração de planos municipais nas áreas que dependem diretamente da energia, sejam elas industriais, habitacionais, públicas ou outras.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Compete ao município também elaborar um Plano Municipal de Gestão Energética (PLAMGE). O PLAMGE é o instrumento de aplicação da Gestão Energética Municipal. Esse processo de trabalho permite aos Municípios, como resultado do conhecimento e adequado gerenciamento do consumo de energia, atingir metas de economia tanto nos prédios públicos, quanto na iluminação pública e sistemas de saneamento, resultando em redução da que se constitui geralmente a segunda maior despesa nos orçamentos municipais.

É importante que o município tenha uma equipe capacitada nos assuntos relativos à energia elétrica para acompanhar o contrato de fornecimento, o planejamento, as atividades de rotina ligadas aos sistemas elétricos no município e implementar medidas de combate ao desperdício de energia elétrica no sistema de iluminação pública, prédios públicos, saneamento e outros.

A iluminação pública é essencial para a qualidade de vida nos centros urbanos, dada a sua importância como fator de segurança pública, além de orientar o tráfego, percursos, valorizar monumentos, prédios e paisagens.

Sob o ponto de vista constitucional, a iluminação pública se insere entre os serviços públicos de interesse local e, portanto, é de competência do município. A Resolução Aneel 456/2000 estabelece, de forma atualizada e consolidada, as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica.

A Eletrobrás, por meio do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL), tem incentivado a apresentação de projetos, em nível nacional, com objetivo de melhorar a eficiência dos serviços públicos ligados ao uso de energia elétrica e reduzir o desperdício.

Nesse contexto, buscando o desenvolvimento de sistemas eficientes de ilumi-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

nação pública e sinalização semaforica, de modo a ampliar os benefícios destes projetos a toda população urbana, a Eletrobrás instituiu o Programa Nacional de Iluminação Pública e Sinalização Semaforica Eficientes (Reluz), com o apoio do Ministério de Minas e Energia.

Sabendo que a população privada de energia elétrica está concentrada no meio rural, o governo federal elaborou o Programa Luz para Todos com o objetivo de levar a energia a todos os domicílios e estabelecimentos do meio rural, o que resultará em incremento da produção agrícola, aumento de renda e inclusão social da população beneficiada.

Quadro 29 – Questões Relevantes: Energia Elétrica

Informação	Fonte
Quem presta o serviço?	Prefeitura
Consumo de energia medido em Mwh/ano por tipo de consumidor: residencial, rural, industrial, comercial, serviços e outros.	Enel
Consumo <i>per capita</i> de energia (Mwh/100 habitantes) dividido em categorias de uso: residencial, rural, industrial, comercial, serviços e outros.	Enel
Áreas rurais não atendidas pela rede (população respectiva estimada).	Prefeitura
Iluminação PÚBLICA: áreas não servidas por posteamento e luminárias.	Prefeitura
Iluminação PÚBLICA: áreas com serviço deficiente ou problemas de operação (vandalismo, custo alto, má qualidade de equipamentos).	Prefeitura
Regularidade na distribuição: interrupções, FREQUÊNCIA, áreas atingidas.	Operadora; Prefeitura

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Informação	Fonte
Capacidade de expansão da oferta de energia, caso aumente o consumo residencial.	Operadora
Capacidade de expansão da oferta de energia, caso aumente o consumo industrial, comercial ou de serviços.	Operadora

TELECOMUNICAÇÕES

Os serviços de telecomunicações são de competência da União, podendo ser explorados diretamente ou delegados a terceiros mediante autorização, concessão ou permissão, conforme definido na Constituição Federal (art. 21, inciso XI). Compreendem a transmissão, emissão ou recepção – por fio, radioeletricidade, meios ópticos ou qualquer outro processo eletromagnético – de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza.

A [Lei nº 13.879, de 3 de outubro de 2019](#) buscou modernizar o arcabouço normativo das telecomunicações e estimular o

investimento setorial por meio de alterações na [Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997](#) (Lei Geral das Telecomunicações – LGT) e na [Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000](#) (Lei do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – Fust).

A primeira grande modificação instituída pela Lei diz respeito à possibilidade de migração dos atuais contratos de concessão de telefonia fixa, prestada sob a égide do regime público, para autorizações de telefonia fixa, prestada no regime privado. Tal disposição consta dos artigos 144-A, 144-B e 144-C. Tais dispositivos foram acrescentados à LGT, sob

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

a forma de novo Título – “Título III-A, da adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações de concessão para autorização”.

As demais alterações promovidas pela Lei dizem respeito a outras questões relevantes para a modernização do regime jurídico de prestação dos serviços de telecomunicações (LGT), merecendo destaque as seguintes possibilidades:

- Prorrogação, por iguais períodos, dos contratos de concessão, desde que a concessionária tenha cumprido as condições da concessão e as obrigações já assumidas e manifeste expresso interesse na prorrogação, pelo menos, 30 (trinta) meses antes de sua expiração.
- Transferência de autorização de uso de radiofrequência entre prestadores de serviços de telecomu-

nicações, mediante anuência da Anatel.

- Prorrogação da vigência de autorizações de uso de radiofrequência, sendo necessário que a autorizada tenha cumprido as obrigações já assumidas e manifeste prévio e expresso interesse.
- Prorrogação da vigência do direito de exploração de satélite brasileiro para transporte de sinais de telecomunicações e define que tal direito será conferido mediante processo administrativo estabelecido pela Anatel.

Ainda, foi promovida também alteração ao artigo 6º da Lei do Fust, esclarecendo sua não incidência sobre o setor de radiodifusão.

Nesse sentido, a Setel propôs e contribuiu para aprovar o [Decreto nº 10.402, de 17](#)

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

de junho de 2020, que dispõe sobre a adaptação do instrumento de concessão para autorização de serviço de telecomunicações e sobre a prorrogação e a transferência de autorização de radiofrequências, de outorgas de serviços de telecomunicações e de direitos de exploração de satélites.

Como se trata de um direito do usuário e de um serviço estratégico para o desenvolvimento socioeconômico, é importante que o gestor municipal conheça as condições em que ele é prestado em seu município, tais como a abrangência do serviço e quais os avanços tecnológicos disponíveis – telefonia, móvel, banda larga, internet e transmissão de dados.

Deve ser observado se a instalação e a operação de estações do serviço de telecomunicações móvel terrestre, assim como a instalação da estação de telecomunicações, com as correspondentes edificações, torres e antenas, cumprem os requisitos da legislação específica. Também devem ser verificadas as exigências da legislação municipal referentes à urbanização e obras para os aspectos da instalação de linhas físicas em logradouros públicos, pois além dos parâmetros técnicos definidos nas normas federais, a legislação urbanística municipal pode e deve estabelecer condições para a implantação dos equipamentos.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Quadro 30 – Questões Relevantes: Telecomunicações

Informação	Fonte
Oferta de serviços de telefonia fixa e de uso PÚBLICO.	IBGE; Anatel; Operadora
Ocorrência de áreas não servidas pela telefonia de uso PÚBLICO e previsão de atendimento.	Operadora; Prefeitura
Oferta dos serviços de telefonia móvel.	Anatel; Operadora
Existência de meios de comunicação social – jornais, revistas, rádio AM e FM.	IBGE; Prefeitura; Ministério da Comunicação
Existência de programas de inclusão digital.	IBGE; Prefeitura; Governo Federal – Inclusão Digital
Existência de problemas para expansão da rede de comunicação fixa e móvel.	Operadora
Existência de problemas decorrentes da infraestrutura de telecomunicações instalada.	Prefeitura; Operadora; Jornais locais

ESPORTE E LAZER

Embora tenham sido estabelecidas diretrizes gerais para balizar as políticas de esporte e lazer, não existe uma legislação específica para regulamentar a ação do Poder Público municipal neste

campo. De qualquer modo, são da competência das prefeituras a criação e a manutenção de espaços públicos, onde possam ser praticadas atividades esportivas e de lazer, devendo ser prioridade

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

o atendimento de segmentos da população que não têm acesso às opções de lazer existentes.

Esporte e lazer são elementos importantes da cultura de um povo. Mas a sua importância também é reconhecida pelos benefícios que podem trazer para a saúde das pessoas, sejam eles benefícios orgânicos ou psicológicos. Além disso, trata-se de um campo onde podem ser desenvolvidas atividades de caráter educativo, em que são reforçados princípios éticos e comportamentos socialmente valorizados.

Do ponto de vista do gestor municipal, a primeira tarefa do diagnóstico nesta área é o levantamento da situação dos equipamentos públicos de esporte e lazer sob a responsabilidade da prefeitura (ginásios, piscinas, estádios, praças, parques, zoológico etc.). É importante, nesse sentido, verificar a distribuição espacial dos equipamentos e se há bairros da ci-

dade desprovidos de espaços de lazer, bem como se os equipamentos existentes estão sendo plenamente utilizados, se a frequência do público é regular e diversificada, se há dificuldade de acesso para a população residente e se os funcionários estão bem qualificados para atender os cidadãos.

Outro aspecto que pode ser incluído neste diagnóstico é a presença e a situação de espaços culturais de uso público, tais como museus, bibliotecas, centro de cultura e feiras de artesanato.

Em segundo lugar, convém examinar quais políticas de esporte e lazer têm sido implementadas e se há demandas sociais não atendidas nesta área, buscando determinar quais as possíveis lacunas da atuação municipal.

Nessa perspectiva, cabe verificar se a política de esporte e lazer tem sido conduzida de modo a oferecer um “cardá-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

pio” de eventos distribuídos ao longo do ano, ou se há diretrizes que alinham os programas de acordo com uma proposta mais ampla de política de governo. Atualmente, o que se espera é que as ações na área busquem a inclusão social e ofereçam aos munícipes (crianças, adolescentes, adultos e idosos) a oportunidade de desenvolvimento pessoal a partir do acesso a diferentes atividades e manifestações de cultura corporal, da arte e da recreação.

A inclusão social é entendida como a participação ativa nos vários grupos de

convivência social e a deficiência, como qualquer perda ou anormalidade de uma estrutura ou função corporal, incluindo a função psicológica. Os setores da Cultura, da Educação e do Lazer são abordados como mediadores dessa inclusão.

Por fim, deve-se investigar se o potencial turístico do município está sendo explorado de forma adequada, se há atrações naturais que podem ser melhor divulgadas e se há necessidade de investimentos ou ampliação do gasto na manutenção dos equipamentos de lazer que atraem visitantes.

Quadro 31 – Questões Relevantes: Esporte e Lazer

Informação	Fonte
Oferta de equipamentos culturais, esportivos e de lazer (NÚMERO e diversidade). Verificar quais estão sob responsabilidade da prefeitura.	IBGE; Prefeitura
Demanda não atendida (bairros sem equipamentos e segmentos populacionais com dificuldade de acesso).	Prefeitura; Associações de moradores
Capacidade de atendimento (diária/mensal) e nível de ociosidade dos equipamentos.	Prefeitura

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Informação	Fonte
Estado de conservação e condições de uso dos equipamentos (necessidade de reformas).	Prefeitura
Política municipal para a área de esporte e lazer (diretrizes, programas, calendário, parcerias).	Prefeitura
Avaliação do potencial turístico do município e existência de projetos (PÚBLICOS e privados) para a atração de turistas.	Prefeitura

EXEMPLO DE DIAGNÓSTICO – MUNICÍPIO: CATALÃO

A partir das informações disponíveis, procurou-se fazer um diagnóstico preliminar da oferta de serviços de transporte, telecomunicações e energia elétrica, assim como dos equipamentos de lazer no Município de Catalão. Evidentemente, algumas informações precisam ser atualizadas ou complementadas pelo gestor público.

TRANSPORTE

O primeiro aspecto a ser destacado diz respeito à oferta de serviços de transporte no município. A população de Catalão conta com várias modalidades de transporte de passageiros, conforme apresenta o Quadro 32. Importante mencionar a inclusão de transporte escolar mantido pela prefeitura, assim

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

como destacar o crescimento de serviços de mototáxi. Destaca-se a necessidade de saber se os ônibus de transporte coletivo garantem acesso às pessoas com deficiência e aos idosos.

Quadro 32 – Indicadores de serviços de transporte de passageiros

Indicador	2010	2015	2020
Existência de serviço de transporte escolar mantido pela prefeitura	Sim	Sim	Sim
Existência de serviço de transporte municipal de ônibus	Sim	Sim	Sim
Passageiros transportados média mensal (em mil)	95.475	-	-
Quilometragem média mensal percorrida pelos ônibus em operação (em mil km)	95.815	-	-
Ônibus em operação	18	-	-
Empresas de ônibus urbano em operação	1	1	1
Táxis registrados	n/d	n/d	18
Mototáxis registrados	n/d	n/d	400
Existência de terminais rodoviários	Sim	Sim	Sim

Fonte: Prefeitura Municipal de Catalão.

As informações disponíveis indicam uma expansão da frota de veículos no município na década atual. Conforme pode ser visto na Tabela 50, houve um crescimento muito expressivo da frota de motocicletas e similares, que passou a representar 28% do total de veículos em 2020. A frota de automóveis conti-

nuou aumentando, mas, embora continue sendo a frota mais numerosa, sua participação relativa vem reduzindo (passou de 46,5% para 44,6%).

Tabela 50 – Evolução da frota de veículos para transporte

Frota	2010	2015	2020
Total de veículos	52.333	73.708	86.236
Automóveis	24.337	33.881	38.464
Ônibus	250	385	416
Micro-ônibus	106	199	242
Caminhões	1.507	2.008	2.229
Caminhão Trator	697	810	963
Reboques	869	2.053	2.938
Semirreboque	1.202	1.640	2.085
Trator rodas	0	6	6
Caminhonete	5.376	8.056	10.122
Camioneta	1.019	1.691	2.147
Ciclomotor	86	128	170
Motocicletas	11.984	15.670	17.250
Motoneta	11.984	6.031	7.056
Triciclo	4	11	20
Outros	619	3	2.128

Fonte: Instituto Mauro Borges.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Como pode ser observado na Tabela 51, entre 2010 e 2020, o coeficiente de habitantes por total de veículos foi reduzido de 1,66 para 1,29. Quando são comparados os coeficientes de habitantes por automóvel também apresentou uma redução, passando de 3,56 para 2,89. Seguindo o mesmo padrão, o coeficiente de habitantes por total de motocicletas também apresentou uma redução, passando de 7,23 para 6,43.

Tabela 51 – Indicadores da frota de veículos para transporte

	2010	2015	2020
Número de habitantes por total de veículos	1,66	1,36	1,29
Número de habitantes por automóvel	3,56	2,97	2,89
Número de habitantes por moto	7,23	6,42	6,43

Para melhor avaliar o crescimento da frota de veículos em Catalão, na Tabela 52 é apresentado o crescimento em termos percentuais, tendo como referência o ano anterior. O crescimento de 2015 para 2020 da frota de motocicletas foi de 10%, enquanto o crescimento da frota de automóveis representou 14%. Nesse período, o crescimento da frota de reboques merece destaque, sendo o maior crescimento do total de veículos, representando 43%.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Tabela 52 – Crescimento da frota de transportes por tipo de veículo

Frota	2010	2015	Crescimento %	2020	Crescimento %
Total de veículos	52.333	73.708	41	86.236	17
Automóveis	24.337	33.881	39	38.464	14
Ônibus	250	385	54	416	8
Micro-ônibus	106	199	88	242	22
Caminhões	1.507	2.008	33	2.229	11
Caminhão Trator	697	810	16	963	19
Reboques	869	2.053	136	2.938	43
Semirreboque	1.202	1.640	36	2.085	27
Trator rodas	0	6	-	6	0
Caminhonete	5.376	8.056	50	10.122	26
Camioneta	1.019	1.691	66	2.147	27
Ciclomotor	86	128	49	170	33
Motocicletas	11.984	15.670	31	17.250	10
Motoneta	11.984	6.031	-50	7.056	17
Triciclo	4	11	175	20	82
Outros	619	3	-100	2.128	70.833

Do ponto de vista da política de transporte municipal, também é importante analisar as alternativas de serviço de transporte disponíveis para a população em geral. No Quadro 33, são considerados os modais de transporte de passageiros existentes em Catalão.

Quadro 33 – Informações sobre a oferta de serviços de transporte de passageiros

Informação	Existência	Organismo ou ente que o gerencia
Serviço de transporte no município por táxi	Sim	Município
Serviço de transporte no município por mototáxi	Sim	Município
Serviço de transporte no município por van	Sim	Município
Transporte coletivo por ônibus exclusivamente municipal	Sim	Município
Transporte coletivo por ônibus intermunicipal	Sim	-

Fonte: Prefeitura Municipal de Catalão.

Ressalta-se que, no Quadro 33, não há informação quanto à existência de veículos acessíveis e tampouco se há um serviço de transporte porta a porta para pessoas com deficiência no município.

Outro aspecto cuja análise é necessária: o monitoramento e controle do transporte de carga no perímetro urbano, em Catalão. O gestor público deve verificar quais são as vias por onde os veículos circulam e qual é o limite de peso da carga.

Também é obrigatório fazer referência à infraestrutura viária disponível em Catalão, uma vez que este é um fator importante para a operação das empresas localizadas no município, assim como para a agilidade e a eficiência dos serviços de transporte.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Um último aspecto que deve ser contemplado neste diagnóstico é a análise da condição do transporte na área rural, seja para garantir o escoamento da produção agrícola, seja para garantir o transporte de passageiros (inclusive de crianças em idade escolar).

Em suma, os indicadores disponíveis sobre transporte permitem aos gestores municipais uma visão geral, mas, para identificar os problemas centrais nesta área, é preciso uma avaliação mais detalhada sobre a qualidade dos serviços oferecidos, sobre a infraestrutura viária e sobre os aspectos relacionados. Dessa forma, mais uma vez, deve-se destacar a importância das entrevistas com autoridades locais.

ENERGIA ELÉTRICA

O município conta, no setor de energia, com duas usinas hidrelétricas, uma no rio Paranaíba, que pertence a Minas Gerais, e uma na Serra do Facão, no Rio São Marcos, que traz benefícios ao município através do chamado “royalty da água”. Além disso, o município conta com uma termoelétrica. Sendo importante destacar que, no ano de 2010, o percentual de domicílios que tinha acesso à rede de energia elétrica no município era de 99,91% da população, os dados são do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

No ano de 2020, a Enel anuncia melhorias no sistema elétrico de Catalão, investindo cerca de R\$15 milhões na construção de 14 quilômetros de novas redes, além da troca de um transformador na Subestação Catalão por outro mais potente.

Primeiramente, é importante destacar que as informações que serão evidenciadas neste tópico não foram disponibilizadas para o município de Catalão. Entretanto, optou-se por manter os dados referentes à Região Centro-Oeste e ao estado de Goiás levando-se em consideração a importância da apresentação desta análise, a título de replicação futura. Na Tabela 53, percebe-se como se distribui o consumo de energia elétrica de acordo com o tipo de estabelecimento. Nota-se que, em 2020, o consumo industrial representa o maior consumo do estado de Goiás, sendo de 34,65%, seguido do consumo residencial que representa 32,67% do consumo total.

Tabela 53 – Consumo de energia elétrica (em MWh)

Tipo de Estabelecimento	Goiás	Região Centro-Oeste	Goiás %	Região Centro-Oeste %
Consumo Residencial	5434305,58	13433824,82	32,67%	34,56%
Consumo Comercial	2258657,27	7025347,54	13,58%	18,07%
Consumo Industrial	5764581,77	10096794,05	34,66%	25,97%
Outros	3176384,94	8318256,43	19,10%	21,40%
Total	16633929,6	38874222,84	100%	100%

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

A Tabela 54 permite constatar que, em 2020, o consumo residencial *per capita* de energia elétrica em Catalão foi de 0,75.

Tabela 54 – Consumo *per capita* de energia elétrica

Tipo de Estabelecimento	Goiás	Região Centro-Oeste
Consumo Residencial	0,75	0,82
Consumo Comercial	0,31	0,43
Consumo Industrial	0,80	0,62
Outros	0,44	0,51
Total	2,31	2,38

Acompanhar a evolução do consumo de energia elétrica por tipo de estabelecimento permite ao gestor observar a demanda em diferentes categorias de consumidores e fazer relações com demandas por outros serviços de infraestrutura urbana. Por isso, o potencial de fornecimento de energia elétrica é também um aspecto importante do diagnóstico socioeconômico do município, em especial para a formulação de políticas de desenvolvimento local.

ESPORTE E LAZER

Dimensionar a oferta existente de espaços culturais e de equipamentos de lazer para a população é tarefa inicial para o levantamento de necessidades que devem ser supridas pelas autoridades municipais, assim como para planejamento de políticas que visem atender as demandas nesta área.

O Quadro 34 indica que o Município de Catalão, atualmente, conta com uma diversidade de equipamentos culturais e de lazer.

Quadro 34 – Oferta de equipamentos culturais e de lazer

Informações sobre os equipamentos disponíveis	Ocorrência
Espaços para eventos	Sim
Quantos?	2
Algum é mantido pelo Poder Público municipal?	Não
Clubes	Sim
Quantos	4
Algum é mantido pelo Poder Público municipal?	Sim
Ginásio	Sim
Quantos?	1
Algum é mantido pelo Poder Público municipal?	Sim
Praças	Sim
Quantos?	3
Algum é mantido pelo Poder Público municipal?	Sim
Parque	Sim
Quantos?	1
Algum é mantido pelo Poder Público municipal?	Sim
Museu	Sim

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Informações sobre os equipamentos disponíveis	Ocorrência
Quantos?	1
Algum é mantido pelo Poder Público municipal?	Sim
Biblioteca	Sim
Quantos?	1
Algum é mantido pelo Poder Público municipal?	Sim

O município ainda conta com a existência de clubes e associações recreativas. O Ginásio Internacional de Esportes de Catalão foi reformado e reinaugurado em março de 2018. Seu formato lembra um disco voador, ele é um dos mais modernos do Centro-Oeste brasileiro. Bem estruturado tem capacidade de receber diversos eventos esportivos.



HABITAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO

A questão habitacional tem sido uma das preocupações centrais para os gestores Municipais desde que se difundiu o “direito à cidade”.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Trata-se de um dos temas da agenda governamental que se inserem no contexto maior de políticas para o desenvolvimento urbano, conforme descrito no Estatuto da Cidade.

A condução de uma política voltada a garantir moradia digna para todos os residentes no Município não pode ser pensada apenas como a construção de novas habitações, devendo ser considerada a necessidade de combater a proliferação de loteamentos irregulares e favelas e a ocupação de áreas de risco. Além disso, também deve constar no entendimento do que constitui uma “moradia digna” o acesso a equipamentos e serviços urba-

HABITAÇÃO

O direito à moradia, definido pela Constituição Federal em seu artigo 6º, é um dos maiores desafios impostos em todas as esferas do Poder Público. O acelerado pro-

cessos fundamentais para a vida moderna, entre os quais se destacam os serviços de saneamento básico.

Sem dúvida, tanto o enfrentamento do déficit habitacional como a melhoria do saneamento básico são objetivos estratégicos que envolvem a participação dos três níveis de governo: federal, estadual e municipal. Convém frisar que as políticas habitacionais e de saneamento básico devem respeitar as diretrizes estabelecidas democraticamente pelos atores municipais a partir do diagnóstico dos problemas, assim como as diretrizes legais referentes à proteção do meio ambiente.

cesso de urbanização que ocorreu no país não foi acompanhado de uma política habitacional que respondesse com rapidez às novas demandas. O passivo habitacio-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

nal atinge, sobretudo, as classes menos favorecidas, uma vez que o alto custo da terra urbana torna inviável o acesso dessa classe ao mercado imobiliário.

A questão básica que deve nortear os trabalhos é: **Como garantir o direito social à moradia para todos os cidadãos do meu município?**

Ao abordar a questão habitacional no município é importante destacar as necessidades habitacionais não só do ponto de vista quantitativo – ligado diretamente às deficiências do estoque de moradia, mas igualmente sob o aspecto qualitativo, isto é, a inadequação de moradias, seja pela carência de infraestrutura, seja pelo adensamento excessivo de moradores, situação fundiária, padrão construtivo ou sem unidade sanitária domiciliar exclusiva. São considerados domicílios com infraestrutura interna adequada os que dispõem de ligação às redes públi-

cas de abastecimento (água e energia elétrica) e de coleta (lixo e esgoto), sendo a fossa séptica a única exceção aceita em substituição à rede de coleta de esgoto. A análise da habitação, portanto, deve ser relacionada com o saneamento básico e a oferta de equipamentos sociais.

O mapeamento da distribuição dessas necessidades no espaço urbano permite o direcionamento das ações e a definição das prioridades. A análise engloba não só o déficit habitacional atual como a demanda futura, devendo para tanto cruzar as informações com as projeções de crescimento demográfico para o município.

Para o planejamento das ações nessa área, o gestor municipal deve levantar quais os instrumentos legais que abordam o problema: por exemplo, o plano diretor de desenvolvimento urbano (por meio da definição de zonas especiais de interesse social), a lei de uso e ocupação

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

do solo, os programas de regularização fundiária e os planos municipais de habitação de interesse social. Outro aspecto fundamental é o levantamento das fontes de recursos disponíveis, no Estado e no governo federal, para execução de programas habitacionais de interesse social.

Na esfera federal, a Lei nº 11.124/05 define critérios para aplicação dos recursos do SNHIS, cabendo aos municípios firmar termo de adesão, constituir fundo, conselho e plano habitacional de interesse social.

Cabe ressaltar, ainda, as vinculações regulatórias vigentes que afetam diretamente os Municípios. No estado de Goiás, a Lei nº 17.155/2010 cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, que, juntamente com o Sistema Nacional de Habitação de Mercado – SNHM, compõe o Sistema Nacional de Habitação – SNH, um dos instrumentos da nova Política Nacional de Habitação. Na mesma lei, foram instituídos o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, que remonta ao primeiro projeto de lei de iniciativa popular, de 1991, e seu Conselho Gestor – CGFNHIS.

Quadro 35 – Questões Relevantes: Habitação

Informação	Fonte
Déficit habitacional, considerando sempre que possível a renda familiar, a composição familiar e o nível de instrução.	Prefeitura; Agehab
Domicílios em situação de moradia precária, identificando a localização na malha urbana e a condição de precariedade.	Prefeitura

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Informação	Fonte
Domicílios com infraestrutura interna urbana adequada.	Prefeitura
Mapeamento dos loteamentos irregulares e de moradias em áreas de risco.	Prefeitura
Existência de programas habitacionais para baixa renda em andamento: NÚMERO de unidades e previsão de entrega.	Prefeitura; Agehab
Disponibilidade de solo urbanizado para habitação de interesse social ou existência de programa de produção de moradias por autoconstrução.	Prefeitura
Existência de órgão específico para a área habitacional na administração municipal.	Prefeitura; IBGE
Identificação dos recursos disponíveis nos níveis estadual e federal e condições de obtenção desses recursos.	Agehab; Ministério das Cidades; Funasa

SANEAMENTO BÁSICO

O saneamento básico, de acordo com a Lei Federal nº 11.445/2007, compreende o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais.

Caberá ao gestor municipal, na condição de titular dos serviços públicos de saneamento, formular sua respectiva política, podendo prestar diretamente ou delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação desses serviços,

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

respeitando as condições impostas pela Lei nº 11.445/2007.

Universalizar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos de saneamento básico com segurança, qualidade e regularidade é o princípio que deve nortear as ações do Poder Público nessa área.

É importante envolver os profissionais responsáveis pela prestação dos serviços de saneamento no Município, quer sejam os próprios quadros da administração local ou empresas prestadoras, quando de-

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Considerando que a água consumida é um direito social vinculado à saúde e à vida digna do cidadão, é papel do gestor municipal conhecer as condições em que este serviço é prestado à população, mesmo que ele tenha sido delegado a terceiros. Por isso, é importante entender

legados a terceiros, bem como (numa abordagem inicial) os da área de saúde e de meio ambiente, já que essas áreas têm estreita relação com o saneamento.

Para uma compreensão preliminar das condições e possibilidades do saneamento em seu município, devem ser levantadas algumas questões básicas que permitam identificar os problemas e contribuir para a formulação de uma estratégia de ação do executivo municipal neste setor.

como o sistema de abastecimento funciona, identificar as deficiências e o que elas acarretam para o consumidor, verificar se existem segmentos não atendidos e quais as perspectivas de ampliação da oferta no futuro.

Quadro 36 – Questões Relevantes: Abastecimento de água

	Informação	Fonte
Apresentação		
Introdução		
Demografia	Quem presta o serviço? Quais são as condições do contrato (quando terceirizado)?	Prefeitura; SNIS
Economia		
Finanças Municipais	Dados dos mananciais: fonte de água como rios, reservatórios e poços, situação e capacidades atuais e futura.	Operadora; Saneago; Prefeitura
Mercado de Trabalho		
Educação	Taxa de atendimento dos serviços de água (percentual dos domicílios atendidos).	Operadora; Saneago; SNIS; Prefeitura
Saúde	Estado de conservação da rede: vazamentos, deterioração da tubulação etc.	Operadora; SNIS; Prefeitura
Assistência Social		
Infraestrutura	Qualidade da água distribuída (padrão de potabilidade).	Operadora; SNIS; Prefeitura
Habitação e Saneamento Básico	Regularidade na distribuição: interrupções, FREQUÊNCIA, áreas atingidas.	Operadora; SNIS; Prefeitura
Meio Ambiente	Domicílios não servidos pela rede: localização, causas do não atendimento, como a população resolve o problema e previsão de atendimento.	Operadora; Prefeitura
Segurança Pública		
Tendências gerais: Brasil e Goiás	Ocorrência de danos ambientais ou para a SAÚDE PÚBLICA em decorrência de problemas no abastecimento de água.	DATASUS; Prefeitura; Saneago; Secretaria de SAÚDE do Estado de Goiás
Considerações Finais	Capacidade de expansão do abastecimento de água frente ao crescimento da demanda previsto para o município.	Operadora; Prefeitura; IBGE
Referência		
Equipe técnica		

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Entre os quatro componentes do saneamento, o que apresenta maior carência de atendimento é a drenagem urbana. Mas o esgotamento sanitário é que pode trazer maiores impactos sociais, ambientais e de saúde pública. Não só pela precariedade e insuficiência de rede coletora em grande parte de nossas cidades, como pela condição de lançamento dos efluentes e seu tratamento. Problemas como poluição de rios e de águas subterrâneas são frequentemente associados à desti-

nação dada ao esgoto (na maioria dos casos, de origem residencial).

Mesmo onde existe rede coletora, mas não há o devido tratamento, verificam-se problemas para o meio ambiente e a saúde pública. Tais problemas são agravados com a incidência de fossas negras e outros destinos inadequados. É fundamental, portanto, que o gestor faça uma análise cuidadosa da situação do esgotamento sanitário no Município e levante alternativas de equacionamento dos problemas identificados.

Quadro 37 – Questões Relevantes: Esgotamento Sanitário

Informação	Fonte
Quem presta o serviço? Quais são as condições do contrato (quando terceirizado)?	Prefeitura; Atlas esgoto da ANA
Taxa de atendimento dos serviços de esgoto (percentual dos domicílios atendidos).	Operadora; Instituto Mauro Borges; SNIS; Prefeitura

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Informação	Fonte
Percentual de esgoto tratado em relação ao esgoto coletado.	Operadora; Instituto Mauro Borges; SNIS
Como e onde é feito o lançamento do esgoto não tratado?	Operadora; Prefeitura
Domicílios urbanos não atendidos pelo sistema de esgoto sanitário. Onde se localizam na malha urbana? Fatores que impedem o atendimento dessas áreas. Como a população afetada resolve o problema?	Operadora; Prefeitura
Previsão para atendimento de toda a população.	Operadora; Prefeitura
Ocorrência de danos ambientais decorrentes da destinação inadequada do esgotamento sanitário.	Prefeitura; Operadora; Semad
Capacidade de atendimento da rede de coleta de esgoto diante do crescimento da demanda previsto para o município.	Operadora; Prefeitura; IBGE; Instituto Mauro Borges

LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Esse sistema abrange a coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de vias públicas. Por ser um serviço que também tem forte impacto na saúde do cidadão e do meio ambiente, a prestação

inadequada ou ineficiente é sentida de imediato pela população. A concentração da população nas cidades aumenta a produção dos resíduos sólidos – ou lixo, como é conhecido popularmente – e requer do Poder Público uma intervenção e gerenciamento eficaz na prestação

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

deste serviço. Assim, é importante um mapeamento criterioso para identificar problemas relacionados com: falta ou descontinuidade da coleta, pontos de despejo clandestino, presença de vetor de doença infecciosa, capacidade limite

e adequação dos locais de destinação final, contaminação causada por chorume e mau cheiro. Este mapeamento é necessário para o encaminhamento de ações que possam garantir um bom desempenho do serviço prestado à população.

Quadro 38 – Questões Relevantes: Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos

Informação	Fonte
Quem presta o serviço? Quais são as condições do contrato (quando terceirizado)?	Prefeitura
Percentual de cobertura da coleta de resíduos sólidos e de limpeza urbana.	Prefeitura
FREQUÊNCIA da coleta de resíduos sólidos e da limpeza urbana.	Prefeitura; Operadora
Ocorrência de irregularidades na coleta; áreas afetadas e FREQUÊNCIA da ocorrência.	Prefeitura; Operadora
Áreas não atendidas pela coleta regular de resíduos sólidos e de limpeza urbana. Como a população afetada resolve o problema? Previsão de atendimento desses segmentos.	Prefeitura; Operadora
Percentual de resíduos sólidos destinados a aterros sanitários, usinas de compostagem, incineração ou reciclagem.	Prefeitura
Existência e abrangência de programa de coleta seletiva do lixo urbano.	Prefeitura

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Informação	Fonte
Ocorrência de problemas ambientais ou de SAÚDE PÚBLICA decorrentes de destinação inadequada dos resíduos sólidos. Ações necessárias para solucionar tais problemas.	Prefeitura; Operadora; Semad
Capacidade do aterro, quando existente, para atender o crescimento da demanda previsto para o município. Existência de estudos para ampliar os locais de destinação. Local de destinação final: Atendimento às normas quanto a estrutura e localização.	Prefeitura; Operadora; Semad

DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

Os serviços de drenagem e manejo de águas compreendem as atividades, infraestrutura e instalações operacionais de drenagem urbana e de águas pluviais, transporte, detenção ou retenção para amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas de chuvas drenadas nas áreas urbanas. Trata-se de um serviço fundamental para evitar dificuldades na circulação de pessoas pelas vias públicas e para a sua melhor conservação.

O mau gerenciamento desse serviço só é percebido quando ocorrem inundações e enchentes em períodos chuvosos. Tais problemas estão diretamente relacionados com a urbanização e consequente impermeabilização das bacias hidrográficas em razão da construção de prédios e pavimentação das vias públicas, calçadas e áreas não edificadas das residências, assim como estão relacionados indiretamente com a retificação de cursos d'água e as ligações clandesti-

nas de esgoto à rede de drenagem. Além disso, inundações e enchentes podem causar outros problemas para a população urbana.

Quadro 39 – Questões Relevantes: Drenagem e manejo de águas pluviais

Informação	Fonte
Existência de rede de coleta de águas pluviais urbanas; percentual de cobertura da rede em relação ao total da malha urbana.	Prefeitura
Manutenção da rede; periodicidade dessa manutenção.	Prefeitura
Adequação do afastamento e destinação das águas.	Prefeitura
Ocorrência de ligações clandestinas de esgoto na rede de drenagem. Problemas decorrentes desse fato.	Prefeitura
Percentual das áreas não servidas por rede de drenagem.	Prefeitura
Ocorrência de enchentes, inundações ou alagamentos: localização na malha urbana (diferenciar entre áreas com e sem rede); Identificação dos fatores que contribuem para a ocorrência do problema.	Prefeitura
Impactos ambientais decorrentes desses problemas.	Prefeitura
Estrutura existente para o enfrentamento desses problemas: Departamento de Obras, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros.	Prefeitura
Ações implementadas para tentar resolver ou diminuir problemas identificados. Existência de estudo com recomendações.	Prefeitura

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

EXEMPLO DE DIAGNÓSTICO – MUNICÍPIO: CATALÃO

HABITAÇÃO

As informações estatísticas disponíveis – IMB e IBGE – são muito desatualizadas, pois datam do ano 2000 e 2010.

De qualquer modo, como as mudanças neste campo costumam ser lentas, é possível considerar que os indicadores disponíveis permitem aos gestores municipais identificar os problemas centrais. Dependendo do município, tais problemas podem ter se agravado na década atual.

Com relação ao crescimento de domicílios particulares, no período de 2000 a 2010, é possível observar que o Município de Catalão cresceu 48,9%, representando um crescimento maior com relação à microrregião de Catalão e ao estado de Goiás (Tabela 55).

Tabela 55 – Crescimento em termos percentuais no número de domicílios particulares

Região e Localidade	Ano	Número de domicílios particulares - Total	Crescimento em % de 2000 para 2010
Catalão	2000	18.754	100
	2010	27.922	148,9

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Região e Localidade	Ano	Número de domicílios particulares - Total	Crescimento em % de 2000 para 2010
Microrregião de Catalão	2000	35.148	100
	2010	48.073	136,8
Estado de Goiás	2000	1.398.015	100
	2010	1.886.264	134,9

Fonte: Instituto Mauro Borges - IMB

A partir da Tabela 56, é possível observar que o número de domicílios particulares urbanos representa, em ambos os anos analisados, e em todos os entes federativos analisados, mais de 80% do número de domicílios.

Tabela 56 – Composição dos domicílios em urbanos e rurais.

Região e Localidade	Ano	Número de domicílios particulares - Total	%	Número de domicílios particulares - urbanos	%	Número de domicílios particulares - rural	%
Catalão	2000	18.754	100	16.660	88,8	2.094	11,2
	2010	27.922	100	25.972	93,0	1.950	7,0
Microrregião de Catalão	2000	35.148	100	29.338	83,5	5.810	16,5
	2010	48.073	100	42.527	88,5	5.546	11,5
Estado de Goiás	2000	1.398.015	100	1.225.871	87,7	172.144	12,3
	2010	1.886.264	100	1.698.379	90,0	187.885	10,0

Fonte: Instituto Mauro Borges - IMB

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Com relação ao tipo de domicílios ocupados, no município de Catalão, os domicílios próprios abrangem mais de 60% dos domicílios ocupados do município (Tabela 57).

Tabela 57 – Distribuição dos domicílios ocupados.

Região e Localidade	Ano	Total		alugados		cedido		próprio		outros	
		Número de domicílios particulares	%	Número de domicílios particulares ocupados -	%	Número de domicílios particulares ocupados -	%	Número de domicílios particulares ocupados -	%	Número de domicílios particulares ocupados -	%
Catalão	2000	18.754	100	3.336	17,8	2.427	12,9	12.814	68,3	177	0,9
	2010	27.922	100	7.813	28,0	2.275	8,1	17.772	63,6	62	0,2
Microrregião de Catalão	2000	35.148	100	5.201	14,8	5.653	16,1	24.030	68,4	264	0,8
	2010	48.073	100	11.221	23,3	5.480	11,4	31.263	65,0	92	0,2
Estado de Goiás	2000	1.398.015	100	245.551	17,6	201.209	14,4	940.229	67,3	11.026	0,8
	2010	1.886.264	100	450.879	23,9	205.133	10,9	1.221.379	64,8	8.873	0,5

Fonte: Instituto Mauro Borges - IMB

Com relação à população que se encontra em situação de clara vulnerabilidade habitacional, não foi possível localizar esses dados para continuar com a análise deste aspecto. No entanto, é importante esclarecer que os grupos populacionais mais vulneráveis são aqueles constituídos por pessoas morando em “domicílios improvisados” (aqueles que constituem o núcleo central do proble-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

ma dos “sem teto”). Além disso, pode-se considerar com déficit de moradia os casos em que o domicílio é compartilhado em cortiços (unidade usada como moradia multifamiliar) ou casa de cômodos, caracterizando uma situação bastante precária. Essas duas situações são de alta vulnerabilidade habitacional.

Informações relativas à população em situação de alta vulnerabilidade habitacional é de extrema importância para o gestor municipal, visto que a partir deste cenário é possível o desenvolvimento de diversas políticas públicas municipais, abrangendo diversas áreas, como por exemplo, saúde, educação, habitação, saneamento básico, etc.

Outro ponto que também deve ser analisado pelo gestor municipal é com relação ao nível de adequação dos domicílios municipais. O nível de adequação está avaliado a partir dos principais serviços urbanos (energia elétrica, saneamento básico, etc). Esta análise é de extrema importância, visto que esta adequação tende a indicar a precariedade habitacional, que denota um problema que decorre, em grande medida, do baixo poder aquisitivo de parcela da população.

É também importante ser diagnosticado a existência de loteamentos irregulares ou clandestinos, isto é, sem aprovação prévia do Poder Público municipal e com descumprimento de normas legais urbanísticas e/ou ambientais.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

SANEAMENTO BÁSICO

Abastecimento de água

O serviço de abastecimento de água potável é constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição. No decreto nº 7.217/2010 (art. 4º), detalha-se que são incluídas as atividades de reservação, captação e adução da água bruta, tratamento da água, adução da água tratada e reservação da água tratada. No município o serviço é prestado pela Superintendência Municipal de Água e Esgoto (SAE).

O Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – SNIS, de 2019, disponibiliza indicadores mais recentes para os serviços de água no Município de Catalão. De acordo com esse levantamento, o atendimento dos domicílios no Município é bastante satisfatório. O nível de atendimento dos serviços de água no Município é superior ao nível de atendimento do Estado de Goiás (Tabela 58).

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Tabela 58 – Nível de atendimento domiciliar dos serviços de água

	população atendida com água	população urbana atendida com água	população rural atendida com água
Catalão	100 %	100 %	100 %
Estado de Goiás	88,52 %	98,3 %	10,5 %

Fonte: SNIS, 2019.

No município de Catalão, o prestador mede o consumo de 100% das economias de água, que são todos os estabelecimentos que possuem os hidrômetros (índice de hidrometração). No município, 47,55% da água captada é perdida na rede antes de chegar às economias (Tabela 59).

Tabela 59 – Índice de hidrometração e índice de perdas na distribuição

	Índice de hidrometração	Índice de perdas na distribuição
Catalão	100%	47,55%
Estado de Goiás	92,95%	27,19%

Fonte: SNIS, 2019.

Com relação ao consumo e o preço de água (Tabela 60) no Município de Catalão o consumo médio *per capita* é abaixo da média do país, e o preço por m³ de água é 5,11% menor comparado ao país.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Tabela 60 – Consumo e preço de água

	Consumo médio <i>per capita</i> (litros/habitantes/dia)	Tarifa média de água (R\$/m³)
Catalão	122,4	4,01
Estado de Goiás	148,99	5,95
Brasil	139,23	4,23

Fonte: SNIS, 2019.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

O esgotamento sanitário é constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários; inclui desde as ligações prediais até o lançamento final no meio ambiente. Mais da metade da população brasileira e grande parte dos municípios ainda não contam com serviços de esgotamento sanitário e acabam adotando outras formas de coleta, afastamento e, em poucos casos, tratamento dos esgotos.

Com relação ao nível de acessibilidade aos serviços de esgotamento sanitário (Tabela 61), no município de Catalão 60% da população total tem acesso a esse serviço. A média do estado de Goiás é 66,55% e, do país, 65,87%.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Tabela 61 – Acesso aos serviços de esgoto

	População atendida com esgoto	População urbana atendida com esgoto	População rural atendida com esgoto
Catalão	60%	64,13%	0%
Estado de Goiás	66,55%	73,35%	3,19%
Brasil	65,87%	70,96%	14,49%

Fonte: SNIS, 2019.

O município de Catalão possui 60,81% de seu esgoto manejado de forma adequada, por meio de sistemas centralizados de coleta e tratamento ou de soluções individuais. Do restante, 39,19% não é tratado nem coletado (Tabela 62).

Tabela 62 – Coleta X Tratamento (Atlas Esgotos ANA 2013)

	Catalão	Estado de Goiás	Brasil
Índice sem atendimento sem Coleta e sem Tratamento	39,19%	27,63%	23,60%
Índice de Atendimento por Solução Individual	4,81%	9,65%	8,64%
Índice de Atendimento com Coleta e sem Tratamento	-	4,83%	22,83%
Índice de Atendimento com Coleta e com Tratamento	56%	53,29%	38,26%

Fonte: ANA, Atlas Esgoto 2013.

RESÍDUOS SÓLIDOS

Os serviços de limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos são constituídos pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de: coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final adequados do lixo doméstico e dos serviços de varrição e limpeza de logradouros e vias públicas, incluindo triagem para fins de reutilização ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, destinação final, e varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços da limpeza pública urbana (Lei nº 11.445/2007, art. 7º).

No município de Catalão, 93,56% da população total é atendida com coleta de Resíduos Domiciliares (Tabela 63).

Tabela 63 – Cobertura da coleta de resíduos sólidos

	População total atendida por coleta de resíduos domiciliares	População urbana atendida por coleta de resíduos domiciliares	População rural atendida por coleta de resíduos domiciliares
Catalão	93,56%	100%	sem informação
Estado de Goiás	93,68%	98,85%	35,26%

Fonte: SNIS, 2019.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Se considerada a população total do município, Catalão coleta, por dia, 0,87 kg de resíduos por habitante (Tabela 64).

Tabela 64 – Massa coletada *per capita*

	Catalão	Estado de Goiás
Massa de resíduos domiciliares e públicos coletados <i>per capita</i> em relação à população total atendida (kg/hab./dia)	0,87	1,11
Massa de resíduos domiciliares e públicos coletados <i>per capita</i> em relação à população urbana (kg/hab./dia)	0,87	1,2

Fonte: SNIS, 2019.

A existência de coleta seletiva independe da forma (porta a porta, em postos de entrega voluntária ou outra modalidade) e de sua abrangência em cada município, ou seja, a prática da coleta seletiva pode ocorrer somente em uma pequena parte, em iniciativas pontuais, como também em todo o território.

O município de Catalão possui coleta seletiva de Resíduos Sólidos, e recupera 1,69% do total de resíduos coletados no município. No estado, a taxa de recuperação é de 1,06%, e no país é de 3,62% (Tabela 65).

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Tabela 65 – Coleta seletiva e recuperação de materiais recicláveis

	Catalão	Estado de Goiás	Brasil
Parcela da população urbana com cobertura de coleta seletiva porta a porta:	44,20%	9,45%	26,43%
Taxa de recuperação de recicláveis em relação aos resíduos domiciliares e públicos	1,69%	1,06%	3,62%

Fonte: SNIS, 2019.

DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS

A drenagem e o manejo das águas pluviais urbanas são constituídos pelas atividades de planejamento, gestão e manutenção, pela infraestrutura e pelas instalações operacionais de drenagem de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas, contempladas a limpeza e a fiscalização preventiva das redes. Os prestadores ou órgão responsável por este serviço são, quase em sua totalidade, as próprias prefeituras municipais.

Diferentemente dos outros componentes do saneamento, o conceito de atendimento ou déficit com relação aos serviços de drenagem urbana ainda não é algo consolidado. O conjunto de informações e indicadores levantados pelo SNIS ainda estão em fase de desenvolvimento. A baixa disponibilidade

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

das informações sobre as estruturas e situação nos Municípios, também restringe a qualidade dos dados obtidos.

DEBATE ATUAL

A dificuldade em levar abastecimento público, bem como tratamento de esgoto em núcleos habitacionais de baixa renda quando de sua regularização fundiária, que ocorre devido às peculiaridades físicas, topográficas e urbanísticas dos assentamentos precários, assim como pelas dinâmicas sociais e as vulnerabilidades a que estão sujeitas essas populações, com maior índice de inadimplência e da pobreza extrema.



MEIO AMBIENTE

Meio ambiente é todo espaço onde se desenvolve a vida, incluindo todas as atividades do homem, dos animais e vegetais.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Os campos, florestas, sertões, rios, montanhas, mangues, mares, atmosfera e as áreas ocupadas pelas populações rurais e urbanas – com suas casas, ruas, prédios, praças, estradas e plantações – compõem o meio ambiente.

A situação do meio ambiente no mundo, atualmente, coloca-nos um imenso desafio, pois a dinâmica das atividades humanas – demográfica, econômica, social, cultural, de ocupação do território e de serviços urbanos – altera as condições ambientais, causando efeitos adversos à qualidade de vida e aos ecossistemas.

É preciso preservar os recursos naturais e, ao mesmo tempo, possibilitar um desenvolvimento social justo, permitindo que as sociedades humanas atinjam uma melhor qualidade de vida em todos os aspectos.

Considerando o intenso processo de urbanização nas últimas décadas, é necessá-

rio destacar que as mais graves questões ambientais enfrentadas pela humanidade estão hoje nas áreas urbanas, pois são grandes centros de consumo de recursos naturais e de produção de resíduos, gerando pressões externas sobre os ecossistemas locais e globais. Assim, torna-se necessária a incorporação da dimensão ambiental nas políticas setoriais urbanas como habitação, abastecimento, saneamento e ordenação do espaço, para propiciar a preservação de recursos estratégicos como a água, o solo e a vegetação.

A conquista de melhores condições de vida para a população urbana apresenta-se, então, como um grande desafio para planejadores, estudiosos, governantes e sociedade civil.

Numa escala mundial, foi aprovado em 2015, na Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Agenda 2030, assinada por 193 países, incluín-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

do o Brasil, e estabeleceu 17 objetivos e 169 metas. A agenda é um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, garantindo que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de uma vida digna e justa.

A Agenda 2030 foi definida para complementar e reorientar esforços já despendidos pela ONU no passado, como a Agenda 21 (um plano global para agir nas áreas em que as atividades humanas impactam o meio ambiente) e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

O compromisso firmado pela Agenda 2030 volta-se para a proteção contra a degradação do nosso ambiente, introduzindo mudanças por meio do consumo e da produção sustentáveis, além da gestão sustentável dos recursos naturais.

No Brasil, a Lei Federal nº 6.938, de 1981, estabelece a Política Nacional do

Meio Ambiente. A PNMA foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988. É a referência mais importante na proteção ambiental. Ela dá efetividade ao artigo Constitucional 225. O direito que está preceituado neste artigo é referente ao meio ambiente equilibrado simultaneamente ao dever de responsabilidade, quando uma atividade gerar dano ambiental. Portanto, esse dispositivo Constitucional, regulador do meio ambiente, determina o não uso indiscriminado de determinado bem, quando sua utilização colocar em risco o equilíbrio ambiental.

A Constituição Federal de 1988 disciplinou a proteção ao meio ambiente em diversos dispositivos e capítulos, demonstrando a necessidade de uma visão abrangente e multidisciplinar da questão ambiental. O texto constitucional dispôs sobre o meio ambiente como um direito de todos e um bem de uso

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

comum do povo, fundamental para a manutenção da qualidade de vida, atribuindo competências distintas à União, aos Estados e aos Municípios nesta matéria (Constituição Federal, art. 23, 24 e 225): cabe à União legislar sobre as normas gerais, de caráter nacional; cabe aos Estados providenciar a legislação suplementar ou complementar, de caráter regional; e é responsabilidade dos Municípios legislar sobre temas de interesse local, de caráter exclusivo.

Dessa maneira, os Municípios podem estabelecer normas ambientais e integram disposições ambientais em sua legislação, criando obrigações, direitos e faculdades, instituindo organizações, mecanismos e instrumentos para a ação ambiental, por meio de leis votadas pelas Câmaras Municipais como também por intermédio de regulamentos do Executivo.

Algumas questões ambientais extrapolam as fronteiras de um Município e condicionam a eficácia da solução à participação conjunta de Municípios que compartilham o mesmo problema. A ação cooperada favorece o uso eficiente de recursos públicos resultando num menor volume de gastos financeiros, técnicos e administrativos. Conselhos, convênios, consórcios e comitês de bacias hidrográficas são mecanismos que possibilitam respostas a múltiplas demandas e oportunidades.

Nesse contexto de crescente conscientização da questão ambiental, ampliou-se a produção e a sistematização de informações sobre o meio ambiente, mas, até o momento, não há informações ambientais municipais suficientes disponíveis nos órgãos oficiais, o que dificulta a elaboração de um diagnóstico ambiental local com dados de fontes secundárias. É

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

necessário, então, que o próprio município elabore levantamentos periódicos de informações que retratem a situação local, identificando as pressões causadas direta ou indiretamente pelas atividades humanas sobre o meio ambiente, em especial aquelas que interferem nos recursos vitais: água, ar, solo, flora e fauna.

A elaboração de um diagnóstico da situação em que se encontra o meio ambiente, seus pontos críticos e seu potencial é uma tarefa cuja eficácia será tanto maior quanto mais ampla for a participação das demais áreas da administração municipal e de entidades ambientais locais e regionais, de forma que

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Dado o caráter transversal da temática, a gestão ambiental municipal envolve diversos componentes e é interdisciplinar e intersetorial nas ações a serem execu-

as políticas públicas passem a contemplar, efetivamente o uso sustentável dos recursos ambientais.

Para uma compreensão preliminar das condições do meio ambiente em um dado Município, devem ser priorizadas algumas questões básicas que permitam identificar os problemas que contribuam na definição das ações de proteção, preservação, conservação e recuperação do meio ambiente. Para tal, pode-se fazer uma análise que contemple seis temas: estrutura administrativa, espaços territoriais especialmente protegidos, alterações ambientais, recursos hídricos, cobertura vegetal e poluição do ar.

tadas. Embora o assunto seja abordado pelas diversas áreas da administração municipal, exige a criação de uma estrutura administrativa que possa articular e

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

executar a política de gestão ambiental do município, estabelecendo as necessárias interfaces com os demais segmentos locais e com os sistemas estadual e federal.

Sistema municipal de meio ambiente: consolidando os objetivos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), é importante que o município estruture um Sistema Municipal de Meio Ambiente que conte ao menos com uma instância executiva – secretaria ou departamento – e com uma instância consultiva ou deliberativa e participativa – conselho municipal –, articuladoras das ações previstas na política ambiental.

Legislação ambiental municipal: embora a legislação ambiental federal e estadual seja aplicável em grande parte na esfera municipal, existem normas que requerem regulamentação em situações particulares para atender ao interesse local. E, como estratégia para garantir a

eficácia na execução da política ambiental, o Município deve optar pela elaboração de instrumentos legais.

As normas ambientais municipais podem ter diferentes formatos. Podem integrar a Lei Orgânica ou também estar presentes no Plano Diretor, incluindo-se aquelas que dizem respeito ao meio ambiente instituídas pelo Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, art. 42). Os planos setoriais, tais como planos de saneamento, de habitação, entre outros, certamente tratarão de questões de interesse ambiental.

De acordo com a escala e a complexidade das questões ambientais no Município, é possível compilar todos os aspectos fundamentais da política ambiental em um único texto, constituindo-se um Código Ambiental.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS

São áreas públicas ou privadas dotadas de atributos ambientais que requeiram seu enquadramento em regime jurídico que implique sua relativa imodificabilidade e sua utilização sustentada, tendo em vista a preservação e proteção da integridade de amostras de toda a diversidade de ecossistemas, a proteção ao processo evolutivo das espécies, a preservação e a proteção dos recursos naturais.

Segundo o inciso III do artigo 225 da Constituição Federal de 1988, compete ao Poder Público “definir em todas as unidades da federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção”.

O gestor precisa ter conhecimento da existência, da localização e das condições em que se encontram tais espaços no território municipal, para desenvolver as necessárias ações de preservação e fiscalização.

A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 regulamenta o art. 225, parágrafo 10, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. O Sistema Nacional de Conservação é o conjunto de Unidades de Conservação (UC) federais, estaduais e municipais.

As unidades de conservação estão classificadas em três grupos:

Unidades de proteção integral: têm por finalidade preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, por isso as regras e

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

normas são restritivas. Pertencem a esse grupo as seguintes categorias: estação ecológica; reserva biológica; parque nacional, estadual ou municipal; refúgio de vida silvestre; e monumento natural.

Unidades de uso sustentável: conciliam a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos recursos naturais. Esse grupo é constituído pelas ca-

ALTERAÇÕES AMBIENTAIS

Entre as principais causas de alterações de paisagem estão os aterros de espelhos d'água; as atividades de garimpo e de extração mineral; a construção de infraestrutura para a produção e a transmissão de energia elétrica ou para a captura de água; o desmatamento; a erosão do solo; os empreendimentos imobiliários; as obras de infraestrutura viária; e a ocupação irregular e/ou desordenada do solo.

tegorias: área de proteção ambiental; área de relevante interesse ecológico; floresta nacional, estadual ou municipal; reserva extrativista; reserva de fauna; reserva de desenvolvimento sustentável; e reserva particular do patrimônio natural.

Outras unidades de conservação: jardins botânicos, jardins zoológicos e horto florestal.

O controle da ocupação urbana e do desmatamento, a recomposição de vegetação nativa, o controle de processos erosivos, a elaboração de plano de gestão de zoneamento ecológico-econômico e a fiscalização e/ou controle de atividades de garimpo são exemplos de ações que Poder Público pode realizar para controlar as alterações da paisagem.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

É importante lembrar que as ações vão depender do grau de complexidade do problema existente no município e que nesses casos, via de regra, há uma relação direta com o tamanho da população, pois quanto maior a faixa de população em que o Município se situa, maior a presença relativa de alterações que tenham prejudicado a paisagem.

É preciso que o gestor desenvolva ações e/ou programas voltados ao controle de vetores de doenças, à ampliação e/ou melhoria do sistema geral de abastecimento de água e da rede geral de esgoto sanitário, à educação ambiental, à introdução de práticas de desenvolvimento rural sustentável e à fiscalização e combate ao despejo inadequado de resíduos domésticos.

O conjunto de informações sobre as condições e/ou alterações ambientais do município possibilita evitar que se pressione uma área ambiental frágil ou imprópria para a ocupação. Portanto, é importante

que o gestor monitore a dinâmica territorial, identificando as áreas de risco, áreas contaminadas, áreas degradadas ou ocupadas irregularmente, além de outros fenômenos que alteram o meio ambiente, como assoreamento e a erosão.

Áreas de risco: são regiões muito expostas a desastres naturais, como deslizamentos e inundações. As principais áreas de risco são aquelas em encostas de maior declividade ou à beira de rios. Entre os processos naturais mais comuns no Brasil estão os escorregamentos, as enchentes, as erosões e as secas. Desses, o escorregamento ou deslizamento é aquele que mais preocupa, pelo número de vítimas fatais que tem gerado nas últimas décadas.

As ações do Poder Público, nesse caso, vão desde o controle dos processos naturais até a fiscalização efetiva, pautada em legislação específica sobre o assunto.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Áreas contaminadas: área, local ou terreno onde há comprovadamente poluição ou contaminação causada por quaisquer substâncias/resíduos que nela tenham sido depositados, acumulados, armazenados, enterrados ou infiltrados (de forma planejada, acidental ou até mesmo natural). A contaminação do solo e das águas subterrâneas torna-se mais grave em áreas industriais.

O equacionamento da questão relativa às áreas contaminadas requer a mobilização de diversos setores da sociedade, do Poder Público em todos os níveis, cabendo à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás – Semad – com a participação efetiva dos órgãos responsáveis pela saúde, recursos hídricos e planejamento urbano, nos níveis estadual e municipal – o gerenciamento do processo.

Área degradada: é aquela que sofreu, em algum grau, perturbações em sua integridade, sejam elas de natureza física, química ou biológica, como pastos abandonados, terrenos contaminados por metais pesados, áreas rurais utilizadas como depósito de entulhos, assim como áreas escavadas, mineradas, assoreadas ou erodidas.

O gestor pode combater a degradação, desenvolvendo ações e/ou programas de combate ao despejo inadequado de resíduos domésticos, de controle da ocupação urbana, de recomposição da vegetação nativa, de fiscalização das áreas legalmente protegidas. Deve também controlar a atividade extrativa, as queimadas e o despejo inadequado de resíduos industriais, entre outras atividades.

Assoreamento: o processo de assoreamento é entendido, genericamente, como a obstrução do corpo d'água pelo acúmu-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

lo de substâncias minerais (areia, argila etc.) ou orgânicas (lodo), provocando a redução de sua profundidade e velocidade. Quando ocorre o assoreamento de um corpo d'água (baía, lagoa, rio etc.), pode haver dificuldade no tráfego de embarcações, prejuízos à atividade pesqueira e ampliação dos efeitos das inundações, principalmente sobre as populações ribeirinhas. As causas do fenômeno estão associadas, prioritariamente, à degradação da mata ciliar, ao desmatamento e à erosão e/ou deslizamento de encostas.

Erosão: a erosão gera graves prejuízos para a sociedade pela perda de solos agricultáveis, estragos em obras de infraestrutura e degradação de áreas urbanas ou em processo de urbanização.

O impacto da erosão nos recursos hídricos manifesta-se pelo assoreamento de cursos d'água e reservatórios, trazendo como efeito imediato, maior frequência

e intensidade de enchentes e alterações ecológicas sobre a fauna e a flora. A perda da capacidade de armazenamento dos reservatórios induz a sérios problemas no abastecimento e exige obras de regularização e desassoreamento.

Uma das principais causas do desencadeamento e evolução da erosão em áreas urbanas é o traçado inadequado do sistema viário, frequentemente agravado por falta de pavimentação, guias e sarjetas, pela deficiência do sistema de drenagem de águas pluviais e servidas, e pela expansão urbana descontrolada, com loteamentos e conjuntos habitacionais implantados em locais não apropriados. Uma política de prevenção e controle deve abranger medidas e ações de planejamento, disciplinamento legal do uso e ocupação do solo e desenvolvimento de um código de obras específico.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

RECURSOS HÍDRICOS

A água é um recurso crítico em termos de segurança humana e ambiental. O foco da gestão de recursos hídricos – talvez o recurso mais vital e estratégico para um futuro sustentável – reflete a importância do tema, a magnitude dos recursos existentes e a complexidade da gestão destes recursos num país como o Brasil – seja pelo seu tamanho continental, seja pelo fato de ser possuidor de um dos maiores patrimônios hídricos disponíveis no mundo.

A poluição dos recursos hídricos – tais como nascentes, rios, lagos, lagoas, represas, açudes, enseadas, baías, mares e aquíferos subterrâneos – pode ser causada por resíduos orgânicos (como restos de alimentos e dejetos humanos encontrados no esgoto), por resíduos das atividades extrativas e industriais que muitas vezes contêm produtos químico-

cos nocivos (como óleos, metais pesados e ácidos) e por resíduos de agrotóxicos e fertilizantes usados em grande quantidade na agropecuária e cujos excessos acabam escorrendo para os cursos de água ou se infiltrando no solo (podendo atingir reservatórios subterrâneos) devido principalmente às chuvas. A poluição hídrica pode ter origem, ainda, nos derramamentos causados por acidentes na produção e no transporte de produtos das indústrias de química e petrolífera.

A Lei nº 9.433/97 – Lei das Águas – institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. O objetivo da PNRH é estabelecer instrumentos para promover a disponibilidade de água e a utilização racional e integrada dos recursos hídricos para a atual e as futuras gerações.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

A gestão participativa e integrada da água se baseia na ação dos comitês de bacias hidrográficas, colegiados instituídos por lei, no âmbito do Sistema Nacional de Recursos Hídricos e dos Sistemas Estaduais. Existem comitês federais e comitês de bacias de rios estaduais, definidos por sistemas e leis específicas.

No âmbito municipal, a ampliação e/ou melhoria da rede de esgoto sanitário, a fiscalização e o combate ao despejo de resíduos domésticos, assim como o controle da ocupação urbana, são algumas das

COBERTURA VEGETAL

A cobertura vegetal é muito importante porque aumenta a infiltração de água no solo, principalmente quando se tem chuva fina e prolongada, protegendo a parte superficial do solo do impacto direto das gotas de chuva. A presença de húmus bem como a sombra proporcio-

principais ações necessárias para proteger e conservar os recursos hídricos.

O abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos, a drenagem e o manejo de águas pluviais garantem em grande parte a qualidade ambiental dos recursos hídricos. A efetividade de tais ações resulta, principalmente, da execução das políticas de saneamento. Esses aspectos foram abordados de forma sistemática no capítulo anterior.

nada pelas plantas mantêm a umidade do solo, evitando seu ressecamento.

Além disso, a cobertura vegetal atua na contenção do solo devido ao extenso sistema radicular das plantas, principalmente as de grande porte. Esse sistema

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

radicular se constitui numa verdadeira rede viva, que une os grãos entre si e mantém a coesão do solo. Um solo sem cobertura vegetal ou com cobertura vegetal insuficiente estará sujeito à erosão.

A destruição da vegetação pode ocorrer pela remoção direta pelo homem (capina ou aração), pela pecuária intensiva (muitos animais para pouco pasto) ou pelo fogo. A pastagem intensiva não permite que o solo recupere sua cobertura vegetal, empobrecendo-o em matéria orgânica e nutrientes minerais.

O Poder Público municipal deve se preocupar, em particular, com dois pontos:

Matas ciliares: as matas ciliares são fundamentais para o equilíbrio ecológico, oferecendo proteção para as águas e o solo, reduzindo o assoreamento de rios, lagos e represas e impedindo aporte de poluentes para o meio aquático. Formam, além disso,

corredores que contribuem para a conservação da biodiversidade, fornecendo alimento e abrigo para a fauna. Constituem barreiras naturais contra a disseminação de pragas e doenças da agricultura. E, durante seu crescimento, absorvem e fixam dióxido de carbono, um dos principais gases responsáveis pelas mudanças climáticas que afetam o planeta.

O reflorestamento das áreas de mata ciliar é uma necessidade, devendo ser implementado com espécies nativas, observando um nível adequado de diversidade biológica para assegurar a restauração dos processos ecológicos, condição indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Arborização urbana: a arborização é muito importante nas áreas urbanas, pois atenua a temperatura e a luminosidade, amortiza o impacto das chuvas, funciona como abrigo para a fauna, atua

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

como filtro do ar e de ruído, fixa a poeira e recicla o ar (pela fotossíntese). O município pode ter um viveiro de mudas adequadas para o plantio em calçadas, parques e jardins públicos, ou ainda um horto florestal – unidade de conservação

POLUIÇÃO DO AR

Considera-se poluente qualquer substância presente no ar e que, pela sua concentração, possa torná-lo impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde, causando inconveniente ao bem-estar público ou danos à fauna e à flora, ou seja, prejudicial à segurança, ao uso e gozo da propriedade e às atividades normais da comunidade. O nível de poluição atmosférica é medido pela quantidade de substâncias poluentes presentes no ar. A Semad classifica os poluentes em duas categorias:

Poluentes primários: liberados diretamente pelas fontes de emissão.

que, além de fornecer mudas para a arborização urbana, pode ser uma área de visitação pública e de desenvolvimento de projetos ecológicos e de educação ambiental, entre outros.

Poluentes secundários: formados na atmosfera através da reação química entre poluentes primários e componentes naturais da atmosfera.

As causas mais frequentes de poluição do ar em municípios pequenos e médios são as queimadas, as vias não pavimentadas e a atividade agropecuária. Em municípios maiores, os veículos automotores e a atividade industrial aparecem entre as principais causas da poluição do ar.

As queimadas afetam diretamente a qualidade do ar, dos solos, da vegetação

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

e da biodiversidade, podendo comprometer a saúde e as condições de vida das populações. Por isso, as queimadas são consideradas uma das principais ameaças aos ecossistemas brasileiros. A disposição inadequada de resíduos também tem afetado o recurso ar, podendo-se identificar duas causas principais para

o comprometimento de sua qualidade: os odores causados pelo processo de decomposição de resíduos sólidos e a emissão de partículas em suspensão e gases poluentes resultantes de sua queima. O monitoramento dessas atividades é, portanto, fundamental para o controle da poluição do ar.

Quadro 40 – Questões Relevantes: Meio Ambiente

Informação	Fonte
Existem espaços territoriais especialmente protegidos no município?	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc); Secretaria do Meio Ambiente do Estado de Goiás
Existem alterações ambientais no município que afetam as condições e/ou a qualidade de vida da população? (áreas degradadas, erosão, assoreamento, desmatamento, entre outras)	IBGE; Semad; Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de Goiás;
A qual UGRHI pertence o seu município? Quais são as suas características?	Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC)
Qual é a situação dos recursos hídricos no município?	Semad; Saneago

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Informação	Fonte
Qual é a situação da cobertura vegetal no município? (Floresta, mata nativa, reserva legal, mata ciliar, arborização urbana, entre outras).	IBGE; Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de Goiás; Prefeitura; Semad
As principais atividades econômicas do município (Indústria, agropecuária, comércio, serviços) têm causado impactos ambientais significativos?	IBGE; Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de Goiás; Prefeitura; Semad
Há uma unidade administrativa da prefeitura para tratar da questão ambiental? A quem cabe sua execução? (Secretaria, Departamento, Assessoria etc.)	Prefeitura
O município possui Conselho de Meio Ambiente? Quais são a sua composição e a sua forma de atuação?	Prefeitura
Qual é o conjunto de instrumentos legais municipais relacionados ao meio ambiente?	Prefeitura; Estado; União

EXEMPLO DE DIAGNÓSTICO – MUNICÍPIO: CATALÃO

Não é tarefa simples a elaboração de um diagnóstico da situação do meio ambiente, com indicadores quantitativos e qualitativos que permitam identificar as prioridades da gestão municipal nesta área. Os estudos neste campo, em geral, têm tomado como ponto de partida a análise das condições do saneamento básico, uma vez que a qualidade da água, assim como o destino do esgoto e do lixo são questões que refletem diretamente a situação do meio

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

ambiente. Certamente, acrescentar outras dimensões de análise é um desafio cuja superação exige uma disponibilidade maior de informações municipais sistematizadas, além de estudos qualitativos específicos.

Note-se, por outro lado, que alguns aspectos da gestão ambiental não envolvem só o município, pois têm relação com a situação ambiental na região.

O Quadro 41 destaca as informações ambientais afirmativas sobre Catalão encontradas na pesquisa *Perfil dos Municípios Brasileiros – Meio Ambiente 2020*.

Quadro 41 – Situação do meio ambiente

Recursos naturais (água, ar e solo) foram afetados?	
Assoreamento de corpo d'água	Sim
Erosão e/ou deslizamentos nas encostas	Sim
Ações de controle da poluição	
Implantação de aterros sanitários	Sim
Programa de coleta seletiva de lixo	Sim
Reciclagem de lixo	
Ações de gestão dos recursos hídricos	
Despoluição dos recursos hídricos	Sim
Outras ações de caráter ambiental	
Controle de vetores de doenças	Sim
Programa de educação ambiental	Sim

Fonte: IBGE.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Embora a prefeitura não identificasse alterações ambientais significativas em seu território, os dados do IBGE apontavam a existência de assoreamento de corpos d'água e de erosão e/ou deslizamento de encostas, consequência do desmatamento e da degradação de matas ciliares, fatores críticos para a contenção dessas ocorrências (Quadro 42).

Quadro 42 – Ocorrências impactantes para o meio ambiente

Tipo de ocorrência	Registro
Alteração ambiental que tenha afetado as condições de vida da população	Não
Poluição do ar	Não
Poluição do recurso água	Não
Escassez do recurso água	Não
Assoreamento de corpo d'água no município	Sim
Contaminação do solo	Não
Degradação de áreas legalmente protegidas	Não
Desmatamento	Não
Alteração que tenha prejudicado a paisagem	Não
Queimadas	Sim
Atividade agrícola prejudicada por problema ambiental	Não
Atividade pecuária prejudicada por problema ambiental	Não

Fonte: IBGE.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

A microbacia do ribeirão Samambaia é uma importante fonte hídrica que abastece a área urbana de Catalão (GO), pois é a principal fonte fornecedora de água para a área urbana do município, composta por dois importantes rios, o Samambaia, principal curso d'água da bacia em epígrafe, e o Pari, um de seus afluentes.

A microbacia localizada em uma área de Cerrado, nos municípios de Catalão e Goiandira, Goiás, é uma área que passa por um intenso processo de ocupação, principalmente o uso agropecuário. O uso intensivo das terras, principalmente para o desenvolvimento das atividades antrópicas, exerce pressão sobre os recursos ambientais que podem ser traduzidos por meio da sua degradação. Dessa forma, a antropização da microbacia do ribeirão Samambaia pode gerar impactos ambientais por meio da perda das camadas superficiais de solos através da erosão laminar.

O município de Catalão apresenta a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAC), que é o órgão central de planejamento, administração e fiscalização das posturas ambientais na estrutura básica da Prefeitura Municipal de Catalão, cabendo-lhe fornecer diretrizes técnicas aos demais órgãos municipais em assuntos que se refiram ao meio ambiente e à qualidade de vida.



SEGURANÇA PÚBLICA

A Constituição Federal, no artigo 144, estabelece que a questão da segurança pública é competência da União e dos Estados, deixando aos Municípios papel secundário.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Isso porque os órgãos responsáveis pela preservação da ordem e da incolumidade pública das pessoas e do patrimônio estão sob o controle da União ou do Estado. Sob o controle da União, temos as polícias federais, rodoviária federal e ferroviária federal; e sob o controle dos Estados, as polícias civil e militar e o corpo de bombeiros.

Coube aos Municípios a possibilidade de criação de guardas municipais, que se destinam à proteção de seus bens, serviços e instalações. A Lei 10.826/03, com os acréscimos feitos pelas Leis 10.867/04 e 11.706/08, dá aos integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com mais de 50 mil habitantes o direito de portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço. Disso se conclui que nos Municípios com menos de

50 mil habitantes, que não sejam capitais de Estado, o uso de arma de fogo pela guarda municipal está proibido.

A Lei estabelece ainda que a autorização para o porte de arma de fogo das guardas municipais está condicionada à formação funcional de seus integrantes em estabelecimentos de ensino de atividade policial e à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, observada a supervisão do Comando do Exército.

De qualquer forma, armada ou não, a guarda municipal não tem poder de polícia no sentido mais estrito do termo. Qual é, então, o papel do Município na questão da segurança pública? Apesar da atuação do prefeito nesta seara não ser direta, há várias ações de sua responsabilidade que podem interferir na qualidade da segurança do Município. Realizações simples, como iluminar corretamente as ruas e praças, podem mu-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

dar as estatísticas policiais. É sabido que locais bem iluminados são desencorajadores de ações criminosas.

Desta forma, apesar de a segurança pública não ter sido entregue diretamente à administração, há muito a ser feito pelo prefeito neste setor.

A primeira coisa a fazer é verificar, com os órgãos das polícias civil e militar locais, as estatísticas referentes às práticas delituosas. É importante lembrar a importância de um bom relacionamento entre a administração municipal e essas entidades. O prefeito deve conhecer e ter bom contato com o delegado de polícia e com o comandante da Polícia Militar responsáveis pela área.

Imprescindível também que, havendo guarda municipal, a relação travada entre ela e as polícias civil e militar seja a melhor possível. Tem que ser uma rela-

ção de cooperação e não de disputa de espaço, até porque, como visto, os espaços ocupados são diferentes.

Uma ferramenta importante que o prefeito deve buscar, caso o município ainda não a tenha, é acesso ao Infocrim, que é o sistema de informações e mapeamento criminal das Polícias Militar, Civil e Técnico-Científica.

O Sistema de Informações Criminais (Infocrim) da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP) entrou em funcionamento em 1999 e tem sido uma das principais fontes de informação para o Estado e os Municípios definirem estratégias integradas de atuação policial preventiva e repressiva.

A principal matéria-prima do sistema são os boletins de ocorrência (B.O.) eletrônicos, em especial os da polícia civil. A notificação básica que alimenta o sis-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

tema tem quatro pontos-chave: local da ocorrência, tipo de crime, envolvidos, data e horário.

Registrados digitalmente, os dados são organizados e são elaboradas estatísticas sobre os boletins de ocorrência. As informações são apresentadas em tabelas, listas e mapas coloridos. As legendas informam a incidência de diferentes delitos em locais e períodos de tempo delimitados. O sistema suporta pesquisas com inúmeras possibilidades de cruzamento de dados, como tipo de delito mais notificado e o nome de envolvidos em ocorrências policiais (palavras-chave).

As informações agrupadas pelo Infocrim podem resultar em ações simples e eficientes, como a substituição de lâmpadas em ruas escuras ou a troca da posição de semáforos para coibir atropelamentos e acidentes de trânsito em esquinas. Ou ainda, sugerir soluções mais complexas,

como a instalação de câmeras em locais de grande concentração de pessoas.

O acesso ao Infocrim depende da celebração de um convênio com o Estado e a vantagem é que, em tese, os prefeitos dos Municípios conveniados poderão acessar os dados sobre criminalidade diariamente e a qualquer momento. O convênio prevê que as prefeituras tenham acesso a dois tipos de mapas. O primeiro mapa traz a concentração de crimes por regiões. O segundo retrata as ruas com maior ocorrência de crimes, só que não informa os números absolutos. Divide as ruas por faixas, que informam o patamar mínimo e o nível máximo de ocorrências por região.

A Secretaria de Segurança Pública e o Instituto Mauro Borges – IMB disponibilizam em seus sites uma série de informações sobre segurança, discriminadas por tipo de delito, que deverão ser apro-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

fundadas através de entrevistas com as polícias locais, responsáveis pelas áreas sociais da prefeitura e membros dos conselhos afins.

Assim, apesar da competência limitada neste setor, é importante que o gestor municipal conheça as condições de segu-

rança de seu município, para que possa direcionar as políticas sociais às demandas mais vulneráveis, com ações de caráter preventivo, procurando envolver, quando pertinente, as polícias civis e militares nessas ações.

Quadro 43 – Questões Relevantes: Segurança Pública

Informação	Fonte
Índice de homicídios no Município.	Secretaria de Estado de Segurança Pública
Crimes contra o patrimônio, totais por tipo (roubo, furto, estelionato) e distribuição espacial no município.	Secretaria de Estado da Segurança Pública; Guarda Municipal; Polícias Militares
Registros de ocorrência de violência doméstica, por tipo, distribuição espacial e períodos de maior frequência (fins de semana, noite etc.).	Secretaria de Estado da Segurança Pública; Guarda Municipal; Polícias Militares
Atos infracionais cometidos por criança e adolescente, por tipo e distribuição espacial.	Secretaria de Estado da Segurança Pública; Guarda Municipal; Polícias Militares; Conselhos existentes
Equipamentos disponíveis para as polícias civil e militar no município.	Secretaria de Estado da Segurança Pública; Polícias Militares

continua →

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Informação	Fonte
Existência de Guarda Municipal e qual o efetivo.	Prefeitura
Existência de órgão específico para a área habitacional na administração municipal.	Prefeitura
Política de combate ao crime e redução da violência.	Secretaria de Estado da Segurança Pública; Guarda Municipal; Polícias Militares

EXEMPLO DE DIAGNÓSTICO – MUNICÍPIO: CATALÃO

Neste diagnóstico sobre segurança pública do município de Catalão, somente serão tratadas as questões referentes à segurança pessoal e patrimonial. Pela maior relevância da proteção à vida e seus reflexos sobre outras áreas de proteção social, como a saúde pública, a segurança das pessoas deve ter maior destaque. Assim, dois eixos nortearão a análise:

- a. Ocorrências de crimes e contravenções;
- b. Indicadores do aparato de segurança pública.

No primeiro eixo serão tratados os dados de ocorrências de crimes e contravenções que podem caracterizar a dinâmica dos delitos, incluindo aqueles contra a pessoa e contra o patrimônio. Serão agrupados em “ocorrência de cri-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

mes contra a pessoa” os homicídios culposos, dolosos, as lesões corporais, as tentativas de homicídio e outros crimes contra a pessoa. As “ocorrências de crimes contra o patrimônio” englobam o estelionato, as extorsões, os furtos e roubos tentados e consumados, inclusive os qualificados e aos veículos, assim como outros crimes contra o patrimônio. As ocorrências de crimes contra a incolumidade pública (o tráfico, o uso de entorpecentes e outros), contra os costumes (estupros e atentados ao pudor) e as contravenções penais foram agrupadas em “outros”.

No que se refere aos indicadores do aparato de segurança, é importante expor como o município é servido em termos de número de policiais (civis, militares), de delegacias de polícia, batalhões da polícia militar, existência ou não de Guarda Municipal, polícia científica e Instituto Médico Legal. Esses indicadores podem ser comparados com a média de outras cidades de mesmo porte, com os dados da região de governo ou com a média do estado para se ter uma medida relativa que mostre se o número é condizente ou não quando comparado com outros locais.

Os dados da Tabela 66 demonstram que houve uma redução na totalidade da violência registrada no município de Catalão, entre os anos de 2018 e 2021, com destaque para os crimes contra a pessoa, que registrou uma variação de

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

-73,69%. Outra informação importante pode ser conseguida com a distribuição dessas ocorrências pelos bairros, identificando possíveis focos de maior incidência do problema.

Tabela 66 – Indicadores de segurança e violência

Região e Localidade		Ocorrência de Crimes			
		Contra a Pessoa	Contra o Patrimônio	Outros	Totais
Catalão	2021	357	708	-	1065
	2018	1357	1126	-	2483
	Variação %	-73,69	-37,12	-	-57,11
Estado de Goiás	2021	29192	17885	1324	48401
	2018	16988	82153	2283	101424
	Variação %	71,84	-78,23	-42,01	-52,28

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás - SSPGO.

De acordo com os dados da Tabela 67, observa-se que a quantidade de homicídios em Catalão, entre 2018 e 2021, não registra uma grande oscilação. No entanto, quando avaliamos o aumento registrado entre os anos de 2020 e 2020, verifica-se uma maior variação, sendo um aumento de 45,45%. Já as taxas de furtos e roubos em Catalão reduziram significativamente no período analisado.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Tabela 67 – Quantidade de delitos

Ano	Homicídio doloso	Furto	Roubo	Furto e Roubo de Veículo
2021	16	729	31	119
2020	11	647	35	118
2019	10	938	38	177
2018	13	1479	86	404

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás - SSPGO.

Um ponto importante a ser analisado é a quantidade de policiais civis e militares lotados no município de Catalão e a forma com que eles estão dispostos estrategicamente no município. Entretanto, verifica-se que no Anexo I, da Portaria n.º 31/020-PC, constam como sigilosas, em caráter reservado, entre outras, as informações referentes à distribuição e à alocação estratégica de recursos materiais e humanos e ao controle e à distribuição do efetivo policial existente.

Isto porque a divulgação irrestrita desses dados não só colocaria em risco a segurança da Instituição como comprometeria a segurança e a ordem da própria sociedade, já que semelhante conhecimento possibilitaria à criminalidade organizada realizar investidas estruturadas, em número de participantes e em natureza de instrumentos bélicos empregados, com vistas à superação da resistência e da resposta da força policial.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Assim, o seu acesso é restrito, pois indubitável é que o conhecimento e a difusão desses dados vulnerabilizam a segurança pública dos municípios goianos, já que permitem a visualização daqueles que se encontram, ainda, com equipes policiais reduzidas ou desfalcadas e, assim, mais suscetíveis ou não às ações criminosas.

Ademais, a divulgação dessas informações poderia, ainda que de maneira desarrazoada, intensificar a sensação de insegurança suportada pela sociedade goiana ou se transformar em motivo de alarme social, por, aparentemente, informar eventuais faltas de policiais na localidade.

Nesse norte, nos termos da legislação de regência, os dados, cujo acesso se pretende, por reflexamente colocarem em risco a segurança da população, não podem ser fornecidos.

Assim, por se tratar de informação de acesso restrito classificada pela Polícia Civil do Estado de Goiás, por meio da Portaria n.º 031/2020 - PC, datada de 22 de julho de 2020, como sigilosa, no grau reservado, com fulcro no art. 23, incisos III, VII e VIII, da Lei federal n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, uma vez que considerada imprescindível à segurança da sociedade e do Estado já que sua divulgação coloca em risco a vida e a segurança da população e a segurança da Instituição, manifesta-se pelo indeferimento do pedido de acesso à informação.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

A observação desses dados indica que a questão da segurança pública em Catalão deve ser analisada com cuidado, cabendo ao gestor municipal dialogar com as autoridades policiais, procurando identificar os nós críticos e estabelecer parcerias e cooperações, bem como demandas ao Executivo Estadual, com vistas ao fortalecimento do efetivo estadual no município.

O presente diagnóstico ajuda a compreender por que a área de segurança pública tem ganhado espaço na preocupação dos gestores municipais a cada dia que passa. Apesar de esse problema ser mais grave e premente nas regiões metropolitanas e em grandes municípios, atinge também municípios médios e pequenos, ainda que numa dimensão menor, na qual também se constata uma crescente sensação de insegurança da população. E convém mencionar que a capacidade de resposta dos cidadãos diante desse sentimento de insegurança se diferencia de acordo com a classe social: as famílias de baixa renda ficam mais expostas à criminalidade, enquanto as classes mais privilegiadas procuram contratar empresas de segurança privada e instalar equipamentos de vigilância.

Finalizando, deve-se ter em mente que o enfrentamento do problema da criminalidade urbana envolve múltiplos aspectos, relacionados com outras dimensões da agenda do governo municipal, tais como o desemprego, a pobreza, a infraestrutura dos bairros, a educação e a saúde. Por exemplo, o combate às

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

drogas requer uma atenção especial para os jovens, tanto na escola como em programas de assistência a famílias desestruturadas. As políticas necessárias para reduzir os índices de criminalidade não se resumem, portanto, à questão da repressão aos delitos (aliás, com relação a esse último aspecto, a governabilidade do município é bastante reduzida). De qualquer modo, é possível afirmar que a prefeitura de Catalão vem realizando esforços no sentido de combater os focos da criminalidade e reduzir a insegurança da população, mas é necessária uma política mais efetiva nesta área.



TENDÊNCIAS GERAIS: BRASIL E GOIÁS

O objetivo desta seção é dar algumas breves indicações sobre as principais tendências socioeconômicas verificadas na década atual para o país e para o estado de Goiás.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

A intenção é fornecer parâmetros para o diagnóstico da situação econômica e social dos municípios goianos, assim como os subsídios para o debate em torno das questões de maior interesse e das políticas públicas mais apropriadas para equacionar tais questões. Uma discussão

TENDÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS BRASILEIRAS

No que se refere à análise demográfica, as principais tendências observadas no país são as seguintes: i) queda da natalidade e da fecundidade das mulheres; ii) diminuição relativa da população jovem (principalmente menor de 14 anos); iii) aumento da população em idade potencialmente ativa (de 15 a 64 anos) e da mais idosa (mais de 64 anos); iv) aumento do índice de envelhecimento da população; v) redução do tamanho das famílias; vi) queda do número médio de moradores por domicílio; vii) redução dos níveis de mortalidade, em geral, e in-

mais detalhada sobre os temas prioritários e exemplos de como analisar os indicadores produzidos tendo como pano de fundo a tendência estadual podem ser encontrados nos demais capítulos que compõem este guia.

fantil, em particular (atenção deve ser dada ao índice de mortalidade nos anos de 2020 e 2021, em decorrência da pandemia da covid-19); e viii) aumento da esperança de vida ao nascer associado à queda da mortalidade infantil.

A dinâmica é influenciada por vários fatores que interferem nas condições de vida da população e nas estratégias de organização familiar, entre os quais estão a evolução do nível de renda das famílias, o acesso aos frutos do progresso tecnológico e a qualidade e cobertu-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

ra das políticas sociais. É influenciada, também, por mudanças nos padrões de sociabilidade e nos valores e aspirações predominantes. Por exemplo, a redução da mortalidade infantil, um fenômeno generalizado no Brasil, é consequência da melhoria das condições de saneamento básico e higiene, da maior oferta de atendimento médico e dos programas de vacinação, assim como de uma melhoria do grau de instrução das mães e de maior circulação de informações.

O ritmo mais moderado de crescimento populacional e a alteração no perfil da população ampliaram o leque de demandas sociais. Por exemplo, a tendência de aumento da população com mais de 64 anos de idade tem exigido do Poder Público uma preocupação crescente com a oferta de serviços de atenção à saúde e de equipamentos de lazer apropriados para essas pessoas.

No que se refere à economia, são observadas duas recessões nos últimos 5 anos, o Brasil fechou a década de 2011 a 2020 como o pior período para a economia em 120 anos. Por ano, o crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) foi de apenas 0,3%, segundo cálculos da Fundação Getúlio Vargas (FGV). É o menor desde a década de 1901.

A partir dos anos 2015 e 2016, a deterioração dos cenários político e econômico produziu uma das maiores recessões da história econômica brasileira. Em termos anuais, os recuos foram de 3,5%, tanto para 2015 como para 2016.

Em 2017, finalmente a economia interrompeu a série de 2 anos (ou 8 trimestres) de queda do PIB. O crescimento foi de 1%, com alta em todos os trimestres ao longo do ano. Vários fatores contribuíram para isso, destacando-se a política monetária cada vez mais expansionista, a safra agrícola extremamen-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

te positiva e um contexto internacional favorável, além da confiança dos agentes na política econômica executada pelo novo governo.

Pelo lado da oferta, o grande destaque veio da agropecuária, com alta de 13%, beneficiando-se da safra excepcional (a mais alta da história). Além disso, embora a indústria tenha apresentado estabilidade no ano, a indústria extrativa e a indústria de transformação também apresentaram um bom desempenho: a primeira sendo beneficiada pelos recordes de produção de petróleo e de minério e a segunda refletindo o bom desempenho do setor de veículos e equipamentos eletrônicos.

Outra observação importante é que o Brasil lida com os impactos da pandemia de covid-19, queda nos investimentos públicos e privados e aumento do desemprego. Além disso, a dívida públi-

ca está em trajetória de alta e bateu o recorde de R\$5 trilhões em 2020.

A educação básica brasileira passou por importantes transformações nos últimos 20 anos. Nesse período, o país conseguiu promover a inclusão da grande maioria de crianças e jovens na educação básica: universalizou-se o ensino fundamental para crianças de 6 a 14 anos, 91% das crianças de 4 e 5 anos estão matriculadas na pré-escola e 83% dos estudantes de 15 a 17 anos frequentam a escola.

Tal avanço evidenciado ainda necessita ser intensificado, visto que somente 60% dos jovens cursam o ensino médio na idade certa; de cada 100 estudantes que ingressam no 1º ano, apenas 59 concluem o ensino médio. Cerca de 20% dos jovens de 18 a 24 anos frequentam o nível superior, o que é pouquíssimo segundo qualquer critério internacional. Além disso,

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

temos 1,7 milhão de jovens de 15 a 18 anos que não estudam nem trabalham.

Assim, com relação à educação, a baixa qualidade do ensino no Brasil é uma característica básica que deve ser destacada. Tal característica se expressa de várias formas. A precariedade da estrutura física (que pode ser vista na falta de escolas e no sucateamento dos equipamentos) e a falta de recursos financeiros somam-se a profundos problemas.

Com a pandemia da covid-19, mais de 5,5 milhões de crianças e adolescentes não tiveram atividades escolares em 2020. O cenário de desigualdades que já preocupava antes da pandemia se tornou ainda mais grave com ela. Em outubro de 2020, 3,8% das crianças e dos adolescentes de 6 a 17 anos (1,38 milhão) não frequentavam mais a escola no Brasil – remota ou presencial.

No caso da saúde, os indicadores para o Brasil são piores do que para a maior parte dos países com renda *per capita* equivalente (ou mesmo um pouco inferior) à brasileira.

Os desafios da saúde brasileira vão muito além do combate à pandemia do novo coronavírus. Dados apontam que as despesas com saúde no Brasil ultrapassaram os R\$700 bilhões por ano, consumindo quase 10% do PIB nacional, sendo a maior despesa relacionada à saúde pública. Na contramão dos gastos, o orçamento destinado ao Ministério da Saúde para 2022 foi reduzido em 20% em relação ao ano anterior.

A criação do Sistema único de Saúde (SUS) no final dos anos 1980 foi, sem dúvida, um grande avanço institucional. Todavia, o financiamento de uma política de saúde de caráter universalista encontrou muitas limitações

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

O SUS, apesar das dificuldades políticas e financeiras, apresenta no percurso de sua história avanços reais no âmbito do acesso ao direito à saúde, além de introduzir princípios e diretrizes fundamentais para o processo de democratização com participação social, integralidade da atenção e igualdade com equidade.

No que se refere ao desenvolvimento social, conforme o relatório de Desenvolvimento Humano 2021/2022, o IDH do Brasil em 2021 foi de 0,754 ocupando a 87ª posição no ranking entre 191 países. Em 2020, estava na 86ª, com índice de 0,758. O documento aponta que pela primeira vez o índice cai globalmente e afirma que “mais de 90% dos países registraram declínio na pontuação do IDH em 2020 ou 2021, e mais de 40% caíram nos últimos dois anos, sinalizando que a crise ainda está se aprofundando em muitos deles”. O estudo afirma ainda

que nos 2 últimos anos houve impactos devastadores para todo o planeta, não só pela pandemia provocada pela covid-19, mas também por transformações sociais e econômicas em todo o mundo.

No que se refere às tendências recentes na área de habitação, deve-se mencionar o déficit habitacional e as políticas governamentais. O crescimento demográfico, a ocupação desordenada do território e a sobreposição de carências sociais têm acarretado vários problemas urbanos, em especial a proliferação de favelas, de moradias em áreas de risco e de população sem teto.

Com relação à infraestrutura urbana, há uma série de demandas econômicas e sociais que são direcionadas de forma mais ou menos organizada por segmentos da população e por setores empresariais. À medida que o direito à moradia passa a ser um dos componentes do di-

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

reito à cidades sustentáveis, o Poder Público deve garantir o acesso aos serviços urbanos essenciais à integração na vida moderna. Ao mesmo tempo, este tema passa a ser visto como estratégico: o desenvolvimento econômico local requer uma infraestrutura eficiente em termos de transportes e telecomunicações, que é necessária para o bom funcionamento das empresas (em especial, as de médio e grande porte), as quais geram empregos e tributos para o Município. Infelizmente, como se sabe, os recursos oferecidos pela União para ajudar os municípios brasileiros a responder tais demandas têm sido insuficientes, havendo também dificuldades para o endividamento das prefeituras, persistindo os gargalos nesta área.

Quanto ao diagnóstico no campo do saneamento básico, embora tenham sido registrados avanços na década atual, ainda há muito o que fazer para incorporar a

totalidade da população em um padrão de atendimento de serviços urbanos compatível com as exigências do século 21.

As tendências recentes das políticas municipais neste campo apontam a necessidade de ações com o sentido de equacionar problemas que afetam a qualidade de vida e as condições de saúde no município, assim como proteger os recursos naturais dos efeitos destrutivos da expansão urbana e de atividades econômicas agressivas ao meio ambiente. Destacam-se as políticas voltadas ao abastecimento de água, à coleta e tratamento do esgoto sanitário, à coleta e destinação de resíduos sólidos, assim como a legislação específica para a proteção do meio ambiente e medidas que aumentem a eficácia das agências de fiscalização.

As principais demandas sociais, que têm sido encaminhadas aos gestores municipais, são as seguintes: purificação e

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

tratamento de água distribuída na rede pública; ampliação da cobertura da coleta de esgoto residencial; sistema eficiente de tratamento do esgoto; regularidade dos serviços de limpeza urbana; organização na coleta seletiva de lixo; fiscalização das atividades agropecuárias e extrativas; proteção das matas ciliares; e combate à ocupação irregular de áreas ambientalmente frágeis.

Por fim, a segurança pública e o desemprego estão entre as áreas de maior preocupação da população brasileira, segundo várias pesquisas de opinião. A escalada da violência no país manifesta-se principalmente no crescimento do número de homicídios.

Nesse quadro, além da superação das dificuldades econômicas, a reestruturação

da política nacional de segurança pública parece um imperativo, uma vez que ainda é restrita a articulação entre as forças federais, estaduais e municipais, assim como é preciso investir em equipamentos pesados e nos sistemas de informação, aumentar o contingente de policiais e elevar seus salários. Certamente, nas metrópoles mais densamente povoadas, podem ser encontrados ingredientes que alimentam ainda mais essa dinâmica criminal, mas a violência também prolifera nos municípios de médio porte. Por isso, uma das tendências atuais tem sido a procura de soluções pontuais, isoladas, como no caso dos municípios brasileiros que possuem recursos para montar uma guarda municipal e aumentar a presença de policiais nas ruas.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

TENDÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS GOIANAS

Goiás é um dos 26 estados brasileiros e está situado na região Centro-Oeste do país, ocupando uma área de 340.106 km². Sétimo estado em extensão territorial, Goiás tem posição geográfica privilegiada. Limita-se ao Norte com o estado do Tocantins, ao Sul com Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, a Leste com a Bahia e Minas Gerais e a Oeste com Mato Grosso. Goiás possui 246 municípios e mais de 7,2 milhões de habitantes.

Goiás é a nona economia brasileira com um PIB de R\$208,7 bilhões, representando 2,8% do PIB nacional. Sua renda *per capita* resulta em R\$29.732,40. Entre 2010 e 2019, o PIB goiano cresceu a uma taxa média de 1,5% ao ano, desempenho acima do nacional, que ficou em 0,7%. Este bom desempenho manteve Goiás no seletor grupo das dez maiores economias entre os estados da Federação. O expressivo re-

sultado deve-se à evolução do agronegócio goiano, do comércio e ao crescimento e diversificação do setor industrial.

A taxa de urbanização do estado de Goiás é de 90,28%, conforme o Censo de 2010. Goiânia, capital estadual, é a 10^a cidade mais populosa do Brasil e a que reúne maior número de habitantes em Goiás, contando atualmente com 1.536.097 moradores. Na sequência estão Aparecida de Goiânia (590.146) e Anápolis (391.772).

Entre os anos de 2019 e 2020, a população do Estado cresceu 1,4%, taxa essa superior à nacional para o mesmo período (0,77%), o que se deve, sobretudo, à taxa de natalidade superior à de mortalidade. Temos, ainda, que a expectativa de vida ao nascer em Goiás é de 74,7 anos.

No ano de 2021, os estudantes do ensino médio do estado de Goiás obtiveram

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

a nota 4,5 no Ideb. Na edição anterior, em 2019, Goiás obteve 4,7. Entre os anos iniciais, o estado alcançou o índice de 5,9. Já entre os anos finais, o índice foi 5,3.

Em Goiás, 42,3% dos alunos da rede pública terminam o Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em Língua Portuguesa. No Ensino Médio, são 40,8%. Em Goiânia, os patamares são de 46,7% e 43,1%, respectivamente. Além disso, 76 de cada 100 jovens do estado concluem o Ensino Médio até os 19 anos.

A rede atual de instituições públicas e privadas de ensino existente no estado de Goiás oferece condições adequadas para a qualificação de mão de obra técnica, tanto de nível médio, como de nível superior, destacando-se: a Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Estadual de Goiás (UEG), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) com 27 unidades, além de

quatro instituições municipais, distribuídas em várias regiões do estado. No setor privado de ensino superior há 85 estabelecimentos. A rede de educação superior goiana realizou 209.158 matrículas e o número de concluintes foi de 31.111.

Goiás está entre os cinco estados do Brasil que mais geraram empregos formais durante o segundo trimestre de 2021. Os dados são do Boletim da Economia Goiana, elaborado pelo Instituto Mauro Borges (IMB), órgão jurisdicionado à Secretaria-Geral da Governadoria (SGG). Com saldo total de 37.987 vagas criadas, subiu duas posições na comparação com o primeiro trimestre de 2021. O saldo é o resultado do número total de 302.405 movimentações realizadas no mercado de trabalho goiano, sendo 170.196 trabalhadores admitidos e 132.209 desligados. Os quatro primeiros lugares

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

foram ocupados por São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina.

Goiás registrou saldo de 8.355 novas vagas, o que representa um aumento de praticamente 150% em relação ao mesmo período do ano de 2021. Esse resultado é fruto de 75.022 admissões ante 66.667 desligamentos. O setor de serviços, fortemente prejudicado durante 2 anos de pandemia da covid-19, está se recuperando.

Apesar da crescente industrialização, a agropecuária continua sendo uma atividade econômica importante em Goiás, uma vez que a produção de carnes e grãos impulsiona as exportações.

O estado de Goiás é o quarto produtor nacional de grãos com uma produção em torno de 22,815 milhões de toneladas, o que representa 9,5% da produção brasileira de grãos. A pauta agrícola é bastante diversificada e composta principalmen-

te por: soja, sorgo, milho, cana-de-açúcar, feijão, tomate, entre outros produtos.

A pecuária goiana também é altamente expressiva e posiciona o estado entre os maiores produtores do país. O rebanho bovino é o 2º no ranking brasileiro e é formado por 22,8 milhões de cabeças, com participação de 10,6% no efetivo nacional. A suinocultura e avicultura também se encontram consolidadas, principalmente na região Sudoeste Goiano. O estado se posiciona, em ambas, no 6º lugar no ranking nacional, cuja produção representa 5,0% e 5,3% da produção brasileira, respectivamente. O efetivo desses rebanhos cresceu muito a partir dos anos 2000 com a vinda de grandes empresas que atuam no setor de carnes.

O estado é o 2º maior produtor nacional de cana-de-açúcar (76 milhões de toneladas) e, em decorrência disso, Goiás é o 2º maior produtor nacional de etanol

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

cuja produção na safra 2017/2018 atingiu 4,6 bilhões de litros. Ainda, na produção de açúcar, o estado é o 4º maior com 2,3 milhões de toneladas.

O estado de Goiás também é destaque na indústria de alimentos e bebidas, mineração, fármacos, fabricação de automóveis e etanol. É um dos estados líderes no ranking nacional da produção de *commodities* minerais e agrícolas e de medicamentos genéricos. Está, também, inserido na geografia da indústria automotiva nacional com grandes montadoras de veículos com cerca de 1,8% na indústria automotiva brasileira. A expectativa é de que Goiás se tornará o terceiro no ranking de produção automotiva do país.

Goiás tem apresentado nos últimos anos boa performance exportadora. Em 2021, as exportações somaram US\$9,3 bilhões e as importações, US\$5,6 bilhões.

A pauta exportadora reflete as vantagens competitivas de Goiás em recursos naturais, estando concentrada em produtos básicos, sobretudo *commodities* agrícolas e minerais, quais sejam: complexos de soja e de carne, cobre e ferroligas, principalmente.

Em Goiás, as rodovias são responsáveis pela maior parte do transporte de cargas e passageiros. Existem cerca de 25 mil quilômetros de rodovias no Estado, sendo aproximadamente 21 mil quilômetros de jurisdição estadual (Goinfra, 2022) e 4 mil quilômetros de jurisdição federal (DNIT, 2021). A maioria das rodovias são pavimentadas e os trechos de maior importância estão duplicados ou em fase de duplicação. As principais rodovias federais do Estado são a BR-153, que liga o Norte ao Sul do país, a BR-060, passando pelo Distrito Federal, Goiânia e chegando ao Mato Grosso do Sul, e a

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

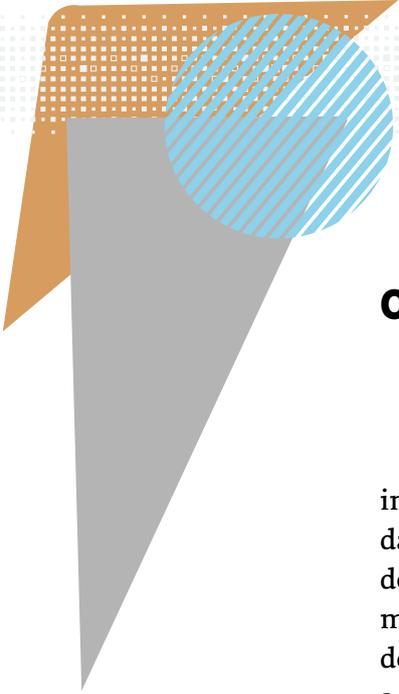
BR-050, que liga o Distrito Federal ao sudeste do Brasil.

No que diz respeito à energia elétrica, Goiás é o nono estado brasileiro em capacidade instalada e sua produção provém principalmente de usinas hidrelétricas, seguidas por usinas termelétricas, pequenas centrais hidrelétricas, usinas fotovoltaicas e centrais geradoras hidrelétricas, respectivamente.

Segundo dados da Aneel (2022), o estado possui 156 empreendimentos em operação, gerando 7.800.551,91 kW de po-

tência. Está prevista, para os próximos anos, uma adição de 778.940 kW na capacidade de geração do Estado, proveniente de empreendimentos planejados ou em construção.

Com relação à saúde no Estado de Goiás, no ano de 2021, 94,47% dos municípios goianos apresentam cobertura do programa Estratégia Saúde da Família; 81,56% das crianças goianas foram vacinadas com a pentavalente; e 20% dos municípios goianos não registraram mortes infantis.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Planejamento é uma função pública imprescindível no contexto de instabilidade econômica, de enfrentamento das desigualdades sociais e de adaptação às mudanças climáticas que marca o mundo e Brasil contemporâneo. Planejar a ação pública potencializa seu sucesso e permite encontrar caminhos alternativos em situações inesperadas.

Planejamento requer informação pertinente, confiável e abrangente. A proposição de um conjunto habitacional, de um programa complementar de transferência de renda às famílias mais

pobres, de atividades de aprimoramento da educação nas escolas ou do atendimento primário à saúde-projetos e atividades comuns e recorrentes nos municípios brasileiros-requer esforços de dimensionamento de recursos orçamentários, de pessoal e de equipamentos que serão tão melhores quanto mais cuidadosos forem os diagnósticos setoriais relacionados. De fato, há muitas experiências no setor público em que levantamentos improvisados ou abreviados para subsidiar programas e projetos públicos pecam por não retratar

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

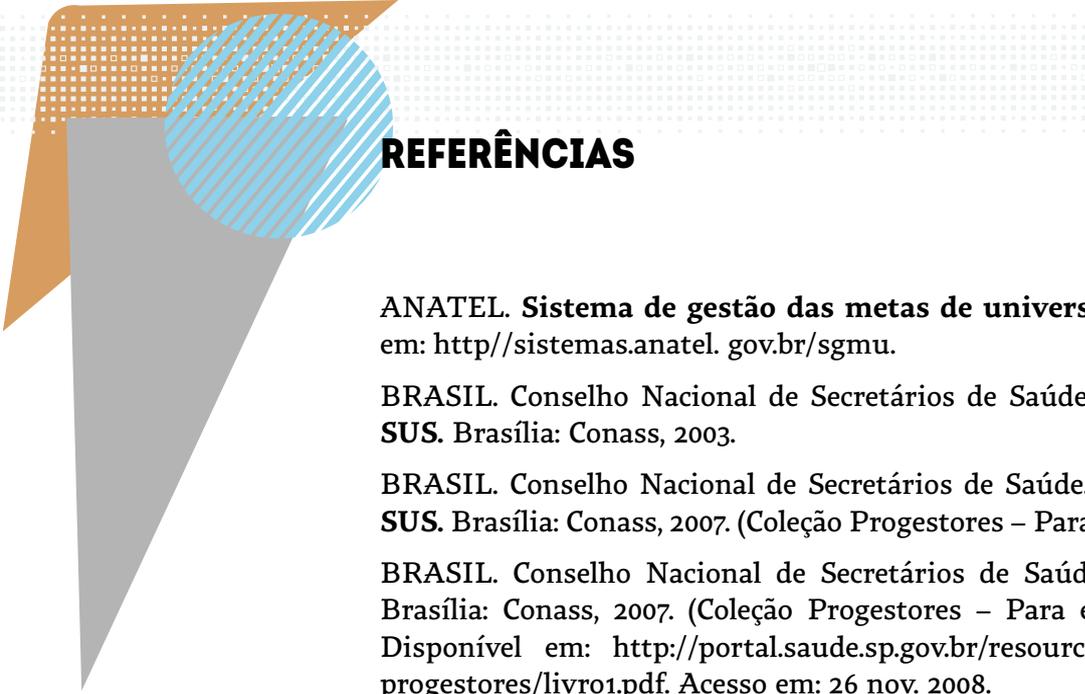
Equipe técnica

adequadamente aspectos fundamentais da realidade local. Mas há também outras experiências de diagnósticos exaustivos, com tantos dados, tabelas e mapas que, além de demorados para sua elaboração, perdem-se na falta de objetividade e foco no que é necessário informar os gestores e técnicos.

Se bons diagnósticos e planos não garantem por si mesmos a eficácia e efetividade das políticas públicas, eles podem potencializar as chances de implementação mais bem sucedida e adequada de programas e serviços públicos pelo país. Fato é que, sem uma carta de navegação e um porto de destino, qualquer rota, em mar revolto ou não, é uma possibilidade de percurso e de acidente. Planejar a viagem, escolhendo o meio de

transporte, rotas e destinos pode economizar tempo, recursos e vidas.

Esse livro procurou trazer uma solução equilibrada entre a tempestividade e profundidade analítica necessárias na elaboração de diagnósticos para fundamentar a formulação de Plano Plurianuais de municípios no país. Ao longo da publicação, cada capítulo abordou as normativas básicas e as políticas públicas de uma área setorial de governo, bem como as questões-chave e indicadores relacionados. Os retratos setoriais podem compor um mosaico estruturado da realidade social, demográfica, econômica e ambiental do município, subsidiando a formulação de programas e outras ações públicas mais ajustadas às necessidades locais.



REFERÊNCIAS

ANATEL. **Sistema de gestão das metas de universalização (SGMU)**. Disponível em: <http://sistemas.anatel.gov.br/sgmu>.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Para entender a gestão do SUS**. Brasília: Conass, 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Legislação estruturante do SUS**. Brasília: Conass, 2007. (Coleção Progestores – Para entender a gestão do SUS, 12).

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Sistema Único de Saúde**. Brasília: Conass, 2007. (Coleção Progestores – Para entender a gestão do SUS, 1). Disponível em: http://portal.saude.sp.gov.br/resources/gestor/destaques/colecao_progestores/livro1.pdf. Acesso em: 26 nov. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Documento norteador para elaboração de plano municipal da educação - PME**. Clodoaldo José de Almeida Souza. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pradime**: programa de apoio aos dirigentes municipais de educação. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2006. (Caderno de Textos, v. 1). Disponível em: http://pradime.mec.gov.br/documentos/documentosnovos/Texto_volume_1.pdf. Acesso em: 17 nov. 2008.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **Sistema de estatísticas educacionais** (Edudatabrasil). Brasília. www.edudatabrasil.inep.gov.br.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **Sistema nacional de avaliação da educação básica** (Saeb). Brasília. www.inep.gov.br/basica/saeb.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo escolar**. Brasília. www.educacenso.inep.gov.br.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Finbra – finanças do Brasil**. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional. www.tesouro.fazenda.gov.br.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Série E. Legislação de Saúde). Disponível em: http://portal.saude.sp.gov.br/resources/profissional/Acesso_rapido/gtae/saude_pop_negra/cartilha_integra_carta_sus.pdf. Acesso em: 29 nov. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Pactos pela vida, em defesa do SUS e de gestão: diretrizes operacionais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Pactos pela Saúde. Série A. Normas e manuais técnicos, v.1).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Biblioteca virtual em saúde**. Glossário eletrônico. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: <http://bvsm2.saude.gov.br/php/level.php?lang=pt&component=44&item=114>. Acesso em: 28 nov. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS. **Painel de indicadores do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

e Participativa. Departamento de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS. 56p. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/painel_%20indicadores_do_SUS.pdf. Acesso em: 21 nov. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico Especial 16** [Internet]. 2020 [acesso em 07 abril 2021]. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/May/21/2020-05-19---BEE16---Boletim-do-COE-13h.pdf> [Links]

BRASIL. Ministério da Saúde. Datasus. **Sistema de informação da atenção básica (Siab)**. www.datasus.gov.br/siab/siab.htm.

BRASIL. Ministério da Saúde. Datasus. **Sistema de informação do programa nacional de imunização**. Brasília. www.pni.datasus.gov.br; www.datasus.gov.br/catalogo/pni.htm.

BRASIL. Ministério da Saúde. Datasus. **Sistema de informações de nascidos vivos (Sinasc)**. Brasília. www.datasus.gov.br/catalogo/sinasc.htm.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa bolsa família**. Brasília-DF. www.mds.gov.br/bolsafamilia.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro geral de empregados e desempregados (Caged)**. Brasília. www.mte.gov.br.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação anual de informações sociais (Rais)**. Brasília. www.mte.gov.br.

CAMARA, Samuel Façanha et al. Vulnerabilidade socioeconômica à COVID-19 em municípios do Ceará. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1037-1051,

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

ago. 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122020000401037&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 abr. 2021. Epub 28-Ago-2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220200133>.

DEUS, J. D. de. **As atuais transformações estruturais na economia goiana e os seus desdobramentos nas mudanças socioespaciais**. In: ALMEIDA, M, G, de. *Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade*. Goiânia: IESA, 2002a.

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. Coordenadoria de Gestão de Políticas Públicas – Cogep. **Transição de contas: dicas orçamentárias e financeiras para a gestão das contas públicas no final de mandato**. Elaboração de Luiz Antônio da Silva e Marcos José Castro. São Paulo, 2004. 82 p.

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. **Planejamento orçamentário municipal: o PPA, a LDO e a LOA em perguntas e respostas**, organizado por Áquilas Mendes et al. São Paulo, 2006. 28 p.

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. Coordenadoria de Gestão de Políticas Públicas – Cogep. **Guia de transição de governo – a gestão das contas governamentais**. Coordenação de Luiz Antônio da Silva e Marcos José Castro. São Paulo, 2008. 96 p.

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP. Instituto de Economia. **Construindo o diagnóstico municipal: uma metodologia**. Coordenação de Anselmo Luís dos

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Santos e Fátima Fernandes de Araújo. São Paulo, 2008. 160 p. (Eleições Municipais 2008).

GUARÁ, I. M. F. R.; JESUS, N. F. de. “Assistência social e proteção social: uma nova história: texto de referência”. In: **Políticas públicas e direitos humanos**. Fundação João Mangabeira, Brasília, Distrito Federal: 2008. p. 239-279. (Coleção Curso de Atualização e Capacitação sobre Formulação e Gestão de Políticas Públicas; Módulo II).

GUELLATI, Y.; MONTEIRO, C. D.; OLIVEIRA JR, A. D. O Brasil em 2035: tendências e incertezas para a área social. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), v. 2348, nov. 2017.

IBGE. **Banco SIDRA**. www.ibge.gov.br.

IBGE. **Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010**. IBGE, Rio de Janeiro. www.ibge.gov.br.

IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**. Perfil dos Municípios Brasileiros. Gestão Pública, 2004. Rio de Janeiro, IBGE, 2005.

IBGE. *Pesquisa Pecuária Municipal*. Indicadores. www.ibge.gov.br. IBGE. *Produção agrícola municipal*. Indicadores. www.ibge.gov.br.

INEP. *Sinopse estatística da educação básica*.

INOJOSA, R. M. **A saúde e o sistema único de saúde no Brasil**. Fundação João Mangabeira. Recife: Escola de Formação Política Miguel Arraes, 2008.

IPEA. *Ipeadata*. Brasília, Distrito Federal. www.ipea.gov.br.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

JANUZZI, P. Considerações sobre o uso, mal uso e abuso de indicadores sociais na formulação de políticas públicas municipais. **Revista Brasileira de Administração Pública**, 2001, São Paulo, FGV, v. 36, n. 2.

JANUZZI, P. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas: Alínea, 2001.

LEITE, E. M. D. (Org.). **Dicionário de termos médicos 2007**. Disponível em: www.pdamed.com.br/diciomed/pdamed_0001_in.php. Acesso em: 1º dez. 2008.

LOPES, J. N. C. Educação: texto de referência. In: **Políticas públicas e direitos humanos**. Brasília, DF: Fundação João Mangabeira, 2008. (Coleção Curso de Atualização e Capacitação sobre Formulação e Gestão de Políticas Públicas; Módulo II).

MACHADO, M. C. de P. (Coord.). **Guia de gestão pela cidadania: pela não pobreza – um outro território é possível?** Jacareí: Prefeitura Municipal, 2005. (URB-AL – Rede 10).

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano**. www.pnud.org.br/atlas.

TAVARES, E.; MONTEIRO, J. Movimentos pendulares para trabalho e estudo: estratégias metodológicas a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010. In.: GEOSUL. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, v. 34, n. 73, p. 33-58.

VIANA, M. G. O crescimento econômico e demográfico de Catalão (GO): as incongruências percebidas através das ruas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2019.

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

EQUIPE TÉCNICA

COORDENADORES

Daniela Rosim

Paulo de Martino Jannuzzi

Vicente da Rocha Soares Ferreira

EDITORES/AUTORES

Daniela Gomes Pessoa

Graduada em Ciências Sociais, habilitação em Políticas Públicas (UFG), especialista em Gestão e Políticas Públicas e mestre em Administração (UFG). Doutoranda em Administração pela Universidade de Brasília. Atualmente, é membro pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas Aplicadas ao Setor Público da UFG (Cepasp/UFG). Tem experiência em Gestão Pública Municipal, com atuação em pesquisa, gestão e assessoria.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5017234011494571>

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Daniela Rosim

Graduada em Administração Pública (Unesp), mestre e doutora em Engenharia de Produção (USP). Atualmente é professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Administração da Face/UFG e Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Goiás (PPGADM-UFG). Tem experiência na área de Administração Pública com ênfase em gestão pública municipal.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0582579547157335>

Danielly Estevam Silva

Graduada em Ciências Contábeis (UFG) e mestre em Administração (UFG). Atualmente é membro pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas Aplicadas ao Setor Público da UFG (Cepasp/UFG). Tem experiência na avaliação de diagnóstico e formulação de proposta para o desenvolvimento e implementação de competências e capacidades de gestão nos governos municipais do estado de Goiás.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5017234011494571>

Paulo de Martino Jannuzzi

Graduado em Matemática Aplicada e Computacional (Unicamp), mestre em Administração Pública e Governo (FGV-SP) e doutor em Demografia (Unicamp). Atualmente é professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - Ence/IBGE, pesquisador PQ/

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

CNPq no projeto Informação Estatística e Políticas Públicas no Brasil: uma análise temporal e comparativa internacional. Tem experiência em avaliação e implementação de Políticas Públicas e Dinâmica Demográfica no Brasil.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2664927208127192>

Vicente da Rocha Soares Ferreira

Graduado em Administração (UFU), mestre em Administração (USP) e doutor em Administração (UnB). Atualmente é professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Administração da Face/UFG e Secretário de Planejamento, Avaliação e Informações Institucionais da Universidade Federal de Goiás. Tem experiência na área de administração no setor público, e é pesquisador do campo de implementação de políticas públicas.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7161449889210404>

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

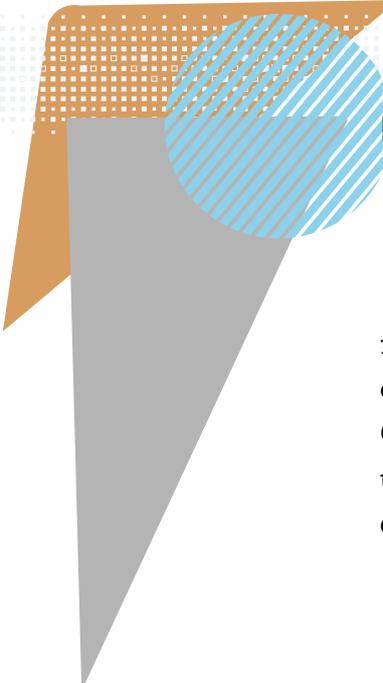
EQUIPE TÉCNICA

Amanda Luiza Birck

Graduada em Jornalismo (UFG), atualmente é redatora e responsável pela identidade e pela comunicação visual do Centro de Estudos e Pesquisas Aplicadas ao Setor Público da UFG (Cepasp/UFG). Tem experiência na área de elaboração de materiais visuais, diagramação e produção de conteúdo para as redes sociais, principalmente de modelo institucional.

Camila Di Assis Estrela

Graduada em Jornalismo (PUC Goiás), especialista em Comunicação Estratégica (PUC Goiás), mestre em Comunicação (UFG), trabalha há 10 anos como revisora de português. Foi revisora de português de periódicos da UFG de 2015 a 2018.



ESPECIALISTAS - REVISORES

Paulo de Martino Jannuzzi – Responsável pelas orientações no desenvolvimento do Capítulo 1 - Demografia

Graduado em Matemática Aplicada e Computacional (Unicamp), mestre em Administração Pública e Governo (FGV-SP) e doutor em Demografia (Unicamp). Atualmente é professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - Ence/IBGE, pesquisador PQ/CNPq no projeto Informação Estatística e Políticas Públicas no Brasil: uma análise temporal e comparativa internacional. Tem experiência em avaliação e implementação de Políticas Públicas e Dinâmica Demográfica no Brasil.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2664927208127192>

Cláudia Regina Rosal Carvalho - Responsável pelas orientações no desenvolvimento do Capítulo 2 - Economia

Graduada em Ciências Econômicas (UFU), mestre em Economia (UFU) e doutora em Ciências Ambientais (UFG). Atualmente é professora associada da Universidade Federal de Goiás. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Política e Desenvolvimento Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Economia Política, Economia Brasileira, Desenvolvimento Econômico Regional, Ciências Ambientais e Formulação de Políticas Públicas.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4883069832734425>

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Johnny Jorge de Oliveira - Responsável pelas orientações no desenvolvimento do Capítulo 3 – Finanças Municipais

Graduado em Ciências Contábeis (UniGoiás), mestre em Ciências Contábeis (PUC-SP) e doutor em Educação (UCSF-Argentina). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Goiás e Analista em Organização e Finanças da Controladoria Geral do Município da Prefeitura de Goiânia/Goiás. Tem experiência em avaliação e controle de finanças públicas municipais.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7341168955670549>

Sandro Eduardo Monsueto - Responsável pelas orientações no desenvolvimento do Capítulo 4 – Mercado de Trabalho

Graduado em Ciências Econômicas (UFV), mestre em Economia (UFMG) e doutor em Economia pela Universidad Autónoma de Madrid. Atualmente é professor pesquisador do curso de graduação em Ciências Econômicas, do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGECOM) e do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGADM), todos da FACE/UFG. Tem experiência na área de Economia do Trabalho e Estatísticas Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: desigualdade de salários, mobilidade ocupacional, e qualidade das ocupações.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5484881117429853>

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Thiago Alves - Responsável pelas orientações no desenvolvimento do Capítulo 5 - Educação

Graduado em Administração (PUC Goiás), mestre e doutor em Administração (USP). Atualmente é professor na Universidade Federal de Goiás (UFG), lotado na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Face/UFG). Tem experiência em análises estatísticas, utilizando microdados de pesquisas educacionais, socioeconômicas e demográficas.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7802091709644694>

Marco Antonio Catussi Paschoalotto - Responsável pelas orientações no desenvolvimento do Capítulo 6 - Saúde

Graduado em Administração (Unesp), mestre e doutor em Administração de Organizações (USP). Atualmente professor Auxiliar da Universidade do Minho (Portugal) e pesquisador pós-doutoral pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/EAESP). Tem experiência com as temáticas de: avaliação de sistemas de saúde, avaliação de políticas públicas e performance de governos locais.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9656514939407572>

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Maísa Miralva da Silva - Responsável pelas orientações no desenvolvimento do Capítulo 7 – Assistência Social

Graduada em Serviço Social (PUC Goiás), mestre e doutora em Política Social (UnB). Atualmente é professora adjunta I da Pontifícia Universidade Católica de Goiás e assistente social da Universidade Federal de Goiás, onde exerce atualmente a função de Pró-Reitora de Assuntos Estudantis. Tem experiência em assessoria de movimentos sociais, organização estudantil e execução de projetos e programas sociais.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5100268908025158>

Willer Luciano Carvalho - Responsável pelas orientações no desenvolvimento do Capítulo 8 – Infraestrutura

Graduado em Engenharia Civil (UFG), mestre e doutor em Transportes (UnB). Atualmente atua como professor associado do curso de graduação em Engenharia de Transportes da Universidade Federal de Goiás. É professor do mestrado profissionalizante Profiap-UFG, coordenador do Centro Colaborador em Material Didático e de Apoio à Prática Educativa - Cepli-UFG, parceria com o FNDE, e coordenador do Centro Colaborador de Apoio ao Transporte Escolar - Cecate-UFG, também em parceria com o FNDE. Tem experiência na área de Planejamento de Transporte, Engenharia de Transportes,

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

Transporte Interestadual de Passageiros, Transporte Coletivo Urbano, Transporte Escolar Rural e Logística.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8972356606512091>

Karla Alcione da Silva Cruvinel – Responsável pelas orientações no desenvolvimento do Capítulo 9 – Habitação e Saneamento Básico

Graduada em Engenharia Ambiental (PUC Goiás), mestre em Engenharia do Meio Ambiente (UFG) e doutora em Ciências Ambientais (UFG). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Goiás (UFG) em regime de dedicação exclusiva, docente do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária (PP-GEAS/UFG). Tem experiência em Saneamento, Conservação e Reúso de Água, Qualidade das Águas e Sistema de Abastecimento de Água.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7889484406721543>

Manoel Rodrigues Chaves – Responsável pelas orientações no desenvolvimento do Capítulo 10 – Meio Ambiente

Graduado em Geografia (UFG), mestre e doutor em Geografia (Unesp). Atualmente é professor titular, lotado no Departamento de Geografia do Câmpus Catalão da Universidade Federal de Goiás. Tem experiência em Estudos Ambientais, Educação

Apresentação

Introdução

Demografia

Economia

Finanças Municipais

Mercado de Trabalho

Educação

Saúde

Assistência Social

Infraestrutura

Habitação e
Saneamento Básico

Meio Ambiente

Segurança Pública

Tendências gerais: Brasil
e Goiás

Considerações Finais

Referência

Equipe técnica

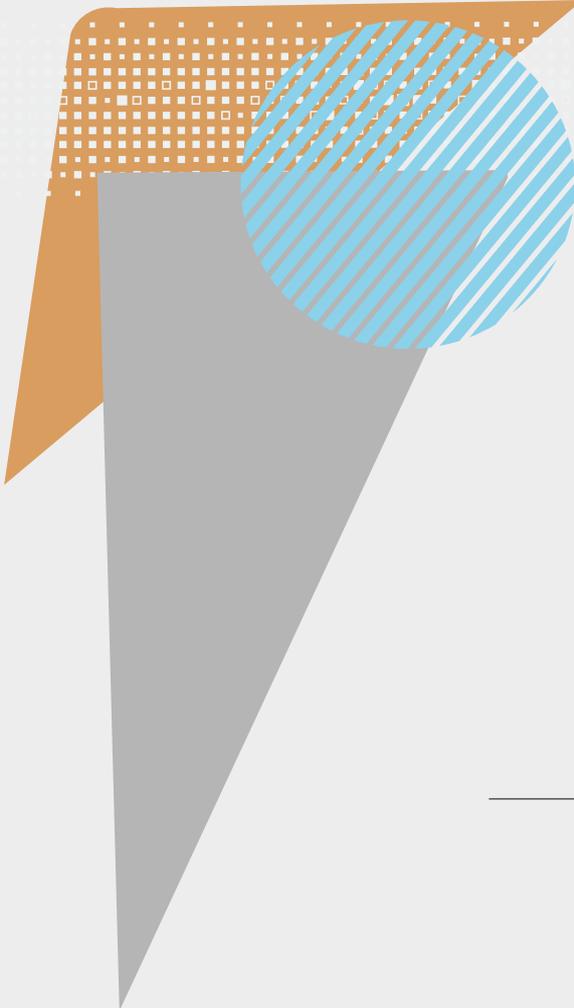
Ambiental, Gestão Ambiental, Sustentabilidade Ambiental, Sanidade Ambiental e Políticas Públicas.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3159025709285462>

Ricardo Barbosa de Lima – Responsável pelas orientações no desenvolvimento do Capítulo 11 – Segurança Pública

Graduado em Ciências Sociais (UFG), mestre em Sociologia (UnB) e doutor em Desenvolvimento Sustentável (UnB). Atualmente é professor da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás. Tem experiência nas áreas de Direitos Humanos e Violência.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3943209743451118>



SOBRE O E-BOOK:

Tipografia: Tzimmes, Intro Cond

Publicação: Cegraf UFG.

Câmpus Samambaia, Goiânia, Goiás.

Brasil. CEP 74690-900

Fone: (62) 3521-1358

<https://cegraf.ufg.br>